

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O CORONELISMO EM SALGUEIRO**  
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA  
DO CORONEL VEREMUNDO SOARES (1920-1945)

**Waldemar Alves da Silva Júnior**

**RECIFE  
2006**

**WALDEMAR ALVES DA SILVA JÚNIOR**

**O CORONELISMO EM SALGUEIRO**  
UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA POLÍTICA  
DO CORONEL VEREMUNDO SOARES (1920-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de mestre.

Área de concentração: História do Norte e Nordeste.

Orientadora: Suzana Cavani Rosas.

**RECIFE**  
**2006**

**Silva Júnior, Waldemar Alves da**

**O coronelismo em Salgueiro : uma análise da trajetória política do Coronel Veremundo Soares (1920-1945) / Waldemar Alves da Silva Júnior. – Recife : O Autor, 2006.**

**161 folhas : il., fig.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2006.**

**Inclui bibliografia e anexos.**

**1. História do Brasil – Política, Norte e Nordeste. 2. Coronelismo, Salgueiro (PE) – História política – Sertão de Pernambuco. 3. Coronel Veremundo Soares (1920-1945) – Trajetória política – Mutações do coronelismo – Clientelismo e mandonismo – Poder local. I. Título.**

**94(81).077**

**981.05**

**CDU (2.ed.)**

**CDD (22.ed.)**

**UFPE**

**BC2006 – 521**

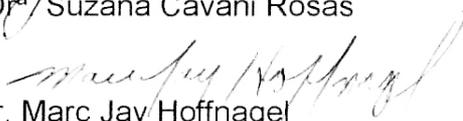


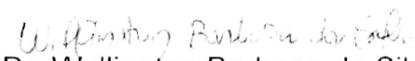
## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO WALDEMAR ALVES DA SILVA JÚNIOR

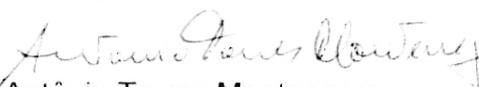
Às 14:00 h do dia 30 (trinta) de agosto de 2006 (dois mil e seis), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno Waldemar Alves da Silva Júnior, intitulada “**O Coronelismo em Salgueiro: Uma Análise da Trajetória Política do Coronel Veremundo Soares (1920-1945)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**” em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Suzana Cavani Rosas (Orientadora), Marc Jay Hoffnagel e Wellington Barbosa da Silva. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Antônio Torres Montenegro e a Secretária do Departamento Rogéria de Sá Feitosa, para os devidos efeitos legais.

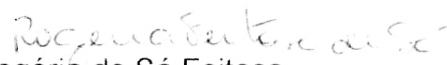
Recife, 30 de agosto de 2006.

  
Prof.<sup>a</sup>/Dr.<sup>a</sup> Suzana Cavani Rosas

  
Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel

  
Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva

  
Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro

  
Rogéria de Sá Feitosa

*A minha esposa, Josiane  
e a meus filhos, Gabriel Remy e Isabella,  
pelo companheirismo e incentivo à realização desse sonho.*

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Suzana Cavani Rosas, que sabiamente contribuiu para a realização desta pesquisa.

A minha mãe, que com amor e estudo me incentivou a gostar de história.

A minha tia Creuza, incansável no acreditar em meu potencial, dando-me apoio moral, espiritual e financeiro, e acima de tudo respeitando nossas diferenças de pensamento.

A meu pai, pelo companheirismo e amizade que nos une; meu tio Chico Rego, pelo exemplo de luta pela vida; meu irmão Danilo, em quem me espelho para crescer.

Aos demais parentes que mesmo ausentes tiveram presença marcante, contribuindo decisivamente para a realização deste projeto.

Aos colegas do mestrado, representados nas pessoas de Veridiano, Jordana e Mário Marangon, que me deram apoio nos momentos mais difíceis.

Aos professores Marc Jay Hoffnagel, Antonio Paulo Rezende, Graça Ataíde, Regina Beatriz, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Severino Vicente, Ana Maria Barros, Marcus Joaquim Carvalho, Antonio Montenegro e Socorro Ferraz, por acreditarem no meu potencial e pela sua contribuição intelectual ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao CNPQ, que viabilizou financeiramente esta pesquisa.

Ao corpo docente da FACHUSC e demais companheiros que souberam valorizar a minha luta, em particular o diretor pedagógico Francisco Avelar Ulisses, Auricélia de Carvalho e Clodoaldo Freire.

Aos alunos dos cursos de Pedagogia e História da FACHUSC, que no decorrer desses dois anos acreditaram na minha luta, por considerarem-na uma melhoria de qualidade no quadro da instituição.

À comunidade de Salgueiro, que me proporcionou a oportunidade de escrever os fragmentos de sua história.

A todos aqueles que, embora não citados diretamente nestes agradecimentos, estiveram presentes e de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação.

## RESUMO

SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. *O coronelismo em Salgueiro: uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares (1920-1945)*. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Este trabalho faz uma análise sobre o coronelismo no município de Salgueiro, em Pernambuco, tendo como destaque a trajetória política do coronel Veremundo Soares, que se constituiu numa importante liderança política local e regional do sertão nordestino. Trata-se de uma biografia contextualizada, analisando as mutações que ocorreram no coronelismo no tocante à construção e manutenção do poder político entre os anos de 1920 e 1945, período no qual o município apresentou sinais de desenvolvimento urbano, comercial e agroindustrial. Nessa análise pode-se perceber que paralelamente a esse desenvolvimento estão entrelaçados conflitos sociais e lutas de classes como o cangaço e os messianismos, provocados pelas secas, pelo mandonismo exacerbado, pela força de coação e uso de violência, pelo empreguismo, analfabetismo, fraudes eleitorais e clientelismo que reforçavam os laços de dependência e relações de dominação pessoal. O trabalho é resultado de pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE) e na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), tendo sido feito um levantamento de fontes documentais compostas de vários jornais da capital e do interior, além de telegramas e correspondências pessoais do coronel Veremundo Soares com a elite política da capital pernambucana. A seleção dessas fontes possibilitou uma análise e reconstrução de fragmentos da história política de Salgueiro, desvelando as alianças dos coronéis da região com as facções políticas do estado de Pernambuco.

**Palavras-chave:** Coronelismo. Poder local. Sertão nordestino.

## ABSTRACT

SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. *The 'colonelism' in Salgueiro: an analysis of the political trajectory of 'colonel' Veremundo Soares (1920-1945)*. 2006. 161 f. Dissertation (Master's degree) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

This study analyses the 'colonelism' in the municipal district of Salgueiro, in Pernambuco state, giving prominence to the political trajectory of 'colonel' Veremundo Soares, which had become an important local and regional political leadership in northeastern *sertão*. It is a contextualized biography, which analyses the mutations that occurred in the 'colonelism' concerning the construction and upkeep of political power between the years of 1920 and 1945, period in which Salgueiro presented signs of commercial, agri-industrial and urban development. In this analysis it can be seen that, parallel to this development, social conflicts and class fights are twined, such as the *cangaço* and the messianisms, provoked by droughts, by excessive bossiness, by coercion force and violence use, by employmentism, illiteracy, electoral fraud and clientelism, that reinforced the bonds of dependence and the relations of personal domination. The study is the result of researches realized in the Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEJE) and Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). A survey of documental sources had been done, including many newspapers of the capital and interior of the state, besides telegrams and personal correspondence of 'colonel' Veremundo Soares with the political elite of the Pernambuco's capital. The selection of these sources made possible the analysis and reconstruction of fragments of the political history of Salgueiro, unveiling the region coronel's alliances with the political factions of the Pernambuco state.

**Keywords:** 'Colonelism'. Local power. Northeastern *sertão*.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	8
1.1 A historiografia do coronelismo no Brasil	16
<b>2 A REPÚBLICA VELHA EM PERNAMBUCO (1889-1930)</b>	35
2.1 Os primórdios da República (1889-1896)	43
2.2 O rosismo (1896-1911)	48
2.3 Do dantismo à Revolução (1911-1930)	53
2.4 História política do sertão na República Velha	64
<b>3 VEREMUNDO SOARES, O CORONEL DE SALGUEIRO</b>	78
3.1 Salgueiro: estrutura socioeconômica e quadro político	78
3.2 A construção do poder político do coronel Veremundo Soares: impressões	93
3.3 Nos domínios do coronel Veremundo Soares	96
3.4 Coronel, coronéis e a Coluna Prestes	112
3.5 O coronelismo no período pós-Revolução de 1930 em Salgueiro	117
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	137
<b>FONTES</b>	143
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	144
<b>ANEXOS</b>	147

# 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar a trajetória política do coronel Veremundo Soares, na cidade de Salgueiro, entre os anos de 1920 e 1945. Este recorte temporal foi escolhido pelo fato de ser a década de 1920 considerada o apogeu do coronelismo, não tendo o campo, e mais especificamente os sertões, sofrido os mesmos impactos das transformações que ocorreram no âmbito das grandes cidades, como a urbanização e a modernização industrial.

As mudanças que tiveram lugar na área rural após a Revolução de 1930, e mais precisamente a partir da implantação do Estado Novo em 1937, promoveram a quebra do isolamento político, econômico e social entre a capital e o interior nordestino. A partir do ano de 1930, o coronelismo sofreu transformações profundas com o avanço e a integração das relações mercantis de produção no campo e o processo crescente de urbanização do sertão nordestino, que desde o período imperial vivia numa situação de periferia em relação à capital pernambucana.

No período de 1920 a 1945, teve papel proeminente na política, economia e sociedade salgueirenses, no alto sertão, a família Soares, especialmente os irmãos Benjamim Othon Soares e Veremundo Soares, filhos do padre Antônio Joaquim Soares, que se destacaram na política local, tendo ambos conseguido administrar o município.

Os dois tinham muita coisa em comum, tanto na política como nos negócios. Eles herdaram terras do pai e se tornaram agricultores e pecuaristas importantes em Salgueiro. Eram sócios nos negócios e tinham no centro da cidade um grande armazém, chamado Empório Salgueirense, que vendia praticamente de tudo, desde material de consumo, vestimentas, alimentos até armas e munição. Além disso, com a expansão dos seus negócios adquiriram máquinas de beneficiamento de matérias-primas como o algodão e o caroá, sendo considerados por muitas pessoas da sua época como grandes empreendedores.

O coronel Veremundo Soares recebeu em 1904 a sua carta patente de capitão cirurgião do 257º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, no governo do presidente Rodrigues Alves. Essa carta patente provavelmente foi adquirida através das muitas barganhas e alianças traçadas pelo Conselheiro Rosa e Silva quando este controlava politicamente o estado de Pernambuco.

A sua liderança política em Salgueiro começou a despontar por volta de 1918, quando a família Sá perdeu o poder político da cidade para o seu irmão Benjamim Othon Soares, que foi eleito prefeito através de uma aliança política com a família Sampaio, historicamente adversária dos Sá desde o período de fundação da cidade.

Foi, no entanto, a partir do quadriênio 1925-1928, com a sua própria eleição para prefeito da cidade, que se iniciou uma trajetória política mais consolidada, tornando-se o coronel na região sertaneja o mediador entre o Estado e a sociedade. Mesmo com a Revolução de 1930, ele continuou com o seu prestígio em alta junto aos governantes da época, com poder de decisão nos assuntos referentes ao município, chegando a ter participação na escolha da junta governativa que administrou Salgueiro em 1930. Mais tarde, com a instalação do Estado Novo, conseguiu indicar o seu sobrinho como interventor na cidade.

O período pós-Revolução de 1930 em Salgueiro não se constituiu no ocaso do coronelismo, já que o coronel Veremundo Soares permaneceu prestigiado junto aos governantes da capital pernambucana e com bastante influência política dentro da cidade. Esse momento representou na realidade uma acomodação do coronelismo, onde gradativamente o Estado foi inserindo novas formas de fazer política frente à nova realidade do país.

Nesse novo cenário da política brasileira, o coronel Veremundo Soares se posicionou na defensiva, agindo nos bastidores da política local. Não se expunha, não ficava à frente da política diretamente, pois as circunstâncias políticas inspiravam cuidados. Assim, o coronel procurou agir na sombra, mas sem perder o controle político da região.

Foi dentro dessa perspectiva de ação que durante o período de vigência do Estado Novo (1937-1946) a família Soares atingiu o ápice do poder político em Salgueiro e na região adjacente, pois os seus negócios, bem como seu prestígio, ultrapassaram as fronteiras do município. Esse é um momento particular da história da família, marcado pela multiplicação do seu patrimônio político, econômico e social, onde o seu prestígio ancorou-se nos benefícios e posições advindas do Estado, tendo contribuído bastante para que com o fim do Estado Novo fosse eleito como prefeito de Salgueiro Osmundo Idalino Bezerra, sobrinho do coronel, e em seguida, para o quadriênio 1951-1955, seu filho Raul Soares.

Para Ronald Chilcote (1991, p. 23-24), existem duas formas de se tecer uma teia de relações de poder, sendo que elas variam de acordo com as necessidades e as exigências de relacionamento entre o Estado e a sociedade, sofrendo mudanças de rumo e adaptações de

acordo com essas circunstâncias. Chilcote sugere o modelo posicional, que “se baseia na identificação de pessoas que em posições de poder se tornaram verdadeiramente poderosas no comando das instituições”.

Este modelo explica como o poder se constrói, mas não explica como ele se mantém, por isso o autor sugere também o modelo reputacional, que “parte da premissa que as pessoas com autoridade constituem-se em líderes com poder e influência” (CHILCOTE, 1991, p. 23-24). Por isso dizemos que a partir de 1930 o coronelismo vai sobreviver na cidade de Salgueiro baseado na reputação, tradição de mando ou honra socialmente construídas no período anterior, quando o coronel Veremundo Soares ocupava posições de mando.

Este trabalho pretende reconstituir e analisar o coronelismo a partir de uma perspectiva micro de análise, sem, contudo perder de vista a perspectiva macro (REVEL, 1998). Unidas, essas duas perspectivas de análise possibilitarão perceber com maior profundidade a moldura que nós chamamos de práticas comuns, como o clientelismo e o mandonismo, que erroneamente se pensava serem a mesma coisa, quando na realidade são conceitos distintos servindo de pano de fundo na composição do quadro do coronelismo.

Essa perspectiva micro de redução de escala possibilitará uma melhor visualização da história política de Pernambuco, tendo como foco principal o desenvolvimento da política local interiorana e suas especificidades. Como se dava esse desenvolvimento diante das tensões e conflitos que se constituíram em ingredientes específicos dessa complexa teia de relações, que ao ser exposta vai evidenciar as disputas veladas dos bastidores da política local conectada aos jogos de interesses das oligarquias estaduais.

A década de 1920 constituiu-se num momento particular da história brasileira rico em movimentos sociais de rebeldia urbanos e rurais. Alguns desses movimentos, como é o caso dos messianismos, antecederam a década de 1920, à exceção do messianismo do padre Cícero Romão do Juazeiro, que consolidou no estado do Ceará o pacto dos coronéis, sendo o próprio padre Cícero considerado o coronel dos coronéis.

Ainda durante esse período, movimentos tenentistas — que se iniciaram a partir de 1922 e atingiram sua culminância com a Coluna Prestes — atravessaram o sertão pernambucano por duas vezes, em 1924 e 1926, tentando arregimentar forças militares em áreas rurais para a revolução. Um outro movimento social que podemos destacar é o cangaceirismo, que por quase duas décadas, a partir de 1920, instaurou um clima de terror

pelos sertões nordestinos, quebrando o equilíbrio da ordem e da segurança das populações sertanejas.

Foi nessa conjuntura política da década de 1920 que o coronel Veremundo Soares despontou para o mando político de direito e de fato, criando e fortalecendo suas bases para que quando da eclosão da Revolução de 1930 se mantivesse a sua influência, e a partir da instalação do Estado Novo, em 1937, se credenciasse como mediador da política local de Salgueiro junto à interventoria federal de Agamenon Magalhães no estado de Pernambuco.

Em 20 de janeiro de 1926, como foi noticiado pelo *Diário de Pernambuco*, o prefeito recém-eleito da cidade de Salgueiro, coronel Veremundo Soares, junto com o presidente da câmara de vereadores, coronel Joaquim Angelim, participaram de um Congresso de Estradas de Rodagem, Instrução e Saúde Pública promovido pelo governo de Sérgio Loreto.

Muito do que foi discutido nesse congresso praticamente pautou as linhas mestras ou diretrizes que balizaram o governo do coronel Veremundo Soares em sua administração em Salgueiro, apesar de muito pouco ter sido feito durante o período que antecedeu a Revolução de 1930. O conjunto das ações só foi ampliado após a instalação do Estado Novo, quando no poder político da cidade estavam elementos de sua confiança.

Procuraremos evidenciar o contraste entre o mundo rural do sertão nordestino e o mundo urbano burguês da capital pernambucana. As cidades do interior eram pequenos povoados em que não poderíamos identificar quaisquer traços da presença de uma burguesia, já que inexistiam indústrias, destacando-se apenas alguns poucos comerciantes, na sua maioria latifundiários que vendiam produtos fabricados em suas próprias fazendas.

O mundo rural era simbolizado pelo tradicionalismo dos currais e cancelas, sendo a forma de locomoção o burro e o cavalo, em contraste com o progresso das cidades, das fábricas e indústrias e daquele que era o condutor desse progresso: o automóvel. A ferrovia, através da Great Western, até meados de 1940 ainda não havia se interiorizado, chegando no máximo à cidade de Rio Branco — atual Arcoverde —, onde eram descarregadas mercadorias que eram levadas em lombo de burros para o restante do estado.

Consideramos ser a Revolução de 1930 um divisor de águas, momento de rupturas entre esse mundo tradicional e rural e o mundo moderno urbano e burguês. Mas como explicar a sobrevivência do fenômeno coronelismo dentro desse quadro? Inicialmente poderíamos afirmar que entre os anos de 1930 e 1934 o poder político dos coronéis sofreu um

abalo, pois, sendo o coronel uma máquina de manipulação de resultados de pleitos eleitorais, em não havendo eleições ele perdia um pouco do seu prestígio.

A partir da reconstitucionalização do país em 1934, ocorreu um aumento do contingente de votantes e os governos estaduais perceberam a necessidade de renovar as alianças políticas com os coronéis para garantir a vitória dos seus candidatos nos pleitos eleitorais. O coronel nesse momento era imprescindível para a sustentação e manutenção do poder político, por possuir essa força eleitoral.

A instituição do Estado Novo em 1937 iria mudar novamente os rumos da história, promovendo um certo retrocesso do ponto de vista eleitoral, mas os coronéis sobreviveriam politicamente, apoiados na tradição de mando e honra social construída ao longo dos tempos. Em Pernambuco, a interventoria federal de Agamenon Magalhães procurou refazer algumas dessas alianças de forma camuflada ou com uma roupagem nova, colocando caras novas no poder, mas que tinham ligações profundas com os antigos detentores do mesmo. Assim é que em Salgueiro o prefeito de direito era Luís Soares Diniz, sobrinho do coronel Veremundo Soares, mas o homem que tinha o poder de fato, com prestígio e capacidade de decisão, credenciado como mediador entre o Estado e a sociedade, era o próprio coronel.

Consideramos que este estudo seja relevante para a historiografia brasileira, pois praticamente não há trabalhos sobre o coronelismo em Salgueiro, e os poucos que existem são superficiais e produzidos com ausência de métodos e pesquisa científica.

Pensamos em abordar a questão do coronelismo em Salgueiro sob a forma de uma biografia modal por entendermos que ela ilustra os comportamentos ou as aparências ligadas a condições sociais, sem a preocupação excessiva com a veracidade dos fatos que servem para fins prosopográficos, pois seu alcance se revela historicamente geral.

Dessa maneira ao reconstituirmos a biografia individual do coronel Veremundo Soares do município de Salgueiro, estamos ilustrando formas típicas de comportamento ou status social e político em que não evidenciamos as características de uma pessoa singular, mas de um indivíduo que concentra todas as características de um grupo.

Pierre Bourdieu (Levi, 2002, p. 174-175) quando analisa a relação entre habitus de grupo e habitus individual ele remete a seleção entre o que é comum e mensurável, o estilo próprio de uma época ou de uma classe e o que diz respeito a relação de singularidade dentro de uma diversidade das trajetórias sociais e partindo dessa relação identifica a infinidade de

possibilidades nas experiências comuns das pessoas de um mesmo grupo destacando diferenças e conformidades de acordo com o grupo a que pertence.

Pelo nosso entendimento, a aparente linearidade cronológica em que são organizados os acontecimentos, servem apenas para compor uma organização textual que possibilite a construção de uma narrativa que permita compreender que se o estudo do coronelismo pode ser analisado sob o ponto de vista das mutações identificando sua origem, apogeu e decadência, é perfeitamente possível e viável que se faça uma análise da vida do coronel Veremundo Soares, pois esta não se encontra dissociada desse modo de ver sua evolução – mutação no decorrer do processo histórico.

Ao analisarmos os comportamentos comuns presentes num determinado grupo, estamos demonstrando que existe uma realidade social em que o referido coronel é participante e de onde se inscreve dentro de uma rede de relações de poder.

A idéia de grupo consolida a idéia de uma rede de conexões onde se desenvolvem os acontecimentos mais significativos na análise da trajetória e na constituição das identidades possíveis do coronel em tela.

A construção dessa narrativa servirá de fundamentação para as possíveis lacunas documentais, pois analisando os comportamentos análogos dos grupos é possível diferenciar ou mesmo confirmar características próprias de uma época ou de indivíduos que pertençam a um mesmo grupo.

Diante de tal perspectiva, estudaremos o coronelismo em Salgueiro tendo como ponto central de análise a trajetória política do coronel Veremundo Soares, sendo indispensável ampliar tanto quanto possível o círculo em volta dele, incluindo o maior número de pessoas e de movimentos com os quais entrou em contato, reconstituindo em torno dele o seu meio, multiplicando os exemplos de outras vidas que tenham algum paralelo com a sua.

As fontes de estudo que vão possibilitar esse trabalho são diversas, compondo-se basicamente de jornais e periódicos da época focalizada, tais como: o *Jornal do Recife*, edição matutina e vespertina, que durante a década de 1920 constituiu-se no mais fervoroso portavoz da oposição em Pernambuco; o *Diário de Pernambuco*, que no mesmo decênio constituiu-se no defensor mais ardoroso do situacionismo no estado, desempenhando um papel crucial na propaganda do governo; o *Diário da Manhã*, que tinha vínculos estreitos com a ala dos Borbistas no governo de Sérgio Loreto em Pernambuco e serviu aos intuits da oposição, sendo capitaneado por Agamenon Magalhães; a *Folha da Manhã*, que

desempenhou um importante papel nas décadas de 1930 e 1940, constituindo-se na voz oficial da interventoria federal de Agamenon Magalhães — o próprio interventor possuía nesse jornal uma coluna diária onde fazia a propaganda do Estado Novo e de suas obras espalhadas pelo estado.

Além desses tradicionais jornais de grande circulação no estado de Pernambuco, ainda foram pesquisados periódicos locais como: *O Sertão*, de Rio Branco — atual município de Arcoverde —, que sempre trazia notícias locais e de outros municípios, principalmente no que diz respeito a questões e problemas comuns que eles enfrentavam, como secas, epidemias, cangaço e política local e estadual; o *Pharol de Petrolina*, que também tratava de assuntos locais e de interesse dos municípios vizinhos, abordando quase sempre temas políticos e religiosos. Não há registro de nenhum periódico da cidade de Salgueiro durante as décadas estudadas, dificultando a localização de notícias mais diretamente vinculadas à cidade e aos personagens envolvidos.

Outras fontes servirão de apoio ao nosso trabalho, compondo a complexa teia de relações de poder que existia na época. Essas fontes são correspondências pessoais ativas e passivas, na sua grande maioria telegramas quase que diários entre o coronel Veremundo Soares e os governadores do estado de Pernambuco: Sérgio Loreto, Estácio Coimbra e o interventor federal Agamenon Magalhães; e também entre ele e o chefe de polícia da capital pernambucana, Eurico de Souza Leão.

Grande parte dessa correspondência refere-se a questões que afligiam o sertão nordestino, como o combate ao cangaço e à Coluna Prestes. Alguns dos telegramas eram mais reservados, tratando de questões políticas bastante delicadas, como a sucessão eleitoral no município de Salgueiro e em outras localidades vizinhas, incluindo desde banalidades e chaleirismos de parte a parte até os bastidores secretos da política estadual, com determinação de chapas de deputados e senadores e a sucessão política no estado.

A análise dessa correspondência possibilitará a constituição do sujeito e do seu texto, bem como o destinatário específico, estabelecendo conexões dentro de uma teia de relações de poder. Essa análise implica uma interlocução, uma troca, constituindo-se num jogo interativo entre quem escreve as cartas e quem as lê, sujeitos que se revezam ocupando os mesmos papéis através dos tempos.

O ato de escrever cartas possibilita um mostrar-se ao destinatário, que por sua vez também está sendo visto pelo remetente. No dizer de Ângela de Castro Gomes (2004),

podemos perceber que as práticas de escrita de si podem evidenciar com bastante clareza uma trajetória individual e as possíveis alterações durante o seu percurso, contextualizando essas mudanças de comportamento de acordo com o tempo. “É nesse jogo de dar-se a ver que se constrói uma escrita de si.” (GOMES, 2004, p.13).

Essas práticas também permitem visualizar como um mesmo período da vida de uma pessoa pode ser decomposto em tempos com ritmos diversos como: um tempo da casa, um tempo do trabalho, um tempo da política, etc. Sintetizando, poderíamos dizer que essas práticas de escrita de si permitem evidenciar como um indivíduo busca registrar sua vida através dos seus feitos, postulando uma identidade para si.

Diante dessa perspectiva de reflexão e análise nossa proposta de estudo ficou estruturada em três partes. A primeira, introdutória, trata das formas de análise das fontes pesquisadas, da metodologia da pesquisa e de uma discussão geral sobre o que a historiografia brasileira produziu a respeito do fenômeno coronelismo, tendo em vista as especificidades locais e regionais. Ao abordarmos a discussão historiográfica sobre o tema estaremos discutindo também a conceituação do fenômeno coronelismo, a problemática das origens, o período de vigência do coronelismo e a importância da contribuição da nossa pesquisa para a historiografia brasileira.

A segunda aborda a história política de Pernambuco, a conjuntura política, econômica e social do sertão nordestino e a história política de Salgueiro durante a República Velha. Fazendo uma análise e conectando esses contextos da história política de Pernambuco, do sertão e de Salgueiro, estaremos reconstituindo as relações de poder e de dominação que se desenvolveram no estado e na região e até quando foram vivenciadas.

A terceira parte trata do coronelismo em Salgueiro, representado na pessoa do coronel Veremundo Soares. Inicialmente faremos uma análise do município entre as décadas de 1920 e 1940, e depois tentaremos responder a algumas questões: Como se deu a construção do poder do coronel Veremundo Soares? Qual o significado do seu governo? O que representou para a cidade o tempo em que ele possuía um grande poder de decisão e de influência na política salgueirense? Como se portou frente aos desafios de manter a ordem ao se deparar contra o cangaço e a Coluna Prestes? Quais as suas relações com o padre Cícero Romão do Juazeiro? E, por último, como se desenvolveram as suas relações de solidariedade ou não com outros coronéis de municípios adjacentes?

Por fim, abordaremos as formas de adaptação do coronel Veremundo Soares frente aos novos tempos inaugurados com a Revolução de 1930 e com a implantação do Estado Novo. Procuraremos reconstituir a rede de influências e de poder em que o coronel estava inserido, buscando mostrar como conseguiu permanecer com prestígio e poder de decisão, mesmo sem a existência de pleitos eleitorais, até o período de redemocratização em 1946, tendo influenciado a política salgueirense até meados da década de 1960, quando voltou ao poder político da cidade a família Sá.

## 1.1 A historiografia do coronelismo no Brasil

Procuramos analisar o coronelismo a partir de três abordagens que consideramos serem marcos da historiografia brasileira: Victor Nunes Leal (1975), Décio Saes (1982) e Ibarê Dantas (1987). A partir das visões desses autores tiraremos nossas próprias conclusões e posicionamento sobre o coronelismo.

José Murilo de Carvalho (1999, p. 131) faz referências ao trabalho de Victor Nunes Leal<sup>1</sup> como o clássico que definiu o coronelismo como sendo um sistema político que caracterizava a vida política do interior do Brasil. A sua definição clássica aponta para “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras.” (LEAL, 1975, p. 40).

Para Nunes Leal, o coronelismo era um fenômeno que tinha maior incidência nos municípios predominantemente rurais. O meio rural se constituía no lócus privilegiado para a incidência e o desenvolvimento do sistema, pois era lá que se encontravam as condições de dominação e dependência pessoal favoráveis, devido à estrutura agrária baseada no latifúndio.

Era no meio rural, onde as atividades comerciais e industriais ainda não se encontravam desenvolvidas, que o coronelismo encontrava suas condições de reprodução e perpetuação das relações. Dessa forma o isolamento era condição essencial para a formação e manutenção do fenômeno coronelismo.

A dependência pessoal no meio rural contribuía para a manutenção do coronelismo na medida em que, em função do regime representativo, o sufrágio eleitoral era que garantia o

---

<sup>1</sup> A obra *Coronelismo, enxada e voto* teve a sua primeira edição em 1948.

resultado dos pleitos, e o coronel como liderança nos municípios era na prática a máquina que consolidava o sucesso dos governos estadual e federal, tendo em vista a importância do meio rural na composição do eleitorado brasileiro.

Nunes Leal (1975, p.42 ) diz que “é o coronel que comanda um lote considerável de votos de cabrestos no meio rural”. Era nesse meio rural que o prestígio político do coronel se destacava, tamanhas eram as disparidades econômicas entre os proprietários de terras e a grande quantidade de trabalhadores que tiravam das terras do coronel o seu sustento, a sua sobrevivência.

Era no meio rural que as relações de dominação e dependência pessoal podiam ser reproduzidas e mantidas, graças à estrutura fundiária baseada no latifúndio, bem como à capacidade que o coronel tinha de conseguir meios de obter financiamentos e empréstimos junto ao governo e aos bancos.

No que se refere ao sufrágio eleitoral amplo do regime representativo, Nunes Leal trata das implicações das despesas eleitorais. Como o eleitor do meio rural não dispunha de condições econômicas, eram os chefes políticos locais que custeavam as despesas do alistamento e do voto nas eleições: “documentos, transportes, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, roupas, calçados e chapéu para o dia da eleição correm por conta dos mentores políticos empenhados na sua qualificação e conhecimento” (1975, p. 56).

Segundo Nunes Leal (1975, p. 58), o coronel era profundamente marcado por um espírito governista, era ele quem garantia a vitória eleitoral dos candidatos oficiais. A explicação para tal submissão encontrava-se no fato de que o coronel dependia de recursos do governo para algumas realizações de utilidade pública ou de contribuições pessoais suas e de amigos a fim de conservar sua posição de liderança.

A liderança do coronel no município dependia ainda dos favores pessoais de toda ordem que pudesse proporcionar aos seus aliados, e dessa política de distribuição de favores para os amigos e parentes surgia o paternalismo e o filhotismo, que contribuíam para a desorganização da administração municipal.

A anarquia administrativa em algumas municipalidades era acentuada principalmente nos períodos que antecediam os pleitos eleitorais, com a distribuição de benefícios para os aliados e perseguição cerrada aos adversários, num clima de hostilidade brutal. Dessa forma peculiar de se fazer política no interior surgia uma outra variante conhecida como mandonismo.

José Murilo de Carvalho (1998, p. 134) define o mandonismo da seguinte forma:

O mandão, o potentado, o chefe ou o coronel como indivíduo, é aquele que em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sob a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. A tendência é que ele desapareça à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos.

Os compromissos assumidos entre o coronel e seus dependentes eram regidos por uma ética especial, baseados em torno de coisas concretas e não em princípios políticos e ideológicos. Nunes Leal (1975, p. 62) diz que “o dever do chefe local é a vitória nas eleições, o feio é perder”.

As eleições assumiam um caráter essencial na política dos municípios, pois o prestígio do coronel era medido de acordo com as sucessivas vitórias nos pleitos eleitorais municipal, estadual e federal. Dessa forma a função específica do coronelismo seria eleitoral, e através de alianças com as esferas estadual e federal, despejava votos para os candidatos governistas, ficando de mãos livres para consolidar sua dominação política no município, realimentando o sistema do “é dando que se recebe”.

O regime federativo contribuía assim para a montagem de máquinas eleitorais estáveis que determinavam a instituição da política dos governadores, que se fundamentava no compromisso do coronelismo.

A rarefação do poder público ou a pequena extensão que o braço forte do Estado podia alcançar contribuía para a ascensão do coronelismo, e quanto menor fosse o grau dessa distância, mais forte seria o coronelismo, pois os coronéis, na ausência dos poderes legais do Estado, adquiriam uma certa autonomia em seus municípios, conquistando e usando em seu proveito poderes extralegais, como o de arregimentar milícias particulares, jagunços e cangaceiros.

No entender de Nunes Leal o coronelismo seria um “sistema de reciprocidade”, onde estariam:

[...] de um lado, os chefes municipais e coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro, a situação política dominante no estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores pessoais e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças. (LEAL, 1975, p. 64).

Nesse sistema o coronel dificilmente se rebelava, pois a sua impertinência só traria desvantagens, enquanto que a boa relação que porventura tivesse com os representantes do poder instituído lhe concederia prestígio e privilégios. A reciprocidade se tornava essencial para o bom funcionamento do coronelismo, e sem ela o coronel perdia sensivelmente o seu poder.

O coronel nesse sistema de reciprocidade se credenciava para ser o intermediário entre o Estado e a sociedade, naquilo que dizia respeito a favores de ordem pessoal, na captação de recursos para construção de obras, tendo unicamente que ter o cuidado de dosar esses favores, a fim de que pudesse sempre alegar ou lembrar aos recebedores dos benefícios o que havia sido feito, e garantir a vitória nos pleitos eleitorais e as formas de dominação.

Victor Nunes Leal dá certa importância às figuras do delegado e do subdelegado de polícia, por entender que estes podiam tornar mais difícil a vida dos seus opositores no município, pois dentro do município as correntes políticas brigavam para ver quem iria obter as preferências do governo estadual. Essas correntes não lutavam contra o Estado, mas entre si, para ver quem iria ser aliado ou aderir a esse Estado. Quem definia de fato qual facção estaria mais apta a se credenciar como beneficiária do situacionismo estadual eram as eleições.

Ao analisar o coronelismo, Nunes Leal ainda faz uma associação com a falta de autonomia legal dos municípios. Para ele os chefes municipais governistas se apoiavam numa ampla autonomia extralegal, que significava na realidade uma carta branca que o governo estadual outorgava aos chefes locais, constituindo-se num sistema de compromissos típico do coronelismo.

A grande prova de que o coronelismo era um sintoma de decadência e não de vitalidade dos senhores de terras é fornecida através dessa associação que se fazia com a autonomia legal dos municípios, pois era do sacrifício dessa autonomia municipal e da ampla autonomia extralegal que o coronelismo se realimentava e sobrevivia.

O coronelismo só mostrava sinais de vitalidade quando era contrastado com o grande número de camponeses pobres, pois quando se observa as relações que tinha com o governo estadual e federal, verifica-se que o coronelismo se constituía no elo mais fraco desse sistema de compromissos.

José Murilo de Carvalho, ao analisar a visão de Victor Nunes Leal sobre o coronelismo, diz que:

O coronelismo surge em decorrência de uma conjuntura econômica de decadência econômica dos fazendeiros e de um fato político que era o federalismo implantado pela República. O enfraquecimento do poder político dos coronéis, fruto de uma alteração de forças, exige uma postura de maior presença do Estado para garantir a manutenção do poder político dos coronéis. Concluindo, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo, onde os mandões começam a perder força e recorrem ao Estado. (CARVALHO, 1999, p. 132).

Victor Nunes leal conclui dizendo que não é correto buscar a origem do coronelismo no patriarcalismo colonial — teoria defendida por Raimundo Faoro (2001) —, nem tampouco reduzir o fenômeno ao privatismo local, já que se pressupõe o contrário, que é na decadência do poder privado que funciona o processo de conservação do seu conteúdo residual. Daí afirma que o coronelismo seria um fenômeno característico do período republicano, embora diversos elementos que ajudam a compor o quadro possam ser observados nos períodos colonial e imperial brasileiros.

O autor vai mais além quando sustenta que o fato que poderia abalar as estruturas do fenômeno coronelista seria uma ruptura radical na estrutura fundiária, considerada por ele a principal fonte de sustentação política do coronelismo. A Revolução de 1930 não tocou nessa fonte de poder que é o latifúndio, e isso contribuiu para que a existência do coronelismo permanecesse em algumas regiões brasileiras, adaptando-se aqui e ali para sobreviver, “abandonando-se os anéis para conservarem-se os dedos”.

A constituição republicana de 1946 deu um grande salto de qualidade quando revitalizou o poder dos municípios, contribuindo para acentuar a crise do coronelismo, mas a estrutura fundiária permaneceu intocada, e mesmo com o esgotamento dos solos, as variações do mercado internacional, o crescimento das cidades, a expansão das indústrias, a implantação de leis trabalhistas, o desenvolvimento dos transportes e da comunicação, o coronelismo ainda persistiu.

Os governos brasileiros pecaram por não desenvolver um industrialismo à altura e por ter um agrarismo ultrapassado, limitando-se apenas a medidas protecionistas para superar a falta de receitas para a economia.

A segunda visão por nós analisada é a de Décio Saes (1982), que faz uma reinterpretação do fenômeno coronelismo a partir das relações conflitantes entre as esferas do poder local, regional e central. Essa análise parte da problemática dos tipos de Estados esboçada por Marx e Engels e ampliada por Poulantzas.

Isso significa dizer que deve-se ampliar a investigação sobre o Estado antigo, baseado nas relações de produção escravistas; o Estado feudal, baseado nas relações de produção servis; o Estado moderno representativo ou burguês, baseado em relações capitalistas de produção; e o Estado despótico, chamado de asiático.

Para Décio Saes, o coronelismo aparece como um fenômeno político, um conjunto de práticas só possíveis e funcionais no tipo de Estado burguês ou capitalista. Esse Estado burguês é caracterizado por uma dupla funcionalidade, que é a de desorganizador das classes trabalhadoras e de organizador da classe dominante. O Estado burguês age na desorganização das classes trabalhadoras na medida em que as isola, unindo; ou une-as isolando.

Para explicar essa dupla função do Estado burguês, Saes lança mão da visão de Estado defendida por Poulantzas quando diz que: “o Estado burguês converte os agentes da produção distribuídos em classes em sujeitos jurídico políticos, convertendo os indivíduos em cidadãos, representando a unidade desses indivíduos por ele isolados num corpo político denominado de povo nação.” (SAES, 1982, p.74-89 ).

Para a análise do coronelismo faz-se necessário o entendimento desse efeito de isolamento e a representação da unidade produzida pelo Estado burguês sobre todas as classes trabalhadoras de uma formação capitalista, pois se compreenderá como se processam as relações de produção pré-capitalistas como meação, parceria e outras formas de prestação de trabalho que produzem uma relação de dependência pessoal.

Para Saes, no campo desenvolvem-se relações de produção pré-capitalistas e esses efeitos de isolamento e representação da unidade não podem ser percebidos em todas as classes trabalhadoras, tendo em vista que as relações de produção desenvolvidas nessas áreas rurais se baseiam em dependência pessoal, dando-se ao nível ideológico como dever de fidelidade pessoal ao chefe local, o que cria obstáculos para transformar o trabalhador em cidadão.

Para que isso seja possível, faz-se necessária a destruição das relações de produção pré-capitalistas, a fim de que se processem as transformações necessárias para que se instalem no campo as instituições político-burguesas e o capitalismo. As condições para que tal fato venha a ocorrer são: haver uma aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade sob a direção de partidos políticos social-democratas ou trabalhistas; o Estado assumir uma forma democrática ou ditatorial fascista, pois estas permitem o desenvolvimento, apesar da desigualdade de

direitos políticos e civis, ao passo que a forma de Estado ditatorial militar impede a participação popular.

O Estado burguês, por sua vez, age na unificação da classe dominante, na medida em que não objetiva transformar os latifundiários pré-capitalistas em fração burguesa, garantindo assim a manutenção da exploração econômica e da dominação política, o que equivale dizer a instauração e conservação da ordem social vigente.

Saes (1982) aponta para a necessidade de se identificar qual é a classe hegemônica no bloco de poder em relação às demais classes. Para isso é preciso que se faça uma análise da política de Estado, mas não no que se refere à defesa da ordem social fundada na propriedade privada, e sim à política de desenvolvimento (decisões do Estado concernentes às frações do capital e à terra) e à política social (decisões do Estado relativas às classes trabalhadoras), dentro dos limites de instauração e conservação da ordem social.

Para o autor, “a classe hegemônica é aquela que controla a política de Estado e conseqüentemente tem poder de definir uma política de desenvolvimento que favoreça aos seus interesses.” (SAES, 1982, p. 74).

O coronelismo, por sua vez, é identificado como sendo:

Um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas democrático-burguesas. É um conjunto de práticas político-eleitorais que participam de um modo peculiar da dupla função do Estado burguês que é a de desorganizar as classes trabalhadoras e unificar a classe dominante sob o comando hegemônico de uma de suas frações. (SAES, 1982, p. 74).

Dessa forma, o coronelismo seria um fenômeno político verificável no quadro de um Estado burguês democrático. O coronelismo por si só já indicaria a existência desse Estado, mas ele só nasce e se desenvolve diante de algumas condições especiais, sendo a primeira delas as relações de dominação e dependência pessoal que só estão presentes em relações de produção pré-capitalistas, visto que a cessão da terra por parte dos latifundiários ao trabalhador implica uma obrigação de lealdade e fidelidade ao chefe local.

A relação de dominação e dependência pessoal assume um caráter político no quadro de um Estado burguês democrático, tendo em vista que nesse tipo de Estado a participação eleitoral converte os trabalhadores em cidadãos. Como grande parte desses trabalhadores estavam no campo e, por sua vez, encontravam-se submetidos à dominação pessoal dos senhores de terras, estes iriam atuar ativamente na desorganização dessas classes trabalhadoras, controlando o processo eleitoral.

Segundo Saes, “a realização das eleições alimenta a ilusão das classes trabalhadoras acerca da natureza do Estado, colocando-o como um representante da sociedade”. Os trabalhadores urbanos, pelo fato de terem um maior poder de organização, não se constituíam em massa de manobra por parte das elites, ameaçando constantemente a ordem social, enquanto os trabalhadores rurais, em função de viverem em relações de dependência pessoal associada a submissão econômico-social e política, serviam de massa de manobra para a classe dominante, constituindo-se na realidade no instrumento de poder do coronelismo.

Foi através dessa capacidade de manipulação eleitoral das massas do campo que surgiu a expressão “voto de cabresto”, indicando uma limitação do direito de exercer livremente o voto nas áreas rurais. O coronelismo implicava uma capacidade de manipulação eleitoral das massas pré-capitalistas das áreas rurais. Essas massas, por sua vez, não se constituíam no objeto do coronelismo, mas era o seu verdadeiro instrumento de poder, na medida em que a manipulação desses votos criava a ilusão de uma representatividade política, que tolhia outras classes trabalhadoras.

As frações urbanas das classes dominantes tinham um certo interesse na reprodução e manutenção do coronelismo, porque se de um lado as classes trabalhadoras urbanas representavam uma ameaça à ordem social, de outro as classes trabalhadoras rurais representavam o fiel da balança que garantia a manutenção da ordem e os privilégios políticos e econômicos das classes dominantes.

Por essa perspectiva, o coronelismo se constituía num mal necessário, sem o qual não se podia visualizar a possibilidade de uma aliança entre as classes trabalhadoras urbanas e rurais e conseqüentemente a reprodução do Estado burguês.

Décio Saes, na sua análise sobre o coronelismo, identifica três elementos importantes: o objeto a ser atingido pela política do coronelismo, que eram as classes trabalhadoras urbanas; o instrumento de poder do coronelismo, que eram as classes trabalhadoras rurais; e o agente que exercia uma dominação pessoal sobre os seus trabalhadores, que era o grande proprietário de terras.

Os grandes proprietários de terras por sua vez podiam delegar funções para outros personagens que compunham o quadro do coronelismo, os quais assumiam em nome deles todas as funções eleitorais. Essa delegação de poderes não modificava a natureza do coronelismo, continuando o grande proprietário de terras a ser o agente do coronelismo,

surgindo dessa delegação apenas a figura do intermediário entre os proprietários de terras e os seus dependentes.

O coronelismo em áreas rurais, por sua vez, não implicava na inexistência de luta de classes no campo, pois a forma de luta não era no terreno eleitoral. A luta tornava-se explosiva e violenta nos vários movimentos sociais de rebeldia, como o cangaço e os messianismos, ou manifestava-se através do êxodo rural, onde as pessoas por não terem alternativa de sobrevivência nos campos fugiam para as cidades.

Faz-se necessário destacar que nem todos os trabalhadores rurais participavam involuntariamente da função política desempenhada pelo coronelismo, sendo muito comum em algumas áreas do Nordeste brasileiro a ocorrência de motins e revoltas de trabalhadores contra a dominação e exploração das classes dominantes. Além disso o coronelismo incidia apenas sobre uma pequena parcela de trabalhadores do campo, já que, mesmo quando a população rural brasileira representava a maioria, o eleitorado rural apto a exercer o voto era minoritário.

Quando faz uma interpretação acerca dessa manipulação eleitoral, Saes, citando Faoro, não admite a existência da barganha eleitoral, ou seja, admite a sua existência apenas onde as práticas do coronelismo nunca se consolidaram de fato ou estavam em baixa pela desagregação das relações de dominação e dependência pessoal. Acrescenta ainda que a barganha eleitoral só existia entre o cabo eleitoral e a sua clientela.

Uma outra forma de manipulação eleitoral analisada por Saes é o uso da violência, quando o coronel impunha ao eleitor que votasse nos seus candidatos. A vigência de relações de dominação não exclui o uso de tal violência, sendo errado tentar dissociar dominação ideológica de coação, como se fossem utilizações alternativas, pois ambas estão intimamente conectadas.

Para que a dominação ideológica se reproduza, a violência da classe dominante não pode ultrapassar certos limites, pois do contrario a durabilidade dessa dominação é ameaçada. A contratação de milícias privadas no caso do coronelismo tinha a função de garantir a propriedade privada e a reprodução da dependência pessoal dos trabalhadores, agindo no sentido de reforçar a obrigação de lealdade e fidelidade para com o coronel, ao passo que as milícias públicas garantiam a manutenção da ordem e a reprodução do sistema.

O coronelismo agia na unificação da classe dominante na medida em que representava no plano eleitoral um instrumento de poder de uma fração hegemônica da classe dominante,

que tinha o poder de definir uma política de Estado favorável aos seus interesses. No entanto, o coronel não se constituía em instrumento de sua própria hegemonia, e a simples presença do Estado burguês democrático já demonstrava a derrota política dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas.

O coronelismo indica uma posição de submissão dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas no bloco de poder. O coronelismo servia eleitoralmente à hegemonia política da burguesia, mas era incapaz de se constituir num instrumento de poder dos grandes proprietários de terras pré-capitalistas.

O coronelismo tinha uma função estratégica de preservação do controle político já conquistado, na medida em que legitimava a continuidade desse poder aos olhos das demais frações da classe dominante.

O preço cobrado pelos grandes proprietários de terras pelos seus serviços eleitorais era a intocabilidade da propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista. A submissão dos coronéis não correspondia à passividade política dos mesmos.

Até o ano de 1930, o coronelismo estava a serviço da burguesia comercial cafeeira. O PSD, partido criado por essa classe como representante legal dos seus interesses, a partir de 1945, contraditoriamente, iria se pôr a serviço das forças sociais pró-industrialização que controlavam a política do Estado. Décio Saes afirma que durante esse período o PSD tirou os grandes proprietários de terras do ostracismo político em que viveram durante o Estado Novo, “recolonizando-os” (1982, p. 86).

Saes (1982, p. 87), citando Raimundo Faoro, identifica o coronel como “um chefe político municipal, de municípios rurais onde o capitalismo ainda não consolidou suas bases, sendo o coronel sempre um grande proprietário de terras e na sua municipalidade é ele quem controla e coordena a vida política”. Diante desse fato, sendo uma característica do Estado burguês a fragilidade dos municípios, a falta de autonomia legal e de recursos fazia com que inevitavelmente o coronel fosse um adesista, pois ser oposicionista não renderia bons frutos para sua política local, nem para o seu prestígio, uma vez que dependia de verbas extraordinárias para poder cumprir seu programa de administração,.

A relação de barganha existia entre o coronel, o estado e a União, e não entre o coronel e os votantes. O que existia entre o coronel e os votantes era um compromisso de fidelidade e lealdade sustentado nos laços de dependência pessoal. Dessa forma, a barganha entre o

coronel, o estado e a União indicava a chefia política municipal e definia, por consequência, toda a situação de fragilidade dos municípios.

Para que o coronel pudesse conseguir verbas e concessões públicas com as instâncias superiores e permanecer chefe político, ele tinha que necessariamente vestir uma roupa governista, pois o coronel oposicionista não usufruía de favores oficiais, tornando-se ineficaz para os propósitos eleitorais.

Não se quer dizer com isso que não existia oposição no campo ou nos municípios, claro que existia, mas esta se caracterizava como uma luta defensiva do conjunto dos grandes proprietários de terras. Quanto mais oposição houvesse, maior se tornaria o preço a ser pago pelo Estado aos coronéis para que fosse renovada continuamente a barganha eleitoral financeira, sendo este preço a intocabilidade do campo. Segundo Décio Saes (1982, p. 89):

O coronelismo majoritário (situacionista) e o coronelismo minoritário (oposicionista) se solidarizam na defesa do grande proprietário de terras que ambos representam. O fracasso político da corrente oposicionista na luta entre as frações burguesas se transfigura em eficácia do coronelismo oposicionista na luta defensiva dos proprietários fundiários pela preservação do latifúndio e do trabalho servil.

Para Saes, a relação de barganha implicava num reforço político para as “regiões”, já que os governos estaduais se colocavam como mediadores das barganhas entre o chefe político local e o governo federal. Era essa relação que fazia com que o governante estadual cobrasse do chefe político municipal o sucesso nos pleitos eleitorais a qualquer preço, valendo para isso usar todos os meios considerados legais ou extralegais.

A mediação das instâncias estaduais existia porque os interesses econômicos de cada região eram diversos e desarticulados entre si, mesmo estando articulados com os mercados internacionais.

Durante a Primeira República essa barganha entre os chefes políticos municipais e o governo da União concretizou-se sem intermediários, e mesmo com a centralização político-administrativa dos períodos pós-Revolução de 1930 e durante o Estado Novo, o coronelismo não foi eliminado, mostrando sua capacidade de adaptação não só em Estados federativos como em Estados unitários.

Assim, para Décio Saes, o coronelismo está associado a suas funções de desorganização das classes trabalhadoras e unificação das classes dominantes, sem no entanto chegar ao extremo de achar que todas as práticas do coronelismo são inteiramente funcionais num Estado burguês.

O coronelismo seria o aspecto da prática eleitoral da classe dominante que se mostrava mais vulnerável às críticas das classes trabalhadoras, por representar de forma bastante transparente a manipulação eleitoral em áreas rurais.

O coronelismo era o arcabouço ou armadura com que se revestia o proprietário de terras pré-capitalista e que permitia manter o atraso no campo e garantir a eficácia eleitoral para as frações burguesas, bem como a realização de seus próprios interesses políticos e econômicos.

Segundo Décio Saes, sua análise tem por finalidade obter um conceito de coronelismo que possa ser incorporado à teoria do Estado burguês, restringindo sua existência às áreas rurais e sua fonte de poder à manipulação do processo eleitoral.

É um fenômeno tipicamente republicano, que depende da existência de relações de produção pré-capitalistas no campo, onde haja relações de dependência pessoal e dominação que possibilitem a manipulação do voto, podendo até ocorrer no futuro, desde que estas condições sejam repetidas.

Uma outra corrente de pensamento que prestigiamos em nosso trabalho é a de Ibarê Dantas (1987), que analisa o fenômeno coronelismo dentro de uma perspectiva estrutural da sociedade a partir de uma tripla fundamentação, que seriam as dimensões econômico-social, ideológica e política.

A dimensão econômico-social destaca o grande proprietário de terras que mantém com seus trabalhadores rurais relações de produção não capitalistas. Daí nasce uma forma de dependência pessoal onde o proprietário rural, pelo fato de dispor de grandes quantidades de terras e meios econômicos para suprir sua clientela, exerce sobre os trabalhadores uma certa dominação que se sustenta em relações de fidelidade, troca de serviços e solidariedade. Essa proteção do senhor camufla as desigualdades sociais e a exploração.

Conectada com essa dimensão socioeconômica, atua a dimensão ideológica, que se apresenta como “um conjunto mais ou menos coerente de idéias e representações através de normas e comportamentos que reforçam esses laços de fidelidade, lealdade e práticas de submissão” (DANTAS, 1987, p. 15). Além disso, o coronel detém o monopólio das informações, que é considerado elemento vital para a preservação dos padrões de dominação e manutenção das relações de dependência pessoal.

A dimensão política, por sua vez, fundamenta-se na capacidade política de intermediação que o chefe local e o coronel, geralmente representante dos proprietários rurais,

têm e exercem entre a sociedade política estadual e as massas rurais no âmbito municipal; ou seja, de um lado o coronel age no controle das massas no campo, e de outro, legitimando a sociedade política.

Para Ibarê Dantas (1987, p. 16), a fonte de poder do coronelismo apresenta algumas variações históricas. Num primeiro momento está vinculada ao controle das massas através de milícias particulares; depois o coronel passa a explorar seu prestígio através de uma tradição de mando; e só mais tarde o voto passa a constituir um elemento importante.

O autor questiona a importância atribuída por Victor Nunes Leal ao voto do homem do campo, alicerçando a sua discórdia no analfabetismo da população da zona rural, que limitava sua participação nos pleitos eleitorais. Conclui dizendo que não é possível associar o coronelismo exclusivamente à prática eleitoral para todas as fases da história da República.

Assim como Victor Nunes Leal, Ibarê Dantas considera o coronelismo como um fenômeno republicano, mas reconhece suas origens ainda no Império, nas relações de patronato rural. Todavia é na República que o coronelismo atinge o seu apogeu em todas as características, principalmente a partir da política dos governadores adotada por Campos Sales.

Dantas explica sua teoria demonstrando a necessidade de se proporcionar um novo rearranjo político das classes sociais, tendo em vista que a proclamação da República e o afastamento do imperador deixara um grande vácuo na política, pois o imperador encarnava a figura do Estado, e através do poder moderador conseguia equilibrar e alternar os partidos políticos no poder, garantindo a manutenção da ordem escravista.

Quando essa ordem escravista foi quebrada, de certa forma os proprietários rurais ficaram desamparados, chegando a reclamar uma suposta indenização, que não veio por parte do governo imperial, caindo por terra a figura do imperador como grande protetor. A partir de 1870, com o manifesto republicano, iriam surgir novos partidos políticos, quebrando a antiga lógica de alternância entre os partidos conservador e liberal. A política dos governadores constituiu-se nesse novo arranjo político para garantir a hegemonia política para os novos donos do poder.

Esse novo arranjo, capaz de promover a manutenção da ordem e a sustentação das oligarquias no poder, retirava dos municípios sua autonomia, na medida em que os representantes dos municípios eram nomeados pelo executivo estadual. O problema a ser

solucionado estava relacionado com as nomeações, que geravam instabilidade política e conflitos intergrupais.

Diante da impotência do poder público de promover a manutenção da ordem, o coronelismo foi legitimado como fórmula adequada para resolver tais problemas. Dando-se carta branca aos coronéis nos seus municípios, legitimava-se a dominação dos grandes proprietários rurais e criavam-se condições para o desenvolvimento de poderes extralegais. É aí que um grande número de milícias particulares, compostas de capangas, jagunços e cangaceiros, iriam ser contratadas para garantir a manutenção da ‘ordem’ e da segurança particular dos latifundiários.

A análise feita por Ibarê Dantas aponta mudanças nas fontes de poder do coronel no decorrer dos tempos históricos, através das quais o coronelismo sofreu mutações. Segundo o autor, o coronelismo pode ser dividido em quatro fases: a primeira corresponde ao período da República Velha (1900-1930); a segunda localiza-se no período pós-Revolução de 1930, incluindo a instalação do Estado Novo (1930-1945); a terceira situa-se a partir da redemocratização do país em 1945, findando com o golpe militar de 1964; e a última se refere ao período pós-golpe de 1964.

No que se refere à primeira fase, Ibarê Dantas cita uma análise feita pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, onde este diz que o coronelismo surgiu em decorrência de séculos de mandonismo local, num momento em que a instauração da República promoveu alterações no equilíbrio das forças no país, desenvolvendo-se em áreas rurais onde a burguesia industrial não marcava presença — e mesmo nos grandes centros ela era incipiente, não tendo sequer um projeto político à altura do desenvolvimento capitalista que se esboçava.

Nesse período, o coronelismo se sustentava na coação como fonte de poder, na capacidade que o coronel possuía de arregimentar milícias particulares, que eram usadas para garantir o domínio do poder político para os grandes proprietários de terra. O controle do voto assumia um caráter secundário, diante da insignificante parcela de participação do eleitorado.

As eleições se constituíam num jogo de cartas marcadas onde os artífices do processo faziam parte de uma complexa teia que se vinculava à máquina administrativa, atuando de forma subordinada ao poder de mando do coronel. Segundo Ibarê (1987, p.22-26):

Era muito comum na época uma facção dormir vitoriosa após os resultados legais das urnas e amanhecer derrotada, pois o juiz da cidade decidira dar outro resultado a bico de pena, tamanha a preparação desse teatro. É que os juizes eleitorais e as juntas eram nomeados pelo próprio coronel, sendo normal a adulteração de boletins e de urnas.

A segunda fase é caracterizada por um grande abalo no sistema coronelista, fruto da crise econômica e do crescente processo de industrialização, que culminou com a perda do controle hegemônico da sociedade por parte das oligarquias rurais. Durante esse período os estados perderam sua autonomia, passando a ser governados por interventores nomeados pelo governo federal. Esses interventores tratavam de nomear os prefeitos e as autoridades municipais sem ouvir os tradicionais coronéis e buscando apoio nas oligarquias dissidentes, acarretando assim o desarmamento de alguns chefes locais, bem como a desmoralização política e prisão de alguns deles.

Essa guinada na política com a presença de interventores respaldada pelo governo central diminuiu bastante o poder de coerção e a arrogância bélica que os coronéis possuíam. Ocorreu de início um aumento da participação política dos trabalhadores urbanos em face dos reclames para que houvesse a reconstitucionalização do país e a implantação do voto secreto.

Durante esse período as principais fontes de poder político dos coronéis eram a propriedade de terras e a tradição de mando, habilidade moral ou honra social, bem como a capacidade de se aproximar dos governantes do dia, ou o adesismo. O voto ganhou uma certa importância com a instituição do voto secreto, a partir da constituição de 1934 e da criação da justiça eleitoral, mas com o golpe que instaurou o Estado Novo houve um retrocesso, pela inexistência de pleitos eleitorais.

Antes do golpe de 1937, que implantou o Estado Novo, o coronel se sustentara politicamente graças à honra social construída ao longo dos anos, reconhecidamente fundamentada numa tradição de domínio e de trato com os seus comparsas, cabras, capangas e cangaceiros, mas depois do golpe tornar-se-ia necessária uma postura de maior flexibilidade nas suas posições políticas.

Na zona rural, o coronel continuava ainda com bastante prestígio, dando as cartas e canalizando o voto dos eleitores para os seus candidatos; já nas áreas urbanas, contudo, o prestígio das oligarquias estaduais estava em baixa, com os trabalhadores e as camadas médias que surgiram em face das transformações que se operaram nos grandes centros do país.

A terceira fase, correspondente ao período que vai de 1945 a 1964, é caracterizada pela ampliação dos direitos civis e políticos dos cidadãos. O Estado tinha uma presença forte na estrutura sindical e o corporativismo estava presente nas relações entre capital e trabalho.

Dentro desse contexto surgiram novos partidos políticos que passaram a representar os diversos setores da sociedade brasileira.

A constituição brasileira de 1946, considerada liberal para a época, assegurou uma descentralização política e administrativa que favorecia a competição entre os grupos agromercantis e industriais pela maior influência nas políticas públicas, sem que nenhum desses grupos lograsse de fato conquistar a hegemonia política.

O fluxo migratório campo-cidade aumentou consideravelmente e com o fim da ditadura Vargas houve um retorno ao sistema representativo, menos excludente. Houve uma ampliação da participação eleitoral, os trabalhadores passaram a ter maior poder de pressão através dos seus órgãos de classe e os vários setores da sociedade alargavam cada vez mais o seu poder de barganha.

A participação política das massas urbanas rompeu com a lógica de ação e pensamento das lideranças políticas, gerando novas posturas frente aos novos desafios. No jogo das eleições, esses líderes, a fim de se promoverem politicamente, eram obrigados a fazer concessões às massas para conseguir manipulá-las eleitoralmente. O populismo avançava, mesmo com a resistência do meio rural controlado pelos coronéis, cuja principal fonte de poder passava a ser o voto.

As relações capitalistas iriam desempenhar um importante papel, pois não só mudavam as relações de trabalho, mas o próprio modo de pensar a sociedade, as pessoas e os direitos advindos dela. O voto se transformava em mercadoria, podendo ser comprado como qualquer outra mercadoria que se compra nos supermercados das cidades. Nesse contexto, Ibarê afirma que o coronelismo assumiu uma forma ambígua e contraditória, sendo a força política do coronel medida de acordo com a dimensão do seu colégio eleitoral e os números dos votos que possuísse.

O coronel assumiu a condição de empreiteiro de eleições, de obras e de serviços para garantir os laços de dominação e dependência pessoal. Seria na assistência paternalística que os coronéis iriam garantir os vínculos sociais, sendo dessa fase o surgimento da expressão “voto de cabresto”, e ganhando a importância a figura do cabo eleitoral, que era um mero agenciador de votos entre o coronel e os seus dependentes. Esses cabos eleitorais eram um misto de serviçais e líderes, sendo a eles concedidos alguns poderes tais como: dar empregos ou indicar alguém para algum cargo público, fazer benfeitorias nas terras cedidas aos dependentes do coronel, como açudes, barragens, etc.

Para Ibarê, esses poderes, que antes eram exclusivos dos coronéis, ao serem divididos com esses novos intermediários do poder iriam criar uma certa autonomia para outros setores da sociedade, que por sua vez iriam adquirir maior poder de barganha pelos votos comercializados com os governos estaduais e federal. Com a ampliação dos colégios eleitorais, os próprios dependentes, antes massa de manobra, agora conscientes do valor do voto passaram a também se influenciar pelo poder de barganha, minando as bases e comprometendo a existência do coronelismo.

Segundo Ibarê, a década de 1950 foi marcada pelo intenso desenvolvimento industrial na região Sudeste, sob a supremacia do capital monopolista, que expandia sua área de atuação, homogeneizando mercados e dando fomento à modernização dos aparelhos de Estado e à criação de novos órgãos ligados à política de planejamento.

O Estado passou a marcar presença ativa nas políticas públicas, sendo considerado o símbolo desse poder na região nordestina a SUDENE, autêntica representante da modernidade. A combalida classe dos senhores proprietários de terras sofria com a perda de seu poder econômico e político. Nesse período, o capitalismo iria se instalar no campo e abalar de vez o fundamento socioeconômico do poder dos coronéis.

O coronelismo em crise começava a agonizar, sitiado por forças desagregadoras de seu poderio, amargurando a perspectiva de um triste fim. Os políticos populistas com suas propostas reformistas iam gradativamente ocupando espaços de poder, enquanto os coronéis temerosos visualizavam a possibilidade de uma reforma agrária, que fatalmente atingiria em cheio o *radier* principal do seu poder, que era o latifúndio.

Diante dessas perspectivas sombrias e nefastas, o golpe militar instaurado em 1964 representou por um breve momento a tábua de salvação para os sobreviventes do coronelismo, sendo até recebido com bastante animação e manifestações de apoio e congratulações expressas aos militares e civis, e em especial ao exército, considerado o redentor de seu poderio.

Essa animação, porém, não está bem justificada por Ibarê. Talvez possamos dar uma luz sobre essa suposta alegria lembrando que havia durante a era de João Goulart um clamor popular por reformas em diversos setores, incluindo o agrário, o que, como já foi dito, atacaria a base de poder dos coronéis, que era a propriedade fundiária.

Essa animação durou pouco, pois o projeto político dos militares baseava-se no binômio desenvolvimento com segurança, e essa política representou a modernização do

sistema capitalista, pois a burocracia pública aliada às multinacionais e à burguesia nacional ampliaram o papel do Estado no setor produtivo, a captação de recursos e a entrada maciça de capitais estrangeiros, bem como promoveram a mudança das relações de trabalho e de dominação no campo.

O fôlego que o coronelismo ganhou durante esse período pode também ser justificado com base no fato de que a tendência dos grandes centros urbanos seria a de votar em candidatos oposicionistas, e os governadores estaduais nomeados pelos governos militares precisavam ter o apoio dessas lideranças que eram detentoras de currais eleitorais, mesmo havendo vínculos mais frágeis e flexíveis entre as lideranças locais e os dependentes. Dessa maneira, o voto do homem da zona rural era bastante valorizado.

A centralização política do regime militar atingiu o coronelismo positivamente quando ampliou os aparelhos públicos nas áreas de saúde, aposentadoria e assistência de créditos, tornando estes órgãos uma extensão do clientelismo de certa forma regulado pelo Estado. Porém, a ação fiscalizadora dos tribunais de contas dos estados e da União contribuiu bastante para um melhor gerenciamento dos recursos públicos, diluindo a autoridade pessoal e tradicional do coronel numa máquina burocrática.

Os coronéis, dessa forma, perderam o seu antigo estatuto, sendo obrigados a se adaptar aos novos tempos, transformando-se em chefes políticos modernos.

Ao estudarmos essas três correntes historiográficas, vários detalhes nos chamaram a atenção, sendo possível identificar pontos conflitantes entre elas, assim como elementos comuns. Desse modo, mesmo tendo uma posição de maior afinidade com a perspectiva de Ibarê Dantas, achamos que, como diz Victor Nunes Leal (1975), de acordo com as especificidades locais, é possível aos historiadores traduzir o fenômeno coronelismo como “o coronelismo de cada um”.

Consideramos ser o coronelismo um fenômeno eminentemente político e republicano, só percebido e consolidado em todas as suas práticas em áreas rurais, onde existam relações de produção pré-capitalistas que permitam visualizar relações de dominação e dependência pessoal.

Em relação ao processo eleitoral, entendemos que o coronel seja a peça chave no que diz respeito à condução e ao controle do voto nos pleitos eleitorais, e que tenha a função de garantir a eficácia dos resultados para os candidatos por ele escolhidos. Não visualizamos, porém, que o coronelismo só exista em função de pleitos eleitorais, porque mesmo em

determinados períodos da história brasileira em que não houve eleições o coronelismo sobreviveu e adaptou-se diante dos desafios à sua frente.

A nossa análise entende que a principal fonte de poder do coronel é o latifúndio, sendo ele inevitavelmente um grande proprietário de terras, mesmo que depois se dedique a outras atividades econômicas como o comércio ou atividades ligadas à agroindústria. O latifúndio é que verdadeiramente proporciona poder ao coronel, traduzindo esse poder em votos, pois as relações de dominação e dependência pessoal impedem que haja a liberdade no exercício do direito do voto.

Uma outra fonte de poder, decorrente da necessidade de garantir a propriedade privada, seria a força de coação, que também serviria para manter os laços de dependência pessoal e a manutenção da ordem, sendo essa força composta de milícias privadas ou públicas.

No período de 1937 a 1945, em que não houve eleições devido à instauração do Estado Novo, o poder do coronel se manteve, em função da tradição de mandonismo e honra social construída antes do golpe. O coronel era respeitado e garantia os seus privilégios, locupletando-se com os benefícios proporcionados pelo Estado, que ainda precisava dele para consolidar e implementar a penetração total do Estado burguês no campo.

O coronelismo é um fenômeno próprio da República brasileira, que atingiu o seu apogeu durante a década de 1920, passou por um processo de adaptações e acomodações diante das transformações políticas, econômicas e sociais que tiveram lugar no período 1930-1945, e teve o seu fim anunciado a partir da década de 1950, com o avanço das relações de trabalho capitalistas no campo e a presença mais efetiva do Estado nas políticas públicas. Apenas algumas relíquias desse passado conseguiram chegar até a década de 1960 com algum prestígio político e, segundo Faoro (2001), no estado de Pernambuco respiravam os últimos suspiros do coronelismo através dos coronéis Veremundo Soares em Salgueiro, Chico Romão Sampaio em Serrita e José Abílio em Bom Conselho.

## **2 A REPÚBLICA VELHA EM PERNAMBUCO (1889-1930)**

Antes de adentrarmos nos meandros das questões políticas, faz-se necessária uma incursão, ainda que breve, no cenário socioeconômico do período que antecedeu a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura, pois consideramos alguns desses pontos cruciais para o entendimento e compreensão das transformações políticas, econômicas e sociais, e também do campo em que vão ser travadas as lutas pelo poder no período analisado por este trabalho.

Em relação à economia do estado de Pernambuco, Levine (1980, p. 57) destaca que já em meados da década de 1850 existia a sinalização de uma grave crise econômica naquela que no período colonial havia-se constituído como a empresa mais lucrativa: a monocultura do açúcar.

Essa crise decorria de vários fatores, podendo-se destacar a crescente competição de cultivadores estrangeiros, que ao produzir em grande quantidade, lançando os excedentes da produção nos mercados consumidores, provocaram uma queda acentuada dos preços nesses mercados e, conseqüentemente, um certo desinteresse na produção, o que acarretou numa diminuição do volume das exportações.

Um outro fator considerado decisivo para acentuar ainda mais essa crise da monocultura do açúcar foi a postura dos senhores de engenho no sentido de cada vez mais concentrar terras, sem no entanto ter a competência de torná-las agricultáveis, passando a partir daí a negociar com contratadores e arrendatários, que cuidavam da produção e do fornecimento da cana-de-açúcar diretamente para as moendas dos engenhos.

Dentro do processo de transformações técnicas e tecnológicas, gradativamente os engenhos de açúcar foram sendo substituídos pelas usinas de açúcar, e os antigos senhores de engenho, representantes da decadente aristocracia nordestina, iriam também acompanhar essas mudanças, tornando-se eles próprios fornecedores para essas usinas.

Na tentativa de superação dessa crise que se desenhava sobre a produção açucareira, os senhores de engenho tornaram-se os porta-vozes, junto aos governos estadual e federal, de pedidos de financiamentos que favorecessem o escoamento da produção, como a construção de estradas de ferro, contribuindo ainda mais para a crise da economia nordestina, que se endividou bastante.

Os baixos lucros proporcionados pela economia açucareira produziram efeitos drásticos na estrutura de organização do trabalho, fazendo com que gradativamente a mão-de-obra escrava fosse substituída pela mão-de-obra livre e assalariada. Essa mudança nas relações de trabalho contribuiu para aumentar o tráfico interprovincial de escravos, na medida em que grande parte dos escravos que viviam nos engenhos do Nordeste foi vendida por elevados preços aos fazendeiros do café no Sul. Nos engenhos nordestinos, surgiu um elemento novo: os bolsões de pobres despossuídos de terras, chamados de grileiros, que viviam no regime de arrendamento ou como meeiros, tornando-se agregados junto aos engenhos.

A grande concentração de terras e as novas relações de trabalho contribuíram para o advento de relações de dominação e dependência pessoal, quando os senhores de terras, ao invés de pagar salários, resolveram doar o usufruto das terras improdutivas como forma de pagamento pelo trabalho prestado, de acordo com suas próprias regras.

Esse tipo de relação de trabalho servia como forma de controle social, na medida em que os senhores de terras podiam contratar assalariados quando da sua necessidade, gerando uma certa instabilidade por parte do empregado no trabalho, o qual terminava por se sujeitar a qualquer coisa para não perder o emprego que era sua fonte de sobrevivência. Ninguém queria ficar na condição de desempregado, e isso tornava mais fácil a dominação e o controle social.

Para o desempregado as alternativas eram poucas, ou partia para os grandes centros urbanos em busca de sobrevivência nas fábricas, ou ficava e se submetia à dominação dos fazendeiros, ou ainda engrossava as fileiras do cangaço e dos movimentos de fanatismo religioso.

Segundo Levine (1980, p. 61), “entre os anos de 1870 e 1930, a abolição do trabalho escravo e o advento das refinarias combinados contribuíram para aviltar o já baixo padrão de vida”. O achatamento dos salários e o crescimento populacional eram maiores do que em outros tempos.

No estado de Pernambuco predominavam os latifúndios, grandes propriedades de terras que pertenciam aos fazendeiros. A forma de se trabalhar nessas terras era bastante rudimentar, com o uso de ferramentas consideradas atrasadas para o século XX, sendo raro o uso de maquinários modernos devido aos altos custos e à baixa lucratividade diante da situação de estagnação econômica da monocultura do açúcar.

Associado a esses fatores, o Nordeste, e mais precisamente o sertão de Pernambuco, era constantemente assolado por secas periódicas, o que contribuía ainda mais para acentuar a crise, gerando fome, miséria e epidemias.

As usinas de açúcar foram consideradas as maiores responsáveis pelo agravamento da crise econômica do estado, pela elevação do nível de concentração de terras que promoveram, bem como pelo excessivo número de financiamentos que foram concedidos para salvar a aristocracia açucareira da falência, prejudicando outros setores da economia pernambucana.

O maior reflexo dessa crise se deu na campanha política de sucessão para o estado de Pernambuco em 1911, quando os interesses da aristocracia fundiária dos antigos engenhos de açúcar chocou-se com os interesses da burguesia urbana representada pelos usineiros, considerados representantes dos grupos comerciais e agroindustriais da cidade.

O surgimento de um grande número de usinas em Pernambuco nas décadas de 1880 a 1930 contribuiu para a destruição das relações de patriarcalismo do mundo dos engenhos, e a necessidade de expandir as áreas cultivadas teve como consequência uma maior concentração de terras por parte dos latifundiários, com a expulsão de milhares de famílias das zonas rurais.

Esse período é caracterizado por uma intensa recessão econômica, onde a produção de açúcar no Nordeste teve movimentos ascendentes e descendentes, acompanhando o desempenho das exportações, tendo em vista a imprevisibilidade e desigualdade da demanda nos mercados externos e internos.

Por fim, já na década de 1930, com a crise econômica chegando ao ponto máximo, ocorreram atos de violência armada no campo, o que motivou a criação de uma legislação específica para atender e solucionar o problema, sendo criado em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, o Instituto do Açúcar e do Alcool com o objetivo de controlar a produção nacional do açúcar e garantir a compra de cotas por preço mínimo por parte do Estado. Essa medida deu um novo fôlego aos fornecedores de cana-de-açúcar, mas não resolveu definitivamente a questão.

Uma outra atividade econômica considerada importante para a região nordestina era a cultura do algodão, que assim como o açúcar atendia as necessidades dos mercados internacionais, mais especificamente do mercado inglês. Nos fins do século XVIII e início do século XIX, a exportação do algodão nordestino alcançou cifras elevadas, passando a se constituir numa alternativa econômica viável diante da combalida economia açucareira, tornando-se o porto do Recife o segundo maior exportador do Brasil.

O que é importante registrar a respeito da atividade agro-exportadora do algodão é que por ter desenvolvido um modo de produção diferenciado dos latifúndios do açúcar, introduzindo novas formas de uso da terra, possibilitou uma maior dinâmica na economia interiorana, principalmente na zona da mata e no sertão.

Excluindo essas atividades econômicas, poucas alternativas restavam ao estado de Pernambuco, e mesmo assim estas estavam limitadas à região litorânea, como é o caso das indústrias e das fábricas, que na sua grande maioria pertenciam a estrangeiros e ficavam impossibilitadas de penetração no interior pela quase inexistência de estradas de ferro, provocando um isolamento da região.

Durante esse período, poucas fábricas se instalaram no interior. Além disso, eram caracterizadas por uma produção feita por processos rudimentares e de forma manual. Só a partir de meados de 1910 é que foram introduzidos equipamentos modernos (máquinas de beneficiamento de matérias-primas) em algumas cidades do interior, como é o caso da fábrica Peixe em Pesqueira, que produzia goiabada (LEVINE, 1980, p. 71). As fábricas locais até 1930 eram rudimentares e perigosas, sendo bastante comuns acidentes de trabalho.

O advento da energia elétrica a partir de 1890 possibilitou o aumento da jornada de trabalho dos trabalhadores e conseqüentemente ocorreu um incremento da produção, que passou a ser vendido no mercado interno, mais precisamente nos estados vizinhos. Entretanto, dentro da própria região nordestina os mercados consumidores eram pequenos e o poder de compra da população era muito baixo, levando o estado a penar com a falta de autonomia financeira.

Assim, mesmo com o aumento da produção proporcionado pelo advento da energia elétrica, a escala de produção era considerada baixa para alcançar o objetivo de sanear as finanças estaduais, daí que a situação de dependência perante os outros estados era grande, sendo Pernambuco obrigado a fornecer matérias-primas para outras regiões do país e comprar manufaturas mais especializadas.

Diante da situação caótica da agroindústria nordestina, algumas medidas foram tomadas com o objetivo de minimizar a falta de créditos agrícolas, como a regulamentação da hipoteca para que os fazendeiros do Nordeste não ficassem nas mãos da agiotagem. Mas tudo foi em vão, pois eles não procuraram os bancos, sobretudo pelo fato de que na maioria das vezes a propriedade das terras fora conseguida por meios fraudulentos.

A Primeira Guerra Mundial teve reflexos negativos sobre a economia nordestina, gerando severos problemas no setor de transportes, envolvendo a Great Western Railroad, que ficou impossibilitada de importar peças de reposição para os trens. O sistema de telégrafos também foi seriamente prejudicado, sendo um grande número de operários das fábricas demitidos por causa da quebra de máquinas e da impossibilidade de obtenção de peças sobressalentes.

O sistema de transportes do estado de Pernambuco era monopolizado pela Great Western Railroad, sendo ela responsável pela instalação dos trilhos que atravessava a região do agreste até a capital pernambucana. Havia ainda linhas independentes de usinas que operavam na zona da mata e um sistema urbano-suburbano controlado pela Pernambuco Tramways.

Essas empresas de transportes de propriedade estrangeira eram muito mal vistas pela população, sendo consideradas símbolos de exploração, imperialismo e acima de tudo de baixos salários, sendo bastante comuns demissões de trabalhadores como castigo por aderirem a algum movimento grevista. Durante a década de 1920, os atritos entre empresas estrangeiras e o Estado Nacional se acentuaram, chegando a servir de mote para que os patriotas locais de Pernambuco e fervorosos nacionalistas montassem um discurso político de oposição.

Outro meio de transporte utilizado para o escoamento da produção de açúcar e de algodão eram as linhas marítimas, mas apesar de serem subsidiadas pelo governo elas eram muito caras. Além disso, o porto do Recife com suas péssimas instalações era ineficiente, causando constantemente engarrafamentos no atracamento de navios, o que fez com que caísse no *ranking* nacional dos portos brasileiros.

A modernização dos transportes teve como reflexo o desemprego maciço de milhares de almocreves e arrieiros que faziam o transporte das mercadorias em lombo de burros da zona da mata para a capital e vice-versa, bem como para o interior do sertão. Essa modernização produziu um alto custo social, pois alargou as diferenças sociais entre a zona da mata e o sertão, pois os trilhos só chegavam até Pesqueira e Arcoverde, deixando a maior parte do sertão em estado de isolamento.

A partir da década de 1920, o comércio sertanejo se expandiu e o aumento da circulação de mercadorias e valores estimulou formas de banditismo social, representadas pelos cangaceiros que assolavam o sertão nordestino, saqueando e matando grupos de caravanas de comerciantes que arriscavam atravessar a região. Os cangaceiros agiam por

conta própria, ou a serviço dos coronéis ou até mesmo de representantes dos governos local, estadual e federal.

Essas transformações políticas e econômicas que se operaram no período que antecedeu a Proclamação da República provocaram mudanças na sociedade sertaneja, seja nas relações sociais de trabalho, na organização da sociedade, no aprofundamento das desigualdades sociais e regionais e também nas formas de dominação e de dependência pessoal.

As condições de sobrevivência no interior sertanejo ficaram piores, forçando os trabalhadores a migrarem para os grandes centros urbanos. Era bastante comum ver nas estradas retirantes em busca de alternativas e melhores condições de vida, indo para os confins mais distantes do país como a região Sul e a Amazônia.

Havia no estado de Pernambuco duas realidades desiguais e diferentes: a da vida interiorana e a da capital pernambucana. Essas realidades estavam intimamente conectadas, na medida em que a modernização da capital e suas múltiplas possibilidades de ascensão e bem-estar social representavam o inverso da vida no sertão, fruto do abandono por parte do Estado e da ausência de políticas públicas.

O mundo rural era marcado por um descrédito generalizado das populações pobres, que vivendo desamparadas e sob o jugo dos senhores de engenho da zona da mata e dos fazendeiros coronéis do sertão eram forçadas a migrar para as cidades em busca de perspectivas de sobrevivência.

Levine (1980, p. 92) afirma que “a própria elite rural não desejava mudanças, pois mandavam seus filhos para os grandes centros urbanos fazer o curso de Direito, ao invés de freqüentarem escolas de agronomia”.

Até o final do século XIX, apenas alguns poucos plantadores subsidiados pelo governo conseguiram se manter financeiramente ativos nos mercados, construindo fábricas e usinas. A grande maioria estava falida economicamente, em face da crise açucareira, restando na década de 1920 apenas algumas poucas famílias representantes da aristocracia açucareira. Mudanças eram muito difíceis, pois existiam grandes resistências a elas porque representavam um perigo constante à manutenção do poder.

A sociedade açucareira possuía algumas características peculiares: a família era o centro da organização social, sendo controlada por um pai autoritário que possuía poderes

legais e extralegis sobre os seus filhos, esposa e dependentes, sendo comum a existência de famílias extras com filhos bastardos e até o sustento de prostitutas por parte dos senhores.

À margem dessa esfera de vida pulsante do ponto de vista do poder, viviam os pobres, cuja grande maioria era composta de negros e mestiços. À medida que se distanciava da região litorânea, na direção do agreste e do sertão, surgia um número cada vez maior de brancos pobres, vivendo sem as mínimas condições econômicas, de saúde e afastados da educação.

Segundo Levine (1980, p. 95), “havia uma grande variedade de massas pobres, diversas escalas de grau de pobreza de acordo com as profissões e as circunstâncias, havendo relativas possibilidades de mobilidade social de acordo com o grau de desenvolvimento das instituições capitalistas na mata e no sertão”.

No interior existiam poucas cidades que apresentavam uma área urbana desenvolvida e com a presença de vários profissionais liberais. A regra geral eram pequenos povoados em situação de abandono e isolados da capital pernambucana sob o ponto de vista das políticas públicas, dos transportes, da saúde, da educação, e até desamparados pela religião, com a ausência de párocos. O quadro geral do estado de Pernambuco em 1937 basicamente era este, e dos 85 municípios apenas Pesqueira, Caruaru e Garanhuns possuíam um certo grau de vida urbana, e mesmo assim eram dependentes do Recife para complementar as suas economias.

Sob a perspectiva da religião, no interior, como já dissemos acima, o clero era em número insuficiente para dar conta do rebanho de fiéis e na sua maioria constituído de estrangeiros que seguiam a orientação dos preceitos romanos. Falavam uma linguagem difícil de ser entendida pelos fiéis, tanto sob o aspecto lingüístico como teológico, pois legitimavam a dominação e exploração por parte dos senhores de terras.

A alternativa das massas populares em vista da opressão justificada pela Igreja Católica romanizada era enveredar por outros caminhos que se constituíram na resposta a essa dominação. As práticas de religiosidade popular fizeram com que houvesse uma associação com os movimentos de fanatismo religioso e os messianismos. Esses movimentos não eram bem vistos pelo clero romanizado, que perdia um grande número de fiéis, nem pelos fazendeiros donos de terras, pois ameaçavam a ordem fundiária, diminuindo a mão-de-obra em suas propriedades.

Com todas essas contradições visíveis, Levine (1980, p. 99) afirma que “as populações rurais abraçavam práticas modernas e profanas, como os feriados patrióticos estaduais e

nacionais, as danças e festivais públicos e as ruidosas campanhas políticas”. Além dessas festividades existia um grande número de festas e feriados religiosos municipais geralmente em homenagem aos santos padroeiros das cidades.

O abismo que separava a cultura urbana da interiorana era grande sob vários aspectos; enquanto nas cidades mais desenvolvidas e na capital a modernização ia ganhando espaço, sendo o progresso o mote diário, o interior era considerado uma ameaça a esse progresso, pois os senhores de terras que eram avessos a mudanças criavam obstáculos a essa modernização.

Os clubes sociais se constituíam num símbolo da vida citadina, onde a elite urbana desfrutava seus momentos de lazer demonstrando o poder e pompa a que julgava ter direito. Para os pobres, excluídos dos clubes, restavam apenas as associações carnavalescas,.

A imprensa desempenhava um importante papel na divulgação do estilo de vida urbano e burguês da capital pernambucana, tendo um grande número de periódicos circulando pela cidade e pelo estado. Por esse ângulo, o contraste também era visível. Segundo Levigne (1980, p. p. 105), “entre 1918 e 1930 circulavam na capital pernambucana 45 periódicos, na região do Agreste 30 e no Sertão apenas quatro”.

Depois de 1930 surgiram novos meios de comunicação como o rádio, revistas de circulação nacional, jornais cinematográficos e filmes, que eram considerados os “jornais dos pobres”. As notícias das cidades do interior quando não eram veiculadas pelos periódicos locais eram divulgadas nos jornais da capital, geralmente a mando dos chefes políticos locais e das oligarquias estaduais como forma de promoção pessoal e de legitimação do poder político.

A educação era privilégio de uma elite branca, ficando a grande maioria dos pobres em condição de analfabetismo. As escolas públicas eram consideradas de baixa qualidade, não dando conta da demanda social, e os professores, via de regra, eram muito mal remunerados.

A capital pernambucana foi berço de alguns movimentos intelectuais como o positivismo filosófico, que associado à proclamação da República teve forte influência nos meios acadêmicos. Um outro movimento foi a reação de intelectuais nordestinos à Semana de Arte Moderna na década de 1920. O regionalismo nordestino se mostrou avesso à modernização, defendendo a preservação das tradições regionais e denunciando o impacto dessa modernização na sociedade do açúcar.

## 2.1 Os primórdios da República

Levigne (1980) divide a evolução política de Pernambuco durante a República Velha em quatro fases distintas. A primeira corresponde ao período de 1889 a 1896, caracterizado inicialmente pela proclamação do regime republicano no Brasil. Durante esses anos, ocorreu no estado de Pernambuco uma sucessão de administrações repressivas e emergenciais com o intuito de restabelecer a ordem, já que imperava o caos político, pois as facções políticas lutavam entre si em discórdias e pendências mal resolvidas sobre quem deveria de fato assumir o controle do governo e o comando das decisões políticas no estado.

Os partidos políticos da época imperial, o Liberal e o Conservador, estavam em frangalhos e enfraquecidos politicamente, e os republicanos locais sob a liderança de Martins Júnior não capitalizavam a simpatia do governo do marechal Deodoro da Fonseca para que aquele fosse alçado à condição de governar o estado de Pernambuco.

Os primeiros anos da República brasileira no estado de Pernambuco foram marcados por lutas internas, cruentas e ferozes entre os partidários políticos de Martins Júnior, os históricos e vulgarmente chamados de ‘violões’, e os partidários de José Mariano, oriundos do Partido Liberal e conhecidos como ‘deletérios’. Assistindo a tudo, não de maneira passiva, mas de forma matreira, astuta, estavam os partidários do conselheiro Rosa e Silva, oriundos do Partido Conservador e vulgarmente chamados de ‘lorotas’.

Durante esse período, o governo federal usou de vários artifícios para tentar harmonizar a política pernambucana, e quando do ato da Proclamação da República e entrega do poder político pelo então presidente da província de Pernambuco, Sigismundo, em 1889, assumiu provisoriamente a fim de conter os abusos e manter a ordem pública o coronel José Cerqueira de Aguiar. E justamente pelo fato de os partidários de Martins Júnior não desfrutarem da confiança de Deodoro da Fonseca foi que assumiu o poder político de Pernambuco o general José Semeão de Oliveira, indivíduo estranho ao meio político do estado, mas um camarada de fardas e da inteira confiança do Marechal.

José Semeão de Oliveira fracassou por falta de habilidade política, deixando-se envolver em questiúnculas e nas várias lutas entre as diversas facções republicanistas, e principalmente por se identificar com o grupo de José Mariano, os ‘deletérios’, o que gerou um certo descontentamento entre os partidários políticos de Martins Júnior, que estavam afastados do poder.

Dentro desse contexto é que nos bastidores da política o general José Semeão de Oliveira aos poucos foi sendo afastado do poder devido a manobras de Martins Júnior, que usando do seu prestígio político junto a Quintino Bocaiúva interferiu no sentido de Deodoro da Fonseca nomear alguém mais ligado a sua corrente, tendo a escolha recaída sobre o paraibano Albino Meira, elemento muito integrado na política pernambucana e da inteira confiança de Martins Júnior e de seus partidários.

Pelo menos em tese, Albino Meira tentou demonstrar que não seria um joguete nas mãos dos republicanos históricos de Martins Júnior. Assim, em carta do dia 24 de abril de 1890 ao Diário de Pernambuco, manifestava-se de forma a contradizer aqueles que achavam ser ele uma marionete a serviço dos históricos, afirmando ser a substituição uma simples permuta de dirigentes e que o governo republicano continuava não se constituindo num privilégio de classes, estando aberto a todos (apud PORTO, 1986, p. 15-16). A prática, no entanto, mostrou outra coisa e esse rasgo de patriotismo na verdade constituiu-se numa promessa mal realizada, tornando-se ele de fato um joguete dos interesses dos históricos martinistas em Pernambuco.

Diante desse quadro de lutas internas e de manobras políticas, o marechal Deodoro da Fonseca nomeou o barão de Lucena para governar Pernambuco, com a missão de harmonizar as várias facções políticas do estado, pacificar os insatisfeitos e dar prosseguimento ao projeto republicano. Apesar do pouco tempo em que esteve na administração do estado de Pernambuco, o barão de Lucena implantou uma política pacificadora, tarefa das mais difíceis, principalmente a de compor uma chapa única nas eleições do congresso. As querelas entre martinistas e marianistas estavam longe de acabar, mas a tarefa de consolidar a República e pacificar o estado era urgente e de grande valia.

Durante esse período houve várias tentativas de formar um partido coeso a partir da união das três tendências — liberais, conservadores e históricos — e várias composições foram sugeridas, sendo enfim montada a chapa de conciliação resolvendo provisoriamente as intransigências dos martinistas.

Em meados de outubro de 1890, o marechal Deodoro da Fonseca nomeou o barão de Lucena para o cargo de ministro do Supremo Tribunal, passando o governo de Pernambuco para Correia da Silva, homem leal e garantia de continuidade do projeto republicano. Diante da necessidade de constitucionalização do país, o governo provisório convocou eleições para a Constituinte a fim de elaborar a primeira constituição republicana e eleger o presidente e vice-presidente da República.

Os estados por sua vez também elaboraram suas constituições, havendo sido eleito como governador constitucional em Pernambuco o barão de Lucena, tendo como vice-governador Correia da Silva. Esse governo do barão de Lucena também teve curta duração, pois com a República entrando em crise ele recebeu do marechal Deodoro da Fonseca a incumbência de compor um ministério parlamentarista, tarefa das mais difíceis, que veio a fracassar, pois com a renúncia coletiva do antigo ministério a crise acentuou-se, aumentando a profundidade do abismo que existia entre os congressistas e o governo federal.

Dentro dessa conjuntura política estourou a revolta da armada, liderada pelo almirante Custódio de Melo. Visualizando a possibilidade de uma guerra civil, Deodoro da Fonseca renunciou ao poder. Sua renúncia promoveu a ascensão do marechal Floriano Peixoto, mudando o panorama geral do país e mais especificamente do estado de Pernambuco sob a liderança do barão de Lucena.

Correia da Silva, alegando motivo de moléstia, renunciou, e em seu lugar assumiu de imediato o barão de Contendas, vice-governador do estado, com a tarefa de manter a ordem pública e apoiado no discurso da legalidade propalado pelo marechal Floriano Peixoto. O barão de Contendas, porém, sofreu um processo de fritura e em pouco tempo teve que entregar o poder a uma junta governativa composta pelo general Ourique Ambrósio e José Vicente. Essa junta não foi bem vista pelo povo por representar os interesses dos históricos, mas também porque ela pretendia a reconstitucionalização do estado, o que representava convocar as eleições do legislativo, que por sua vez elegeria de forma indireta o governador estadual.

O que diferenciava os republicanos locais chamados de históricos dos demais grupos era apenas a condição de não serem monarquistas convertidos na última hora, de nada adiantando esse detalhe na hora da escolha de quem realmente iria governar o estado, pois como afirmou Costa Porto(1986) todos esses partidos a partir de 1893 foram reagrupados no Partido Republicano Federal (PRF), organizado pelo ex-monarquista conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, formando um grupo híbrido, tão distintos eram os interesses arranjos sob uma mesma legenda.

Os republicanos históricos fracassaram na implantação do seu projeto político para o estado, por discordarem ideologicamente dos intermediários regionais do poder. A forma radical de conduzir a política em Pernambuco por Martins Júnior afastou possíveis aliados e o seu grupo político foi relegado, sendo jogado na liça pelos usurpadores do projeto republicano.

O resultado desse exacerbado radicalismo político por parte dos republicanos históricos foi que durante a Primeira República, ou República Velha, nem um republicano pertencente a essa ala foi eleito presidente de Pernambuco, assumindo o poder estadual apenas chefes políticos pertencentes ao antigo regime monárquico dos partidos Liberal ou Conservador que com maior flexibilidade aderiram aos ideais republicanos.

Os republicanos históricos no estado de Pernambuco não só pecaram por falta de flexibilidade, mas a falta de habilidade política em conduzir o projeto republicano no estado fez com que Martins Júnior fosse preterido pelo governo republicano nacional, que olhava a política pernambucana com uma certa desconfiança, em função da anarquia e da violência utilizada em levantes armados na capital e no interior do estado por parte dos partidários de Martins Júnior, criando um estado de caos e anarquia política em Pernambuco.

Em 1892, mesmo com o partido republicano conquistando todos os lugares na assembleia, excetuando-se os que eram reservados para a oposição, o marechal Floriano Peixoto, por não confiar nos republicanos históricos de Pernambuco, nomeou um interventor para o estado tirado do seu colete, discordando da lista que havia sido entregue pelos republicanos contendo quatro nomes. A escolha de Floriano Peixoto recaiu sobre o nome de José Barbosa Lima.

Barbosa Lima, como ficou conhecido, tratou de governar o estado de Pernambuco com impetuosidade e autoritarismo, esmagando de vez e pondo por terra os planos e sonhos dos republicanos históricos de um dia ter o controle político do estado em suas mãos. Os republicanos históricos por sua vez não ficaram assistindo a tudo de camarote. Tratando de marcar pontos, seus oradores fizeram inúmeras ameaças em seus discursos, querendo traçar a conduta do governador de forma subordinada a Martins Júnior, insinuando-lhe a obediência aos princípios do partido representado na interpretação dos históricos.

A resposta de Barbosa Lima foi direta e à altura, dizendo que não era empreiteiro de eleições e não agiria de forma passiva e subordinada politicamente. Barbosa Lima atacava com atos as ameaças veladas dos históricos, e cada ação sua na administração do estado visava enfraquecer gradativamente o poder político dos republicanos históricos. Dessa forma, sinalizou para a concessão de liberdade de voto, garantindo que não mais existiriam chapas ou candidatos oficiais; essa atitude do governador encorajou elementos oposicionistas a denunciarem os abusos do partidarismo das autoridades municipais, reivindicando a reestruturação das municipalidades prevista na constituição republicana.

A maioria das administrações no interior haviam sido nomeadas pela junta governativa, tendo estas estreitas ligações com os republicanos históricos. Durante o ano de 1892, Barbosa Lima iniciou um processo doloroso de adiamento das eleições locais, suspensão do orçamento municipal de Recife e, por fim, não reconheceu a legalidade das administrações municipais interioranas, o que representou um grande prejuízo político para os históricos de Martins Júnior.

A dissolução das municipalidades<sup>2</sup> em agosto de 1892 provocou a demissão de prefeitos e vice-prefeitos que estavam em exercício, nomeando-se novas intendências e marcando-se a realização de novas eleições para dezembro. Essa medida gerou insatisfações dos antigos detentores do poder em seus municípios, que seguindo orientação de Martins Júnior iriam organizar levantes armados no interior, principalmente em Salgueiro, Vila Bela e Triunfo, onde ocorreram com maior gravidade.

O rompimento político oficial entre os republicanos históricos e o governador Barbosa Lima era apenas questão de tempo, pois as cartas já estavam na mesa e o jogo já estava sendo jogado, faltando apenas aos jogadores oficiais tomar as decisões cabíveis. Barbosa Lima dispunha do apoio popular e contou com a aproximação dos demais grupos políticos — conservadores, liberais e autonomistas —, não só pela sua honestidade, mas também por interesses e pela reação contrária aos radicalismos dos martinistas.

Em represália Martins Júnior iria trabalhar abertamente pela deposição de Barbosa Lima, usando de todos os meios possíveis para o seu afastamento. Os martinistas solicitariam até a nomeação de uma junta médica para examinar as faculdades mentais do governador e fariam indicação no sentido do congresso intimar o governador a deixar o cargo.

Barbosa Lima, apesar da sua integridade e honestidade, ganhou grandes inimigos com o uso de seus métodos violentos e seu autoritarismo, principalmente nos meios de comunicação de massas, sendo uma prática comum sua ordenar o empastelamento de jornais de oposição pela polícia. No período de sua administração cabe registrar os incentivos dados pelo seu governo à indústria açucareira no que se refere à modernização e treinamento técnicos.

---

<sup>2</sup> Com a proclamação da República e a ausência de uma constituição republicana, foram nomeadas intendências para administrar os municípios. Quando em 1891 foi promulgada a 1ª constituição republicana tornou-se claro que era imperativa a legalização das autoridades municipais, e esta só podia ser feita pelo processo eleitoral. Assim, as antigas autoridades municipais foram afastadas, sendo nomeadas outras provisoriamente, de acordo com os interesses do governador do estado Barbosa Lima, devendo ser realizadas as eleições dentro das regras das novas autoridades dos municípios, o que deu margem para fraudes e levantes armados por parte dos que se sentiram prejudicados, no caso os republicanos históricos.

Com a saída de Barbosa Lima do cenário político pernambucano iniciou-se uma nova fase, onde predominava a figura do presidente da câmara dos deputados federais, o ex-conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, herdeiro natural dos valores da aristocracia imperial. Sendo o período de 1889 a 1896 caracterizado por instabilidade política e tentativas de consolidação do projeto republicano, era natural que essa fase fosse pontuada de turbulências, ocorrendo várias combinações mal fadadas de harmonização dos grupos políticos em Pernambuco, explicando-se o prestígio de Rosa e Silva pela sua capacidade de liderança e flexibilidade.

## **2.2 O rosismo (1896-1911)**

Rosa e Silva havia sido ministro da Justiça no gabinete de João Alfredo, penúltimo gabinete do período monárquico. Era um nome tirado das sombras, mas que em pouco tempo se constituiu numa grande liderança do estado de Pernambuco, tornando-se o chefe do Norte e disputando com Pinheiro Machado, chefe do Sul, a liderança nacional.

Diz-se que o reinado de Rosa e Silva em Pernambuco durou de 1896 a 1911, findando com a intervenção federal que colocou no poder do estado o general Dantas Barreto. Para Levigne (1980), essa é a segunda fase da história política de Pernambuco, mas para Costa Porto (1986) são os tempos de Rosa e Silva, enquanto Raimundo Arrais (1998) traduziu esse momento como a Pax Rosista. No nosso entender esse foi um momento em que a oposição ficou sem um norte, permitindo a Rosa e Silva implementar sua política de conciliação. “É no dissenso das oposições que se constrói o consenso das oligarquias.”

Se olharmos pelo ângulo da posição de poder que Rosa e Silva ocupou, o estabelecimento de limites traçado por Levine se encaixa bem, mas se olharmos pelo prisma da reputação que o ex-conselheiro Rosa e Silva desfrutava desde o período imperial, pode-se perceber que sua habilidade política e capacidade de flexibilidade das relações permitiram que se acomodasse no poder por várias décadas, moldando-se às circunstâncias de acordo com os interesses de sua classe.

O seu Partido Republicano Federal, constituído em 1893, funcionou em três planos distintos, mas interconectados, numa imensa teia de relações que envolviam o controle majoritário da bancada estadual no Congresso Nacional, a supervisão das atividades administrativas legislativas e judiciárias na capital pernambucana e uma complexa rede de

alianças e compromissos políticos e clientelistas com os coronéis do interior, que em troca de votos recebiam do estado garantia de autonomia legal e extralegal nos seus municípios.

Rosa e Silva nunca chegou a administrar o estado de Pernambuco como presidente eleito pelo voto, mas administrava os conchavos e alianças que colocavam no poder pessoas que falavam em seu nome. Sua habilidade era tanta que governava o estado à distancia, do Rio de Janeiro e até mesmo da Europa, onde passava a maior parte do tempo, pois, segundo consta, tinha uma má impressão do Nordeste e de Pernambuco, que via como pouco civilizados. Mesmo assim gozava no estado de Pernambuco de uma boa reputação, tendo alto conceito popular. Foi apelidado de o “Leão do Norte”, pois agia como porta-voz dos interesses dos estados do Norte, mais especificamente aqueles vinculados à economia açucareira.

Basicamente, o período de turbulências políticas no estado se deu nos governos militares republicanos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, mas a partir do governo de Campos Sales, com a implantação da política dos governadores, foi celebrado um pacto político nacional que dava poderes às oligarquias estaduais para fazer barganhas políticas com os coronéis do interior, concedendo a estes poderes extralegais em troca de votos.

No âmbito das oligarquias estaduais, Rosa e Silva tecia inúmeras alianças políticas com os Malta no estado de Alagoas, os Acioly no estado do Ceará, os Reis na Bahia, etc., fazendo destes poderosos aliados no Congresso Nacional.

Segundo Raimundo Arrais (1998, p. 153), Rosa e Silva montou uma poderosa máquina política que tinha como pilares básicos o Diário de Pernambuco, que era de sua propriedade, e a Polícia. O Diário de Pernambuco constituiu-se na prática numa extensão do braço estatal e do Partido Republicano Federal, veiculando sempre notícias dos seus interesses e tendo como ponta de lança dos seus artigos um dos maiores quadros da intelectualidade local, representada por Assis Chateaubriand, Aníbal Freire, Gilberto Amado e tantos outros.

O outro instrumento de apoio à máquina política de Rosa e Silva no estado foi o Corpo Policial de Pernambuco, criado no início do governo em que o partido de Rosa e Silva impôs o seu domínio no estado e que estava sob as ordens diretas do governador. O papel da polícia no estado era justamente o de garantir a manutenção da ordem pública, sufocando quaisquer levantes contra as oligarquias. Dessa forma, a Pax Rosista foi garantida pelo advento do elemento militar em Pernambuco no século XX.

A máquina política de Rosa e Silva foi favorecida ainda pela exclusão quase que total dos eleitores quando da aprovação da constituição republicana de 1891 e pelos baixos índices de comparecimento às urnas, em função do descrédito e do medo que a classe política infligia ao povo, bem como das fraudes eleitorais e da corrupção.

A partir de 1897 o PRF desintegrou-se, perdendo importância em termos nacionais, porém ganhando mais poder no âmbito local com a implantação da política dos governadores por Campos Sales. Esse sistema garantia a montagem de máquinas políticas que aliadas às necessidades dos estados garantiam a perpetuação da aristocracia cafeeira na esfera nacional.

O PRF, na prática, controlava todos os postos do governo estadual e de todos os municípios do estado de Pernambuco, sendo que para suas respectivas nomeações eram necessárias cartas dos titulares do partido, que em última instância era quem dava o aval para a ocupação dos cargos, o que tornava o partido muito poderoso, possuindo extensas redes de dominação e dependência pessoal passíveis de prática de clientelismo político.

Controlando a política estadual e local, O PRF fazia dos municípios uma extensão do seu poder, um braço forte do partido numa aliança aberta e declarada com os coronéis dos vários municípios e de todas as regiões do estado de Pernambuco. Na realidade era o porta-voz dos latifundiários, fazendo destes grupos e principalmente daqueles que representavam a combatida atividade econômica ligada ao açúcar a sua base de sustentação.

Durante o período em que Rosa e Silva controlou a política do estado através dos seus prepostos, Pernambuco teve quatro governantes: de 1896 a 1900, Joaquim Correia de Araújo; de 1900 a 1904, Antônio Gonçalves Ferreira; de 1904 a 1908, Sigismundo Gonçalves; e por último, de 1908 a 1911, Herculano Bandeira, sendo este último mandato interrompido pela campanha salvacionista que tomou conta do país e que fez com que ocorresse o choque entre Rosa e Silva e o general Dantas Barreto. Nesses anos o PRF administrou tranquilamente o estado de Pernambuco, sofrendo apenas uma oposição simbólica sem maiores consequências para a política estadual, e isso se deveu ao fato de não haver grandes diferenças ideológicas entre as várias facções que disputavam o poder político no estado.

A partir de 1910, no entanto, o Brasil enfrentou uma ferrenha campanha eleitoral para a sucessão presidencial. Essa campanha não só destruiu a unidade nacional, mas teve consequências diretas e graves no nível dos estados federados, rompendo o controle político que as oligarquias tinham sobre os seus estados. De um lado, o ideal salvacionista do

candidato oficial à presidência, o marechal Hermes da Fonseca; e do outro, o ideal reformista defendido pelo senador Rui Barbosa.

No estado de Pernambuco, tudo levava a crer que a composição da chapa dantista seria levada ao descrédito, pelo fato de existirem divergências internas e posições políticas contraditórias, além do rancor nutrido pelos componentes da mesma. Aliado a esses fatores, o fato do general Dantas Barreto não ter uma vida política partidária e ser um militar causava uma certa desconfiança nas oligarquias, por acharem que seria possível uma tomada de poder por vias violentas, o que de fato ocorreu após o resultado do pleito que provisoriamente deu vitória a Rosa e Silva.

Em Pernambuco, essa peleja foi resolvida numa campanha política ostensiva e calorosa, e mesmo as oligarquias estaduais pernambucanas desfrutando de boas relações políticas com o governo republicano, o PRF pernambucano, literalmente falando, foi engolido pelo ideal salvacionista que tomou conta de todo o país. O resultado foi a sagração do general Dantas Barreto como vitorioso no embate político, sendo reconhecida sua vitória, mesmo ele não tendo sido vitorioso nas urnas. Mas o que valia era o reconhecimento e as pressões do exército definiram a situação.

O que de fato aconteceu foi que a candidatura do general Dantas Barreto caiu no gosto popular, conseguindo unir o elemento urbano, os bacharéis patriotas e os militares do Exército, produzindo um discurso inflamado sobre o cárcere em que se encontrava preso o estado de Pernambuco sob o domínio de Rosa e Silva, apelidado de “Chico Flor”, pelo seu jeito esnobe e aversão ao Nordeste, em contraste com a figura do herói das batalhas, alçado à condição de responsável por salvar o estado das garras do Leão do Norte.

Raimundo Arrais (1998, p. 168) afirma que:

A figura do Zé povo ou Zé povinho talhado pelos desenhistas e jornalistas desempenhou um importante papel na campanha pró-Dantas, pois representava o perfil do mulato, analfabeto, mal vestido e desinteressado das coisas da política, mas que trazia sempre um cacete em baixo do braço sugerindo a consciência de que a violência podia ser usada e essa passividade podia ser rompida.

Um outro grupo decisivo na sucessão estadual em Pernambuco em favor do general Dantas Barreto foi o Exército, que tinha intenções claras de retomar o poder político. O Exército incorporava o ideal do soldado cidadão, “corporificação da honra nacional”, e o seu lema inspirado no positivismo republicano defendia o progresso como garantia da ordem pública.

É preciso que fique claro que esta oposição em Pernambuco à oligarquia de Rosa e Silva não surgiu no calor da campanha salvacionista, ela já existia em 1899 e se chamava concentração pernambucana, demonstrando a existência de fissuras ou brechas no bloco político hegemônico que apoiava Rosa e Silva no estado. A concentração republicana não teve sucesso imediato devido à falta de habilidade da oposição e ausência de apoio dos grupos economicamente dominantes.

A oposição pernambucana estava atenta a tudo que ocorria nos bastidores da política, desde o episódio da sucessão presidencial de Campos Sales, que elegeu Rodrigues Alves para presidente quando Pernambuco apoiou a chapa de oposição, culminando com a campanha hermista em 1910. Era uma oposição que mesmo tendo fracassado em 1899 com a concentração pernambucana esperava o momento adequado para a revanche. O sonho de derrubar Rosa e Silva tinha sido apenas adiado, mas não dissolvido, e esse sonho se realizava com a possibilidade de Dantas Barreto assumir o poder.

Adhikari Ratnabali (1988) explica essas disputas políticas internas em Pernambuco sob o ângulo das prioridades do imperialismo britânico, que incentivava a produção cafeeira em detrimento da economia açucareira. Dessa forma, Rosa e Silva teria sido prejudicado por suas posturas acanhadas, que eram reflexo da multiplicidade de interesses da indústria açucareira que cegava a todos, impedindo que se formasse um bloco coeso capaz de enfrentar a hegemonia exercida pelos cafeicultores do sul.

Para Ratnabali (1988), o poder político de Rosa e Silva foi sendo aos poucos minado, corroído por fatores externos ao estado, como a política de valorização do café em detrimento dos preços do açúcar, e também por fatores internos, pois o próprio segmento açucareiro tinha interesses distintos, demonstrando fissuras.

O próprio governo federal contribuía para o agravamento dessa crise, na medida em que estimulava a cobrança de impostos e tarifas diferenciadas para cada estado. Essa guerra de tarifas também serviu como pano de fundo e munição jornalística para que a oposição em Pernambuco apontasse os males provindos das administrações rosistas.

Concluindo, todos esses motivos, somados aos coronéis oposicionistas do interior que se encontravam no ostracismo político devido à política de rodízio no poder empregada por Rosa e Silva no estado, criaram o ambiente propício para que em 1911 o general Dantas Barreto assumisse o poder político de Pernambuco, iniciando um novo tempo da história política do estado.

De acordo com a divisão política organizada por Levigne, a terceira fase inicia-se com a ascensão do general Dantas Barreto ao poder através da campanha ostensiva Hermes-Dantas, que tinha como objetivo básico remover as oligarquias corruptas do Norte, indo até a Revolução de 1930, quando assumiu o poder do estado de Pernambuco o interventor Carlos de Lima Cavalcanti. Durante esse período ainda iriam assumir o governo do estado de Pernambuco: Manuel Borba, de 1915 a 1918; José Rufino Bezerra Cavalcanti, de 1919 a 1922; Sérgio Loreto, de 1922 a 1925; e Estácio Coimbra, de 1926 a 1930.

### **2.3 Do dantismo à Revolução (1911-1930)**

Pouco se tem a destacar sobre as ações do general Dantas Barreto no governo de Pernambuco, pois não houve muita diferença em relação aos demais governos que o antecederam, seguindo praticamente o mesmo direcionamento político dos rosistas, fazendo-se importante ressaltar as concessões feitas aos comerciantes. Esse período marcou ainda uma mudança no equilíbrio político do estado, com os coronéis dantistas tendo um controle mais firme nos seus redutos.

Ademais podemos referir a gradativa perda de prestígio por parte da velha aristocracia açucareira para os novos usineiros e a emergência de novos grupos políticos antes marginalizados pela estrutura de poder. O perfil político de Dantas Barreto era de um turrão cabeçudo, personalista e centralizador, e devido a essas qualidades é que podemos afirmar que, se sua ascensão ao poder foi rápida, sua estrela brilhou pouco, pois mesmo fazendo o seu sucessor, Manuel Borba, não teve muitas relações sociais que permitissem uma duradoura influência pessoal.

Com a saída do general Dantas Barreto do governo do estado, assumiu o controle da política pernambucana seu sucessor, Manuel Borba, que era visto por muitos como de linha dura, semelhante ao próprio general, com suas falhas de temperamento, querendo levar tudo no arrastão. Costa Porto (1986, p. 317-318) o tinha na conta de “um sujeito rancoroso e autoritário que mesmo figurando entre os mais ardentes adversários do marretismo e um dantista convicto não se ajustava no perfil de quem aceitaria calado as decisões do seu antecessor.”

Manuel Borba era natural de Timbaúba, onde possuía fabricas de tecidos; era um jovem entusiasta que se enfileirava entre os propagandistas da República, formando ao lado

de Martins Júnior, um dos ídolos da mocidade das escolas da época. Era um homem de rompantes e gestos extremados, ficando isso bastante claro nas suas relações políticas com seus adversários e também com os seus aliados.

Como esses dois políticos possuíam formas de agir semelhantes e não estavam aptos para esclarecimentos, era natural que já se esperasse um possível rompimento político entre Manuel Borba e o general Dantas Barreto. A gazeta de notícias divulgada pelo Diário de Pernambuco de 1º de fevereiro de 1916 trazia o seguinte texto: “fruto chamado cisão está sazonado, caindo de maduro, podendo estourar qualquer dia”. Já o jornal do Brasil de 16 de fevereiro de 1916 registrava que uma das causas da cisão eram os atos de Borba demitindo os amigos do general Dantas Barreto (PORTO, 1986).

No âmbito da política local, Manuel Borba procurou fazer aquilo que havia de mais fácil e proveitoso para a facção ligada a ele, ou seja, fortaleceu suas bases nos municípios do interior, procurando garantir a liberdade de voto nos municípios em que o Partido Republicano Conservador (PRC) tinha a maioria dantista, como meio de enfraquecer o general Dantas Barreto.

Esvaziou certas lideranças vistas como suspeitas, prestigiando elementos sabidamente borbistas, ou seja, aqueles políticos que não faziam parte do seu grupo foram marginalizados. Essas posições políticas extremadas é que fizeram com que inimigos políticos históricos como o general Dantas Barreto e o PRF de Rosa e Silva se aliassem contra o governador, garantindo para Rosa e Silva uma vaga no senado federal, onde permaneceu até a sua morte.

Os fatores considerados mais importantes e que determinaram o rompimento entre o general Dantas Barreto e o governador Manuel Borba foram, além dos rompantes extremados de ambas as partes, as perseguições políticas empreendidas por este aos políticos ligados ao general, colocando aliados de primeira hora no ostracismo político e dando vez a uma nova casta de aliados, além da tentativa de reformulação do Partido Republicano Democrata (PRD), dando maioria para os borbistas no controle da legenda.

A crise causada pelo rompimento teve reflexos na eleição das duas casas do Congresso estadual: o Senado e a Assembléia dos Deputados. Os dantistas obtiveram a maioria e poderiam complicar a administração, mas inexplicavelmente, e através daquilo que Costa Porto (1986, p. 427) classificou de “capoeiragem dos borbistas”<sup>3</sup>, estes conseguiram eleger a

---

<sup>3</sup> O artifício utilizado para ganhar a eleição da mesa de coordenação dos trabalhos foi alegar que a oposição que se absteve do processo de votação não havia se retirado do recinto, portanto estava presente.

mesa da coordenação dos trabalhos, eleição esta contestada na justiça, mas confirmada pela sentença dada pelo juiz federal Sérgio Loreto, publicada no Diário de Pernambuco de 12 de março de 1917.

Dessa maneira Manuel Borba governou de plenário vazio, com o Congresso praticamente em recesso durante o ano de 1917, governando solto, sem leis, sem controle, cuidando de firmar-se administrativa e politicamente no interior, preparando-se para ir à forra nas eleições de março de 1918 (PORTO, 1986, p. 429).

A reformulação do PRD em Pernambuco criou uma situação inédita e anormal no estado, pois funcionaram dois PRDs, diferentes e hostis, num processo de entre-devoração: o PRD de Manuel Borba e o PRD do general Dantas Barreto. O PRC por sua vez também possuía duas alas: uma ligada a Estácio Coimbra, que flertava e negociava cargos, postos e vagas no Congresso estadual com o governador Manuel Borba, e a outra vinculada a Rosa e Silva, que como afirma Costa Porto (1986) “não era nem carne, nem peixe”, procurando sempre tirar proveito das situações conflitantes. Eram portanto duas alas ou facções, mas não dois partidos, num processo de canibalismo mútuo.

Ainda durante esse período o governador Manuel Borba, num daqueles acessos de falta de bom senso, criou uma situação no mínimo constrangedora quando num telegrama circular advertiu os chefes do interior de que “quem tivesse o que perder e quisesse viver em paz, votasse com o governo” (apud PORTO, 1986, p. 436). Pode-se ler nas entrelinhas a pressão que o governo exercia para garantir o controle do voto nos municípios do interior. Essa falta de bom senso, de medição das palavras, deixou Borba aberto à fuzilaria dos inimigos.

A verdade é que esse recado tinha um endereço certo e um grupo de pessoas a ser atingido, mas o governador com sua linguagem descuidada e atitudes insensatas terminou por criar, sem qualquer necessidade, um incidente com os irmãos Pessoa de Queiroz, que eram capitães da indústria e ricos comerciantes de algodão e tecidos com grande penetração no interior do sertão.

O caso ocorreu da seguinte forma: o diplomata Francisco Pessoa de Queiroz havia pleiteado uma vaga de deputado federal por Pernambuco, abandonando a sua carreira de diplomata. Manuel Borba garantiu a inclusão do seu nome na chapa oficial, mas depois recuou, e em represália Francisco Pessoa de Queiroz disputou a eleição como candidato avulso. O tal telegrama circular que foi mandado para os chefes políticos do interior serviu

apenas para acirrar os ânimos, pois na verdade, justificando a máxima de que o governo não perde eleição dizia que “quem quisesse ver a mostra do pano, votasse em opositorista” (apud PORTO, 1986, p. 439). Esse telegrama de fato pressionava os chefes políticos do interior para que não votassem nos partidários de Dantas Barreto, mas terminou atingindo a família Pessoa de Queiroz.

Concluído o pleito eleitoral e divulgado o resultado, constatou-se vitória total do borbismo e derrota do dantismo. Estava assim preparada a fórmula da sucessão, e com a vitória arrasadora do situacionismo e o esvaziamento do PRD dantista e do PRC estacista o candidato à sucessão de Borba sairia logicamente dos elementos que o apoiaram. E diante da celeuma sobre a escolha do nome que sucederia Manuel Borba no governo de Pernambuco Venceslau Brás apontava três soluções: “a primeira, José Bezerra; a segunda, José Bezerra; e a terceira... José Bezerra”. Não deu outra, no dia 8 de março de 1918, o Diário de Pernambuco trazia o furo: José Rufino Bezerra Cavalcanti era o candidato bafejado e patrocinado pelo governador Manuel Borba.

José Bezerra iria enfrentar uma das eleições mais fáceis da história de Pernambuco, pois o seu partido, o PRD governista, estava forte, coeso e dono do estado, enfrentando os destroços do rosismo e do dantismo. Os rosistas resolveram retirar-se do pleito eleitoral, tudo fazendo crer que votariam em José Bezerra, ficando a total responsabilidade de fazer oposição e se vingar do rompimento de 1917 para o general Dantas Barreto.

A respeito do candidato José Bezerra havia algumas arestas a serem aparadas, pois alguns o viam como um temperamental explosivo que às vezes descambava para a violência. Já no tocante a sua vida pessoal, era um homem modelar, com grande capacidade administrativa e em excelente situação econômica e financeira.

Em 18 de agosto de 1919, José Bezerra foi eleito governador do estado de Pernambuco como um candidato de luta. Costa Porto (1986, p. 453) traça o seu perfil da seguinte forma: “José Bezerra era um homem afeito aos embates duríssimos, não dando nem pedindo quartel aos inimigos, acostumado a tratá-los a ferro e fogo, negando-lhes pão e água.” Eis então que o governador desfraldou uma nova bandeira: a da “harmonia da família pernambucana”, esquecendo ressentimentos e ódios antigos, implantando uma política de paz e concórdia.

Durante o seu quadriênio, José Bezerra iniciou, em 1921, a batalha do saneamento orçamentário, através da lei de meios nº 1.472, que gerou duras críticas e reações, com um

impacto desgastador de sua imagem perante a população e principalmente junto aos comerciantes, por causa da elevação dos tributos. José Bezerra via que o equilíbrio orçamentário constituía-se na base da saúde financeira, no entanto essa lei ficou conhecida como “Lei Monstro”, em alusão ao filme americano *O Médico e o Monstro*.

Nesse período iriam interagir vários fatos que somados e interligados provocariam várias crises — de arrecadação financeira, agitação operária, etc. —, cuja conexão teria como desfecho a Revolução de 1930.

José Bezerra, no entanto, não pôde concluir o seu mandato como governador do estado, pois veio a falecer em março de 1922, abrindo assim precedentes para uma crise de sucessão. O seu herdeiro político era José Henrique Carneiro da Cunha, e enquanto o governador ainda estava vivo ele era o candidato das correntes harmonizadas. Mas, como afirma Costa Porto (1986, p. 457), “morto o pastor ocorreu a dispersão do rebanho”, surgindo assim a candidatura do coronel Lima e Castro, apoiada por Estácio Coimbra, Dantas Barreto e os Pessoa de Queiroz.

O processo eleitoral foi pontado de incidentes, com o presidente da República Epitácio Pessoa agindo de forma escancarada e apoiando a oposição local, naquela que foi a ação política mais deslavada e criminosa de intervenção no estado de Pernambuco, de certa forma até mais ostensiva que a de Hermes nos tempos da salvação. A estratégia para garantir a eleição do coronel Lima e Castro era simples: caso não ganhasse as eleições de forma legal, o poder extralegal faria com que o Catete reconhecesse a sua vitória na marra. Para isso foram desviados para Pernambuco vários contingentes militares de outros estados sob o comando do coronel Jaime Pessoa.

Para enfrentar essa odiosa intervenção na política pernambucana formada por estacistas, dantistas e pessoístas, denominada de coligação pernambucana, Borba aumentou os efetivos da polícia, arrebanhando do interior provisórios prontos para tudo, enquanto na capital foi mobilizada a classe operária.

A essa altura dos fatos, as divergências entre as alas borbista e estacista estavam bastante acirradas, a ponto de a pedra no caminho não ser mais o candidato José Henrique em si, mas a antipatia que foi canalizada para o próprio Manuel Borba, contra quem todos os outros chefes, excetuando-se Rosa e Silva, tinham restrições.

O impasse estava criado, revelando uma teia complicada de disputas de interesses, sendo o desfecho dessa crise um arranjo ou acordo de cavalheiros. Segundo Costa Porto

(1986), o acordo era simples, funcionando da seguinte maneira: mesmo que José Henrique saísse vitorioso no pleito, necessitava que a sua vitória fosse reconhecida pelo governo federal. Pelo acordo de cavalheiros, seria garantido o reconhecimento de sua vitória, mas ele imediatamente renunciaria ao posto, sendo posteriormente indicado um candidato de consenso, que no caso foi o juiz federal Sérgio Loreto.

Sérgio Loreto, ao assumir o governo de Pernambuco, tratou de se cercar de parentes e amigos, fazendo vista grossa aos desmandos e excessos, até mesmo quando estes se locupletavam com os espólios do cargo. No início do governo parecia que ia se relacionar bem com Manuel Borba, pois este não lhe causava embaraços, e pelo seu espírito de justiça e retidão esperava tratamento amigo por parte de Sérgio Loreto. A prática foi bem outra, pois Sérgio Loreto logo se mostrou quem era de fato, abalando com seus atos o borbismo. E ao tomar medidas moralizadoras do ponto de vista administrativo, tratou de comparar suas ações com as administrações passadas, afirmando que estas agiam sempre sob o manto da perseguição e da vingança.

Sérgio Loreto montou relatórios que apontavam irregularidades nas gestões passadas no estado e no município do Recife com o intuito de atingir alguns aliados de Manuel Borba. No interior do estado, tratou de dismantelar as bases borbistas, pois assim como Borba ele acreditava que era nos municípios que estava a base de tudo. Para isso tratou de substituir gradativamente, mas de forma bastante ostensiva, as lideranças municipais que estavam no poder e eram declaradamente borbistas, por outras lideranças novas que gozassem de sua confiança.

Segundo Costa Porto (1986, p. 452), Sérgio Loreto usou mão de uma tradição que vinha desde a monarquia e que resultava da solidariedade do coronelismo, onde os chefes locais seguiam a orientação dos líderes da capital. Para o autor, o coronelismo se constituía na grande força eleitoral da época, pois eram currais fechados sob o controle direto das lideranças. Foi dentro desse contexto político que em Salgueiro emergiu a liderança política do coronel Veremundo Soares, bem como surgiram em outros municípios do interior do estado novas lideranças que iriam combater acirradamente as antigas lideranças borbistas.

Até meados de 1925, coexistiram de forma mais ou menos conciliatória na política pernambucana o borbismo e o sergismo, mas as eleições de junho de 1925 mostraram que o rompimento entre as duas correntes souo como uma declaração formal de guerra, onde os borbistas a todo momento acusavam Sérgio Loreto de mau administrador, tamanhos os desacertos. Na boca dos seus adversários, Sérgio Loreto, que havia sido alçado ao poder sob o

coro de esperanças e de euforia, sendo eleito para dar continuidade à política pacificadora de seu antecessor, José Bezerra, logo se transformou em “Sérgio Loreto”, tamanha a insatisfação popular.

Durante esse período de incidentes políticos, Manuel Borba inúmeras vezes denunciou o desperdício de dinheiro público na construção da avenida Beira Mar, bem como a especulação imobiliária que favoreceu componentes do governo que adquiriram terrenos nos locais das obras, sendo até citado o filho de Loreto como beneficiário do esquema.

Os borbistas fizeram severas críticas à postura de autopromoção utilizada pelo governador, que fez dos meios de comunicação, particularmente a imprensa, um porta-voz de divulgação de suas obras, tornando-se esta um braço forte e ativo a serviço do governo. Diante desse conjunto de críticas por parte dos oposicionistas, Sérgio Loreto construiu um discurso marcado como um chamamento aos diversos setores da sociedade para uma aliança com o progresso, com a modernização e a industrialização, calcado no equilíbrio da ordem pública, defendendo um governo forte e autoritário, restringindo as liberdades individuais em troca de um Estado forte.

Os pilares de sua administração eram o progresso, a segurança, a higiene e a instrução pública, interagindo na composição de uma civilização superior. O Estado nesse contexto desempenhava um papel importantíssimo, que era o de promotor do progresso, e o governo se colocava na posição de educador, disciplinador e guia de um povo inculto.

Segundo Costa Porto (1986, p. 552), a administração de Sérgio Loreto não deixou nada a dever às administrações que o precederam e às subseqüentes, fazendo ao cabo de contas quanto lhes permitiam os magros recursos de que dispunham. Mas o seu calcanhar de Aquiles teria sido o setor político, distribuindo os melhores postos a uma legião de parentes e amigos, importados de fora ou recrutados na própria terra.

De todos os jornais do estado de Pernambuco, apenas um, o *Jornal do Recife*, se constituiu de fato num veículo porta-voz da oposição, costumeiramente colocando Sérgio Loreto como “sócio do erário, enriquecendo com a família a base de negociatas, roubalheira, tráfico de influências e desonestidades comprovadas” (PORTO, 1986, p. 559).

Um dos discursos mais fortes contra a administração de Sérgio Loreto referia-se à indiferença do seu governo diante da situação dos sertanejos expostos à sanha do cangaço desenfreado que assolava o sertão pernambucano, demonstrando a inoperância, a fragilidade e a incompetência das autoridades em manter a segurança das populações sertanejas.

O quadriênio sergista, de 1922 à 1926, ainda sofreu com as seqüelas da sucessão presidencial e os estragos que a Coluna Prestes provocou no interior do estado. Dentro desse clima é que se abriu a questão da sucessão estadual, com duas alas com condições reais de disputar com êxito o governo: a ala borbista e a estacista do PRD.

Os rosistas há muito se organizavam em silêncio para voltar ao poder sob a chefia de Estácio Coimbra, vice-presidente da República. Trabalhavam suavemente a candidatura de Aníbal Freire, genro de Rosa e Silva, considerado um elemento de proa na oligarquia marreta e que gozava de simpatias em todos os círculos da política pernambucana, um homem de currículo grandioso, tanto na política como na economia.

O desfecho foi a não aceitação da candidatura por parte de Sérgio Loreto, por entender que a sucessão estadual cabia aos situacionistas estaduais que eram os governadores dos estados e porta-vozes das lideranças locais e do oficialismo. Uma outra questão também levada em conta era que os borbistas, por falta de espaço político para pleitear um candidato seu, lançaram o nome de Aníbal Freire, e era aí que se encontrava o fio da meada, pois o seu nome trazia a marca do borbismo (PORTO, 1986, p. 589).

Sérgio Loreto passou a defender uma consulta às bases nos municípios através de uma convenção, defendendo o nome de Estácio Coimbra como fórmula harmonizadora e aceita pelas outras alas restantes. Essa fórmula foi ratificada pelo presidente da República Artur Bernardes, que num acordo de cavalheiros garantiu entre outras coisas a recondução de Manuel Borba ao senado e seis vagas para deputados federais, além da distribuição equitativa das chefias municipais entre o borbismo e o estacismo.

Em 12 de dezembro de 1926, assumiu o governo do estado de Pernambuco Estácio Coimbra, eleito pela coalizão de borbistas e rosistas com 98% dos votos, representante autêntico das oligarquias açucareiras de Pernambuco. Apesar dessa margem avassaladora de votos, explicada pelo congraçamento artificial, o situacionismo pernambucano mostrava ser um autêntico “saco de gatos” no dizer de Costa Porto (1986, p. 594), não tardando a aparecer as fissuras naturais do processo com a formação do Partido Democrata (PD), organizado por Carlos de Lima Cavalcanti.

Estácio Coimbra era um político experiente, tarimbado e matreiro, profundo conhecedor dos subterrâneos da política nacional, por ter ocupado a vice-presidência; da política estadual, onde militava há quase trinta anos; e da política local, dado o conhecimento pleno dos homens, das coisas e dos ardis da política pernambucana. Sabia que seus opositores

no estado sobreviviam muito mais da tradição, do renome socialmente construído, mas sem, no entanto, terem lastro eleitoral para ser eleitos sem o apoio oficial.

Estácio procurou no início de seu governo não capitalizar adversários gratuitos, já que encontrou as demais alas de sua base esvaziadas, procurando contentar a todos. Como diz Costa Porto (1986, p. 600), ele era “sabedor de que o cheiro de poder atrairia outros grupos”. Em 1927, o tão esperado rompimento político entre Estácio e Borba ocorreu. Segundo revelações de Samuel Hardman, o plano de cisão foi de caso pensado, com o intuito de impopularizar e desmoralizar Manuel Borba, liquidando-o politicamente.

A eleição para o Congresso estadual de março de 1928 mostrou claramente a situação, pois a ala estacista elegeu toda a chapa apresentada, enquanto a ala borbista elegeu apenas dois deputados. Essa derrota fragorosa justifica-se pela redução dos quadros borbistas no interior do estado.

A morte de Manuel Borba em 1928 deixou um vácuo no cenário político pernambucano, por este se constituir numa oposição combativa ao governo de Estácio Coimbra, pois as demais lideranças estaduais não faziam sombra ao poder do governador, podendo-se perceber apenas algumas remotas resistências nos jornais de luta, tais como o *Diário da Manhã* e o *Diário da Tarde*, dos irmãos Carlos, Caio e Fernando de Lima Cavalcanti. Essa imprensa limista teria um papel de destaque na vitoriosa Revolução de 1930 no estado de Pernambuco.

O grande mal-estar da gestão de Estácio Coimbra em Pernambuco se deu quando este, no intuito de manter a ordem, nomeou para a chefatura de polícia Eurico de Sousa Leão, homem de família aristocrática ligada ao açúcar, mas de temperamento forte e de gestos violentos e impensados. Somado a esse percalço, trouxe do Rio de Janeiro o inspetor Ramos de Freitas, que espalhou o terror na cidade, provocando a reação negativa da comunidade.

Politicamente, a administração ia bem, sem maiores atropelos, implantando uma reforma educacional que introduzia métodos da chamada escola ativa, o que em certo momento causou grande polmica diante de uma sociedade conservadora e moralista. Os círculos católicos protestaram contra esses métodos e a reformulação dos currículos, ocorrendo assim várias passeatas contra essas inovações, sendo estas repreendidas de forma bastante ostensiva pela polícia.

Praticamente esses foram os últimos suspiros da República Velha, com a sucessão do estado correndo de forma bastante tranqüila, com os nomes despontando de forma natural,

como era o caso de Júlio Belo, Samuel Hardman, Eurico Chaves, Solidônio Leite e Severino Pinheiro. Costa Porto (1986, p. 616) dizia que, “a rigor, qualquer candidato serviria devido à lacuna na oposição, e se não fosse pela Revolução de 1930, a política pernambucana continuaria sem maiores mudanças”.

Em 1930, o situacionismo pernambucano atrelou-se à candidatura presidencial de Júlio Prestes, contribuindo para o rompimento da tão conhecida política do café com leite que predominou durante toda a República Velha. A sucessão presidencial delimitou dois campos: a chapa oficial encabeçada pelo paulista Júlio Prestes para presidente da República e o baiano Vital Soares para vice-presidente; e a oposição encabeçada por Getúlio Vargas para presidente da República e João Pessoa, da Paraíba, para vice-presidente.

A eleição de 1930 foi marcada por intensas agitações, com comícios acalorados, e por sentimentos extremados e bastante confusão, sendo comuns os “vivas” e os “morras” de ambas as partes. A Aliança Liberal foi derrotada no pleito eleitoral, mas o que definiu a situação de fato foi o assassinato de João Pessoa por João Dantas em 26 de julho, na confeitaria Glória, localizada à rua Nova no Recife, destampando um barril de pólvora que há muito já deveria ter explodido. A partir daí, a revolução tomou corpo com dia e hora marcados, constituindo-se assim numa revolução anunciada.

Em Pernambuco, com o movimento vitorioso, trataram de assumir a direção por aclamação popular Juarez Távora e Carlos de Lima Cavalcanti, tendo a preocupação inicial de restaurar a ordem, já que o governador Estácio Coimbra havia fugido deixando o estado acéfalo, não impondo qualquer resistência aos revoltosos.

A Revolução de 1930 representou em Pernambuco a derrocada da República Velha, começando novos tempos, assumindo o poder como interventor do estado Carlos de Lima Cavalcanti, que posteriormente em 1934, depois dos reclames da sociedade pela constitucionalização do país, tornou-se o primeiro governador eleito constitucionalmente nesse período.

Levigne situa socialmente Carlos de Lima Cavalcanti como um homem pertencente à velha ordem, ex-membro da ala rosista. Na administração do estado de Pernambuco governou por decretos, colocando a imprensa e os correios sob rígida censura, iniciando uma cerrada perseguição aos seus adversários.

Carlos de Lima Cavalcanti tentou harmonizar as duas correntes políticas que existiam no estado, quando da eclosão da Revolução de 1930. Os constitucionalistas e os legalistas

foram cooptados pelo governador a fim de integrá-los ao governo, mas a fórmula não deu certo, pois deflagrou-se uma intensa competição por cargos e espaços de poder entre essas alas.

Segundo Levigne (1980, p. 136), os seis anos de governo de Carlos de Lima Cavalcanti no estado de Pernambuco constituíram-se numa grande fachada revolucionária, sendo ele um simples mediador dos conflitos existentes no grupo. Em 1931, o partido de Carlos de Lima Cavalcanti foi rebatizado, passando a ser chamado de Partido Social Democrático (PSD), sofrendo um processo constante de fragmentação. E com a nomeação de Agamenon Magalhães para o Ministério do Trabalho em 1934, o poder político de Lima Cavalcanti foi praticamente minado. Somando-se a esse fato, intrigas palacianas fizeram com que uma coalizão de dissidentes do PSD e antigos rosistas atacasse as realizações do governador e a sua notória falta de habilidade e competência para obter ajuda federal.

Os anos de 1931 e 1932 foram marcados por uma das piores secas da história do Nordeste e a briga entre o interventor Carlos de Lima Cavalcanti e o ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo, fez com que o estado de Pernambuco fosse discriminado e penalizado por questões particulares e interesses pessoais.

Durante o pleito eleitoral de 1934, a oposição lançava o tenente João Alberto Lins de Barros como seu candidato, cabendo o voto de Minerva a Getúlio Vargas, que decidiu dar um voto de confiança ao interventor Carlos de Lima Cavalcanti, o qual foi eleito constitucionalmente em 1934, sendo afastado em 1937 pelo mesmo presidente Getúlio Vargas, quando da implantação do Estado Novo. O que definiu basicamente o afastamento de Carlos de Lima Cavalcanti em 1937 foi a eclosão das revoltas comunistas em 1935 no Recife, em Natal e no Rio de Janeiro, pois o seu governo foi acusado de simpatizar com as causas dos esquerdistas.

A implantação do Estado Novo em Pernambuco veio acompanhada da nomeação de Agamenon Magalhães como interventor do estado. Agamenon era considerado homem de linha autoritária, possuindo reputação de implacável com os adversários, mas em Pernambuco adotou um viés de linha populista. Segundo Levigne (1980, p. 139), Agamenon recrutou um grande número de novatos para sua administração, dos quais poucos tinham ligações diretas com a antiga elite, sendo que muitos mantinham laços com setores fascistas da Igreja Católica.

Agamenon Magalhães ainda se valeu da estrutura enfraquecida mas ainda vigente do coronelismo para tratar com os municípios do interior, e gradativamente estendeu o braço comprido do Estado para coibir os abusos dos coronéis e a ação do cangaço. A modernização e as novas relações entre o capital e o Estado contribuíram para quebrar o isolamento geográfico e político em que viviam os municípios do interior, integrando o sertão às mudanças preconizadas pelo sistema capitalista.

## **2.4 História política do sertão na República Velha**

Antes de adentrarmos nas tramas da política sertaneja, fazem-se necessários alguns entendimentos iniciais sobre o conceito de região política e econômica, diferenciado do conceito puramente geográfico e cultural que estamos acostumados a ver e que limita a compreensão e a amplitude do conceito de região.

Para Francisco de Oliveira (1981, p. 29), “uma região seria o espaço onde se imbrica dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.” Isso quer dizer que em última instância o caráter da luta de classes e os conflitos sociais são determinados pelas relações de produção e suas respectivas formas de reprodução; é aí que reside uma das contradições do sistema capitalista.

O que define a constituição de uma região é o modo de produção capitalista, sendo a região apenas um espaço socioeconômico onde predomina uma das formas de capital, que se sobrepondo às demais homogeneiza a região e a sua constituição de classes sociais, e onde a hierarquia de poder obedece à regra de que os seus mandatários representam o capital.

São as necessidades externas do capital que determinam o conceito de região, na medida em que esta atende à sua demanda. No tocante à dimensão política, o conceito de região só se dá enquanto as suas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação sustentada nas relações de produção.

A região Nordeste no Brasil tem se prestado a um conceito geográfico, onde são evidenciadas as características físicas, fugindo da dinamicidade que o conceito político e econômico de região poderia dar. Comumente faz-se o enquadramento da região econômica e

política nos limites territoriais e político-administrativos dos estados que compõem o Nordeste brasileiro, surgindo daí a caracterização do Nordeste açucareiro, e posteriormente, com a crise do açúcar nos mercados internacionais e diante das necessidades de novas matérias-primas nos mercados inglês e norte-americano, desenhando-se um novo Nordeste, algodoeiro e pecuarista; e na mesma linha do raciocínio de regionalismo é que surge o Nordeste das secas.

É dentro dos processos de reprodução do capital e na sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro internacional que o poder escapa das mãos dos latifundiários do açúcar indo para a dos latifundiários do algodão e da pecuária nos sertões. Surge aí a necessidade de construir e contrapor as imagens do Nordeste açucareiro e dos sertões dos coronéis do algodão e da pecuária, e mais que isso, de criar estereótipos do Nordeste das qualidades depreciativas e pejorativas, como: o sertão do cangaço e dos messianismos, das secas, sinônimo de miséria e pobreza, mas que em Salgueiro devido ao beneficiamento de algodão e caroá produziu a marca de o “Salgueiro do coronel Veremundo Soares”.

Nessa perspectiva o sertão assume várias facetas, sendo sua história política profundamente marcada pela presença de chefes políticos locais. O sertão é caracterizado como o berço dos coronéis, onde imperava a lei do mais forte, onde o que predominava eram os mandões de aldeia, o patriarcalismo, o compadrio, o favoritismo e as relações de clientelismo.

Uma vez que em Pernambuco o maior número de eleitores se encontrava no interior do estado e, portanto, era ele quem decidia as eleições, era natural que os coronéis se constituíssem nos agentes de poder, havendo em quase todos os municípios do sertão um clã familiar que controlava todas as atividades políticas, econômicas e sociais.

Os coronéis pernambucanos tinham uma especificidade em relação aos coronéis baianos ou cearenses: uma vez entrincheirados num espaço de poder eles ali permaneciam, parecendo satisfazer-se com um papel político limitado, sendo sempre um aliado do governo estadual.

Existia uma reciprocidade de favores entre os políticos da capital pernambucana e os coronéis do interior, de maneira que em troca de votos os coronéis adquiriam uma certa imunidade e autonomia dentro dos seus respectivos redutos. O clientelismo era uma prática constante nos municípios do interior do sertão, onde vantagens econômicas, empregos, obras

públicas, isenções de impostos ou auxílio financeiro funcionavam como moedas de troca com os agentes do poder.

Os pleitos eleitorais no sertão eram disputados a “ferro e fogo”, sendo bastante comum às disputas serem resolvidas “a bala”, ou através de fraudes eleitorais, já que o coronel controlava toda a atividade eleitoral, desde a feitura e entrega dos títulos de eleitor até a composição das juntas apuradoras. Coerção, suborno e violência política existiam em todas as instâncias do processo eleitoral, sendo o coronel o mentor e o dono do resultado.

Dentro da esfera municipal, os coronéis tinham o poder de nomear capangas para cargos de polícia, prática que contribuiu bastante para o aumento da violência rural, pois grande parte dos ocupantes desses cargos públicos eram jagunços ou capangas dos coronéis, defendendo até a morte, se preciso fosse, os interesses políticos dos seus chefes ou dos seus amigos e parentes, quase sempre pertencentes à mesma classe — a dos latifundiários do algodão e da pecuária.

Além do uso de jagunços e capangas como forma de coação política e econômica, era bastante comum os coronéis arregimentarem a força de cangaceiros para um serviço específico. O sertão era considerado a base de operações do cangaço, sendo os estados de Pernambuco, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba sua área de atuação preferida.

No sertão pernambucano, os cangaceiros montavam uma rede de coiteiros, que além de avisá-los sobre qualquer perigo ainda forneciam armas e alimentos. Muitos dos coronéis do sertão davam guarida ao bando de Lampião, por medo ou para garantir que os seus espaços de poder não fossem invadidos, o que seria uma desmoralização para o prestígio do chefe político municipal e para as autoridades em geral, chegando a ser um grande incômodo para os governadores dos estados.

A política econômica do Estado federal acentuava ainda mais a exploração das classes dominadas, reforçando os laços de dominação e dependência pessoal. Por esse prisma, durante a República Velha surge um outro Nordeste, e conseqüentemente um outro sertão, já que foi no semi-árido sertanejo que se implantou uma estrutura fundiária típica do latifúndio, com a produção voltada para atender as necessidades dos mercados internacionais.

Nessa perspectiva, surge no sertão o Nordeste agroalgodoeiro e pecuarista dos coronéis, em contraposição ao Nordeste agroaçucareiro. Esse era um Nordeste infestado de cangaceiros e jagunços, que a serviço dos coronéis realizavam a apropriação das terras,

reafirmando pela força contra camponeses pobres diversas formas de exploração, tais como: o preço na folha, as obrigações do cambão, o pacto da meia, da terça, o foro da terra. Essas formas de exploração constituíram, durante a República Velha, um tempero bem apimentado para reforçar os conflitos sociais e a luta de classes no sertão nordestino.

Grandes trustes internacionais como a Sanbra, a Clayton e a Machine Cotton, que controlavam a circulação internacional de algodão, iriam ditar as regras do chamado “ABC do Nordeste”, com as várias fórmulas de exploração e reprodução do capital. No sertão nordestino, a fórmula da exploração era a expropriação do produto e não da sua força de trabalho.

As secas se constituíam na prática numa cantilena organizada pelos coronéis com a finalidade de captar verbas e financiamentos para atender os interesses dos grandes proprietários de terras e o que se via no sertão era a ostentação das riquezas dos coronéis em contraponto com a miséria da maioria da população.

Em se tratando de secas, não dá para imaginar o sertão sem elas, pois são uma constante na região. Não é à toa que desde os tempos coloniais o fenômeno se repete de forma cíclica. Não dá para imaginar o sertão sem os xiquexiques e os mandacarus, que representam não só a rusticidade da região, como a fortaleza e resistência dos sertanejos às calamidades produzidas pelas secas climáticas e pela insensibilidade dos governos fabricantes de miséria. O sertão não é somente seco, é destituído de um regime pluviométrico regular de chuvas, que é o que dá essa constância na região.

A instrumentalização política de um discurso contra as secas é que de fato criou uma situação de dominação política, na medida em que com os recursos públicos liberados pela União para os coronéis a estrutura de reprodução do capital foi gradativamente reforçada, gerando desigualdades e conflitos sociais, surgindo assim um outro sertão, que desprovido de bem-estar e de justiça social era visto como o sertão do banditismo e do fanatismo religioso.

Em decorrência das calamidades produzidas pelas secas climáticas e do combate a elas, onde as prioridades eram invertidas, percebe-se o aparecimento de outros fenômenos sociais, como é o caso do êxodo rural. Mas quem é que de fato partia, deixando o seu torrão natal cheio de saudades? A resposta é simples: aqueles que por não possuírem terras viviam à margem da sociedade e, por não fazerem parte da rede de proteção dos coronéis, não usufruíam os benefícios dessa rede. Existiam ainda aqueles que por serem considerados inimigos políticos dos coronéis — se não tivessem “costas largas”, como se diz no sertão —

sofriam a perseguição política e a violência da capangagem, dos jagunços e dos cangaceiros dos mesmos.

O sertão do Pajeú é tido como o berço do cangaço nordestino, sendo considerado pelos jornais da capital pernambucana durante a República Velha como o quartel general dos cangaceiros, principalmente a cidade de Vila Bela, atual Serra Talhada, que contribuiu para os quadros do cangaço com nomes famosos como Virgulino Ferreira (vulgo Lampião), Sebastião Pereira (vulgo Sinhô Pereira), Luís Padre e Antônio Padre. Essa cidade, durante a República Velha, era controlada politicamente pelo coronel Cornélio Soares, sobrinho do coronel Veremundo Soares.

O coronel Cornélio Soares era tido como um dos coiteiros e fornecedor de armas, munição e alimentos ao famigerado cangaceiro Lampião, sendo até padrinho por compadrio do irmão do bandido (CHANDLER, 1980, p. 112-117). Vila Bela possuía limites territoriais geográficos ou relação de proximidade com as cidades de Belmonte, Floresta dos Navios, Triunfo, Flores, Princesa (na Paraíba), Custódia, Rio Branco (Arcoverde) e Salgueiro, que ficava apenas a cem quilômetros. Essas cidades, com exceção de Salgueiro, que teve a visita de cangaceiros apenas no ano de 1920 e por ocasião da eleição do coronel Veremundo Soares em 1925, eram constantemente visitadas e saqueadas por bandos de cangaceiros.

Virgulino Ferreira, o Lampião, durante cerca de quase vinte anos encheu de terror o sertão nordestino, zombando da ação policial, impotente diante da organização dos bandidos, que além de tudo eram favorecidos pelo conhecimento profundo da geografia do sertão, controlando a região. Seus perseguidores, meros coadjuvantes na arte da guerrilha, soldados mal pagos para morrer — sendo bastante comuns deserções ou mesmo alianças com os cangaceiros para viver bem, sendo melhor pagos pelos butins —, não davam conta da segurança das populações sertanejas.

Virgulino Ferreira, o Lampião, se arvorou governador do sertão, como demonstra a quadra desaforada: “As fôia já deu noticia, o doutor Sérgio já leu, de Rio Branco pra riba, o gunvernadô sou eu.” (Apud PORTO, 1986, p. 572).

Essa conjuntura política e social de convulsão do sertão nordestino era conseqüência de todo um somatório de injustiças, de brigas de família pelo poder político, de miséria, de décadas de espoliação econômica, opressão e mandonismo local, de dominação e dependência pessoal resultantes da estrutura fundiária dos latifúndios que imperava na região.

Segundo Roberto Pedrosa Monteiro (2004, p. 15), “a tríade do poder político no sertão nordestino fundamentava-se em quem possuísse água, terra e gado”. Era essa tríade que determinava quem mandava e quem devia obedecer, por bem ou por mal. Era essa tríade que provocava as desigualdades sociais e marginalizava os pobres. Uns aceitavam a dominação e passavam a fazer parte da rede de proteção dos coronéis, enquanto outros preferiam ter mais autonomia e liberdade, lutando contra a dominação, mesmo que em certos momentos, contraditoriamente, prestassem serviços aos coronéis, fazendo parte da sua folha de pagamentos: estes eram os cangaceiros.

Dentro dessa conjuntura política e social marcada pela convulsão e pelos conflitos sociais no sertão nordestino, podemos ainda destacar um sem-número de fanatismos religiosos. O sertanejo tem uma forma própria e específica de interpretar a religião, diferente da Igreja Católica romanizada e disciplinadora, vista por muitos como “insossa” pelo fato de não contagiar e nem falar a língua das classes oprimidas do sertão.

Dessa forma a religiosidade popular criou uma forma especial no trato com as questões divinas, dando aos sertões um grande número de porta-vozes ou intermediários, santos do povo, beatos que fundaram comunidades religiosas que ao canalizar as esperanças do povo pobre ameaçavam o poder político dos coronéis e a manutenção e a reprodução das relações de dominação e dependência pessoal.

A conjuntura política e religiosa dessa fase mereceu por parte dos governos certos cuidados especiais, pois a classe dominante via um grande perigo numa possível aliança entre os fervorosos adeptos de Antônio Conselheiro no arraial de Canudos e os seguidores do padre Cícero Romão Batista do Juazeiro do Norte no estado do Ceará, podendo levar o sertão nordestino a uma guerra civil, rompendo de vez com a estrutura fundiária baseada no latifúndio.

Foram esses movimentos de cunho messiânico e milenarista que forjaram líderes religiosos como: Antônio Conselheiro, em Canudos, na Bahia; frei Ibiapina e padre Cícero, no Ceará; Zé Lourenço, no Caldeirão e Severino Tavares, em Pau de Colher, no estado de Pernambuco. De todos esses beatos, apenas um, o padre Cícero, defendia os interesses das classes dominantes, sendo ele mesmo considerado o coronel dos coronéis, mas todos contribuíram para a eclosão de conflitos sociais nos sertões do Ceará, Bahia e Pernambuco.

Podemos dizer, assim, que o sertão acomodava situações conflitantes e contraditórias. Coronéis, cangaceiros, cabras, missionários, beatos e o povo pobre à mercê das secas, das

injustiças sociais, das doenças e epidemias de peste que assolaram o sertão, da opressão política dos mandões de aldeia, vivendo num mesmo mundo, mas um mundo dividido, onde o sol causticante e o trabalho ficavam destinados aos pobres, enquanto a água fresca e a sombra dos alpendres dos sobrados ficavam destinadas aos coronéis.

O certo é que os sertanejos criaram meios de resistência para garantir a sua sobrevivência, resistindo bravamente aos desmandos e à falta de compromisso e sensibilidade dos governos federal, estadual e municipal, retirando-se quando lhes convinha e retornando diante da saudade e das possibilidades de melhoria de vida, ou simplesmente indo por ir ou voltando por voltar, como uma ave de arribação.

Nesse contexto, a história política de Salgueiro durante a República Velha se confunde com a história do coronelismo, pois durante todo esse período o poder político ficou nas mãos dos coronéis, distinguindo-se apenas a família à qual o coronel pertencia. Durante toda sua história política, Salgueiro foi dominado politicamente pelas famílias Sá, Soares e Sampaio, sendo quebrada essa tradição apenas de 1993 para os dias atuais, quando uma outra família ganhou as eleições, mas mesmo assim com alianças com o antigo clã dos Sá.

Durante a história política de Salgueiro, essas famílias se alternaram no comando político do município, destacando-se períodos de estabilidade e permanência no poder por mais tempo para as famílias Sá e Soares, tendo a família Sampaio ocupado a prefeitura em alguns momentos especiais, mas sempre com o apoio das famílias Soares e Muniz. Sozinha a família Sampaio não tinha muita densidade eleitoral, devido a excessos de violência e uso da força de coação nas cidades que administrava, a exemplo de Novo Exu, Jardim (no Ceará) e Salgueiro, como podemos constatar desde os primeiros tempos da República.

Em termos socioeconômicos essas famílias eram detentoras de terras e de gado, sendo o clã dos Sá o mais poderoso, tanto que a história da cidade é contada partindo do pressuposto de que as terras do Salgueiro pertenciam aos sócios Manuel de Sá Araújo e Joaquim Alves Gondim. A família Sampaio veio para a cidade um pouco mais tarde e tinha ligações com a família Pereira do Pajeú, tendo migrado para o Ceará e para Salgueiro por brigas de família com os Carvalho. Já os Soares vieram da região de Minas Gerais e se destacaram pelos grandes latifúndios que possuíam, os quais possibilitavam grandes negócios.

Os momentos especiais a que nos referimos, em que se verificou a ascensão política da família Sampaio na cidade de Salgueiro, na verdade se fundamentaram na capacidade política de observação e oportunismo que estes tinham no sentido de perceber e fomentar as divisões

internas nos outros grupos políticos da cidade. Ao mesmo tempo, uma vez fincados na estrutura de poder, eles eram bastante centralizadores, autênticos mandões que evitavam que outras lideranças surgissem no seu meio, sendo considerados conservadores e tradicionais, o que contribuiu para sua pouca permanência no poder.

A divisão da história política traçada por este trabalho não tem qualquer relação com a forma como Levine dividiu a história política de Pernambuco, no entanto as cronologias da história política de Pernambuco e de Salgueiro possuem uma certa correspondência no que diz respeito ao jogo político dos diversos atores políticos e sociais pelo controle do estado e à ascensão das famílias citadas ao poder.

A família Sá, que é a mais antiga no município, desde os tempos do Império ocupava cargos públicos na administração da cidade, que teve como primeiro intendente Raimundo de Sá. Os membros dessa família eram monarquistas, assim como grande parte do estado de Pernambuco, tornando-se republicanos de última hora, mas possuíam vínculos estreitos com Rosa e Silva, que por longo período controlou a política dos estados do Norte.

Entre os anos de 1889 e 1892, no calor dos ideais republicanos, o tenente Joaquim de Sá Araújo, ex-combatente da guerra do Paraguai, influenciado pelas conquistas militares e pelo positivismo republicano do exército, aderiu ao grupo político liderado por Martins Júnior, conhecido como republicanos históricos no âmbito da política estadual, o que garantiu a sua nomeação para a segunda intendência da cidade, deposta posteriormente pelo governador Barbosa Lima.

A partir de 1896, sufocados os levantes políticos e cessada a fase de instabilidade política do estado de Pernambuco, que passou a ser administrado pelos prepostos do conselheiro Rosa e Silva, a família Sá voltou ao berço da política tradicional e conservadora com a qual estava acostumada a lidar desde os tempos do Império, iniciando um período de estabilidade e continuidade política na cidade de Salgueiro que durou até 1918, quando foi feita uma aliança entre os Sampaio e os Soares, que apoiados por Manuel Borba derrubaram a família Sá do poder.

A partir de 1918, com a eleição do capitão Benjamim Othon Soares para prefeito, podemos dizer que se iniciou a hegemonia da família Soares no poder político da cidade, indo até o ano de 1963. Durante esse período houve três brechas em que a família Sampaio administrou a cidade, que foram os quadriênios 1922-1925, 1955-1958 e 1959-1962, sendo

prefeito nos dois primeiros períodos Gumercino Filgueiras Sampaio, e no último, Audísio Rocha Sampaio.

Em 1922, a aliança política entre os Sampaio e os Soares foi rompida pelos caminhos que tomaram a sucessão de Manuel Borba para o governo do estado. Sendo a família Sampaio pertencente à ala borbista e resolvida a questão da sucessão no estado com a alternativa Sérgio Loreto, foi desencadeada uma série de perseguições no interior e em Salgueiro contra os borbistas. Como o Coronel Veremundo Soares aderiu ao governo loretista, o prefeito Gumercino Filgueiras Sampaio resolveu apoiar para a sucessão municipal o coronel Francisco Romão, de Serrinha.

O coronel Veremundo Soares entrou na política pelas mãos de Agamenon Magalhães, que era o primeiro secretário no governo de Sérgio Loreto. Apoiou seu governo, o de Estácio Coimbra, e depois da Revolução de 1930 flertou com a junta governamental do estado, tendo poder de decisão na escolha de dois parentes seus para compor a junta governamental do município. Por último, findou seus dias de poder no Partido Social Democrata. Já no período pós-golpe de 1964, não militava mais na política, mas apoiava a antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Dessa maneira, podemos dividir os períodos da história política de Salgueiro da forma que explicitamos a seguir. A primeira fase, que corresponde ainda ao Império brasileiro, inicia-se em 1838, quando da fundação da vila de Salgueiro, a partir da construção da capela (atual igreja Matriz) pelos sócios das terras do Salgueiro — Manuel de Sá Araújo e Joaquim Alves Gondim —, indo até a Proclamação da República. Esse período não desperta muito interesse para o nosso trabalho, mas serve para alicerçar algumas explicações no tocante às disputas políticas do período republicano.

A história política republicana da cidade de Salgueiro é caracterizada por turbulências e conflitos entre os que se consideravam fundadores da cidade e a família Sampaio. Com a proclamação da República brasileira, iniciou-se uma nova fase e a família Sampaio assumiu o controle político da cidade de Salgueiro.

Salgueiro havia sido elevado a foro de cidade a partir da lei provincial nº 01, de 29 de novembro de 1892, e pela lei estadual nº 275 o coronel Romão Pereira Filgueiras Sampaio assumiu a intendência, enquanto em Pernambuco quem administrava era uma junta governativa liderada por José Semeão de Oliveira, que pertencia à ala conservadora de João Alfredo.

A luta política deflagrada no estado de Pernambuco entre os republicanos históricos liderados por Martins Júnior, vulgarmente chamados de violões, e os conservadores de João Alfredo e do ex-conselheiro Rosa e Silva, conhecidos como deletérios, provocou a saída de José Semeão de Oliveira, e com ele, em Salgueiro, foi afastado o coronel Romão Pereira Filgueiras Sampaio, primeiro intendente da cidade no período republicano.

A saída de José Semeão de Oliveira foi considerada uma manobra política de Martins Júnior, sendo denunciada em vários jornais da capital pernambucana. Desta feita foi nomeado para administrar o estado de Pernambuco o paraibano Albino Meira, que era considerado um elemento de dentro da política pernambucana e homem de confiança de Martins Júnior. Para a administração da cidade de Salgueiro foi nomeada uma segunda intendência, assumindo o poder político o tenente e posteriormente coronel Joaquim de Sá Araújo, ex-combatente da guerra do Paraguai, elemento de caserna ligado a Martins Júnior, um republicano histórico.

Esse período de instabilidade política em Pernambuco e em algumas cidades do interior vai desde a Proclamação da República em 1889 até dezembro de 1892, quando foram marcadas as eleições das municipalidades. A primeira intendência do período republicano foi composta pelo coronel Romão Pereira Filgueiras Sampaio, padre Manuel Antônio Martins de Jesus, José Rodrigues Vieira, José Matias Dantas e Domingos Gonçalves Martins Parente.

A segunda intendência do período republicano foi constituída pelos conselheiros municipais João Leônidas da Cruz, Odilon de Barros Alencar e Silva, Aureliano Lopes de Barros, Antônio Luís de Marins e Manuel de Sá Araújo Sobrinho, sendo prefeito o coronel Joaquim de Sá Araújo.

Esse conselho foi dissolvido e o intendente coronel Joaquim de Sá Araújo foi deposto pelo governador Barbosa Lima, sendo reconduzido ao lugar de prefeito o coronel Romão Pereira Filgueiras Sampaio e escolhidos para o conselho o capitão Benjamim Othon Soares, o tenente José Rodrigues Vieira, Menandro Pereira Filgueiras, Braz Pereira de Souza e Marcolino Pedro da Rocha.

A dissolução do conselho e a deposição do coronel Joaquim de Sá Araújo provocou um conflito armado na cidade de Salgueiro, que se espalhou por outras cidades do interior como Vila Bela, Flores, Goiana, Canhotinho, Afogados da Ingazeira e Triunfo, com bastante gravidade. Os republicanos históricos que tinham o controle das antigas municipalidades quando da sua dissolução ficaram desesperados, pois as novas eleições seriam feitas sob o comando das novas municipalidades constituídas pelo governador Barbosa Lima.

Os martinistas ainda argüiram a ilegalidade da lei que dissolveu as antigas municipalidades, mas sem qualquer resultado favorável, passando a instruírem os seus aliados a se abster das novas eleições, mas tudo foi inútil. A saída foi pegar as armas e partir para a luta armada, e o interior sertanejo constituiu-se nesse palco de lutas e de levantes armados comandados pelos republicanos históricos locais em consonância com os políticos da capital pernambucana.

O fato é que as adversidades políticas que o estado de Pernambuco enfrentou durante esse período de instabilidade política tiveram repercussões intensas e profundas em grande parte das cidades do interior. O fim da gestão melancólica e autoritária de Barbosa Lima contribuiu para que no âmbito do estado o PRF de Rosa e Silva, constituído a partir de 1893, controlasse o poder político, procurando fazer alianças com os coronéis do interior. A partir de 1895, o clã dos Sá voltou a controlar o poder na cidade, sendo eleito como prefeito o capitão Cornélio Gomes de Sá, para o triênio de 1895-1898.

O ano de 1895 é considerado um divisor de águas na história política de Salgueiro, não só pela volta da família Sá ao controle político da cidade, mas também por iniciar um longo período de estabilidade e continuidade política na administração da cidade sob o seu comando. O grau de controle político dessa família foi tão marcante que dos sete prefeitos que se sucederam na administração da cidade entre 1895 e 1918 quatro eram da família Sá e três eram seus prepostos, não passando de meros fantoches.

Os prefeitos desse período, que praticamente coincide com o período de hegemonia política do ex-conselheiro Rosa e Silva no estado de Pernambuco, foram: de 1895 a 1898, capitão Cornélio Gomes de Sá; de 1898 a 1905, tenente-coronel Francisco Norberto de Barros; de 1906 a 1910, major José Gomes de Sá; de 1911 a 1913, coronel Joaquim de Sá Araújo; em 1914, Antônio Henrique Callou (falecido); de 1914 a 1917, Francisco de Sá Araújo; e em 1918 o capitão Joaquim Alves Gondim (falecido).

Esse é o período em que a hegemonia do coronel Joaquim de Sá Araújo é reconhecida por todos, período de ouro da família Sá no poder da cidade de Salgueiro, e mesmo com a derrota do ex-conselheiro Rosa e Silva para o general Dantas Barreto, nas eleições para o governo de Pernambuco, ele ainda permaneceu no poder com bastante prestígio, talvez pelo fato de ser um herói da guerra do Paraguai, com trajetória política semelhante à do general Dantas Barreto.

Costa Porto (1986, p. 208) destaca que:

Na década de 1900, considerada apogeu do rosismo, o estado, assim como o resto do país, não passava de uma constelação de ilhas autônomas, cada uma com uma chefia própria, sendo que em Salgueiro o coronel Joaquim de Sá Araújo era um desses chefes políticos assim como cada município possuía o seu chefe.

O poder político começou a mudar de mãos em Salgueiro a partir de 1918, quando assumiu a prefeitura municipal o capitão Benjamim Othon Soares, irmão e sócio nos negócios — e na herança deixada pelo pai, o padre Antônio Joaquim Soares — do coronel Veremundo Soares. Esse é um momento crucial na história política de Salgueiro, pois a partir de uma aliança política entre as famílias Soares e Sampaio, facilitada pelo rompimento político em Pernambuco entre o general Dantas Barreto e o governador Manuel Borba, o clã dos Sá foi alijado do poder político, da cidade, iniciando-se uma nova e longa era que corresponde aos anos de 1918 a 1963, que denominaremos de os tempos de Veremundo Soares.

Durante todo esse período, o domínio político da cidade foi exercido pela família Soares, sendo vez por outra alçado ao poder de forma simbólica os seus prepostos, quase sempre amigos de sua confiança, quando não parentes.

É importante ressaltar que grande parte das alianças políticas que envolviam a família Sampaio era apenas circunstancial. Devido ao fato de serem apegados ao poder, quando se sentavam na cadeira de prefeito parece que perdiam a vontade de sair, pois tentavam permanecer o maior tempo possível no poder. Daí é que quando o capitão Benjamim Othon Soares saiu do governo municipal, em 1922, apoiou para prefeito Gumercino Filgueiras Sampaio, pertencente à ala borbista do estado, mas este, quando deixou a prefeitura em 1925, queria apoiar como seu sucessor o filho do antigo coronel Romão Pereira Filgueiras Sampaio, de Serrinha (Serrita), ao invés de apoiar o coronel Veremundo Soares.

O pára-queda desavisado era um outro coronel, conhecido por Chico Romão da Serrita, no dizer de Costa Porto, “um fura filas”. Foi aí que entrou toda a astúcia do coronel Veremundo Soares. Em 24 de janeiro de 1924 começava a despontar o racha entre as duas correntes políticas da cidade, quando o primeiro secretário do governador do estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, recebeu um telegrama do delegado Joaquim Galdino Sampaio e imediatamente telegrafou para Veremundo comunicando o assunto:

Nosso amigo Joaquim Galdino Sampaio telegraphou dizendo que pretende entregar direcção política do partido a José Victorino de Barros que é amigo delles. Momento exige você assuma direcção política accordo família Sampaio conciliando todos os elementos fim eleições federaes sejam feitas toda regularidade. Peço você conferencie Joaquim Sampaio atendendo todas

solicitações que lhe fizer sobre próximo pleito, pois não convém nem discontentes, nem desgostos actual momento político.

O coronel Veremundo Soares tratou de pegar a direção do partido e preparar a sua candidatura para prefeito em 1925. Mas, como obter sucesso nas urnas quando o prefeito estava contra e apoiando outro candidato forte, com todo o aparato governamental a sua disposição, o policiamento e o poder de coação que ele podia proporcionar, e também o poder de nomear as juntas apuradoras? É aí que se percebe a habilidade política do coronel Veremundo Soares, que usou de todos os meios que o próprio governador defendeu em discurso proferido em solenidade no quartel do Derby, intitulado ‘O direito da força’, e que foi veiculado pelo *Jornal do Recife* de 19 de novembro de 1925<sup>4</sup>.

A receita foi bastante simples: a cidade foi empestada de cangaceiros, que criaram um clima de terror, fazendo com que os eleitores do candidato da oposição tivessem medo de sair para votar. O coronel Veremundo Soares sagrou-se vitorioso, o que causou grandes reclamações por parte dos derrotados.

Segundo Costa Porto (1986, p. 547), em 1925, quando Manuel Borba se encontrava no Recife, este teria sido assediado com reclamações de diversos recantos do interior:

Informado pelo chefe político de Salgueiro que na época era Gumercino Filgueira Sampaio que os seus adversários ali chegaram anchos e eufóricos, porque haviam conseguido a demissão de algumas autoridades filiadas ao meu partido e substituídas por pessoas pelos mesmos indicadas – ponderava: não parece justo o que foi feito, pois dando instruções aos correligionários prestigiassem o governo estadual sem discrepância se julgava no direito de esperar sejam tratados como amigos, o que não estava acontecendo não somente em Salgueiro, mas noutros municípios, citando de saída, Correntes, onde o sucessivo e continuado desprestígio infligido paulatinamente ao meu inditoso amigo, coronel Joaquim Leão acoroçou os seus inimigos e ele foi friamente assassinado.(BORBA apud PORTO, 1986, p. 547)

O governo de Veremundo em Salgueiro se dedicou praticamente ao combate ao cangaceiro Lampião e à Coluna Prestes. Sob o aspecto de benfeitorias, construiu estradas e dotou sua fazenda Monte Alegre de um açude com capacidade de cinco milhões de metros cúbicos. Defendeu os interesses dos comerciantes de Salgueiro no tocante ao protecionismo do mercado interno e intermediou inúmeras verbas para construção da ponte que ligava Salgueiro a Vila Bela.

---

<sup>4</sup> MAGALHÃES, Agamenon. O direito da força. *Jornal do Recife*, Recife, ano X, n. 264, 19 nov. 1925. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Quem o sucedeu no poder da cidade foi um elemento de sua inteira confiança, o ex-presidente da câmara de vereadores coronel Joaquim Angelim, que teve o seu mandato interrompido pela eclosão da Revolução de 1930, quando foi deposto pelos revoltosos, marcando assim o fim da República Velha. Porém, não se encerram aqui os tempos do coronel Veremundo Soares, que teve um importante papel na montagem da junta governamental que administraria Salgueiro durante os anos pós-Revolução.

Com a Revolução de 1930, foi nomeada uma junta governamental composta por: Joaquim de Sá Araújo, Álvaro de Lima Soares e Alberto Soares dos Santos. Só aí dá para perceber que o coronel fez duas indicações, e por vingança contra a traição dos Sampaio, aliou-se com o seu principal adversário, o coronel Joaquim de Sá Araújo. Em 1933, Alberto Soares foi deposto, sendo nomeado, para o período de 1934 a 1937, José Victorino de Barros, aquele que ia assumir a direção do partido e fora passado para trás pelo coronel Veremundo Soares. Esse é o período constitucional onde já existem mostras de turbulências na política pernambucana.

José Victorino foi nomeado, eleito e, com o advento do Estado Novo, deposto. Como explicar tantas mudanças em tão pouco tempo? É que com a instalação do Estado Novo em Pernambuco assumiu o poder do estado como interventor Agamenon Magalhães, aquele mesmo primeiro secretário do governo de Sérgio Loreto, que alçara o coronel Veremundo Soares à direção do seu partido, dando condições para que este se fortalecesse e iniciasse a empreitada rumo à prefeitura municipal.

O que se poderia esperar de Agamenon Magalhães como interventor do estado de Pernambuco no que tocava aos interesses da política salgueirense? Buscar o apoio dos velhos amigos e aliados. E o coronel Veremundo Soares era aliado de primeira hora. Não deu outra: afastou José Victorino de Barros do poder político de Salgueiro e inseriu uma cara nova na política salgueirense, mas logicamente indicada pelo coronel amigo, eis que foi nomeado para administrar a cidade de 1937 a 1946 Luiz Soares Diniz, seu sobrinho. Depois, com a redemocratização do país, elegeu um outro sobrinho para prefeito, Osmundo Idalino Bezerra, para o período de 1947 a 1951, e para o mandato seguinte (1951-1955), seu próprio filho, Raul Soares.

### **3 VEREMUNDO SOARES, O CORONEL DE SALGUEIRO**

#### **3.1 Salgueiro: estrutura socioeconômica e quadro político**

O município de Salgueiro está situado na zona fisiográfica do Sertão, na porção centro-norte da microrregião homogênea do Sertão Central, e é considerado como a encruzilhada do sertão, pelo fato de que faz fronteira com o estado do Ceará, permitindo o acesso para os estados do Piauí, Paraíba e Bahia, sendo sua distância em relação ao Recife de 512 quilômetros.

A ocupação do seu território remonta ao período colonial, quando da introdução das fazendas de gado pelos sertões. Salgueiro fazia parte do antigo sertão de rodela, sendo povoado através de carta de sesmária doada pelo capitão Garcia D'Avila ao padre Antônio Pereira na primeira metade do século XVII, confirmada pelo conde de Castelmelhor, capitão geral do estado do Brasil, em 1651. Sua ocupação se deu com base nas alianças introdutórias entre nativos tapuias e brancos portugueses, sem as quais não seria possível a instalação ordenada da pecuária (GALINDO, 2004).

Segundo Manuel Correia de Andrade (1998, p. 167-168), é nesse contexto econômico que se originam os grandes latifúndios nos sertões de Pernambuco, Piauí e do Cariri cearense, e as doações de sesmarias desde o governo geral de Tomé de Sousa, bem como as atuações da Casa da Torre foram os responsáveis pelo traçado do espaço geográfico e econômico da região Nordeste.

A principal vocação econômica dos sertões nordestinos desde a colonização era a pecuária e esta atividade predominou até aproximadamente meados do século XVIII, quando em função das necessidades dos mercados internacionais o sertão foi inserido no conceito de região econômica produtora e exportadora de algodão e caroá.

Salgueiro nesse contexto teve uma importante participação no cultivo do algodão, desde a Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, quando a área do Quilombo de Conceição das Creoulas tornou-se grande produtora de algodão e onde os descendentes de escravos conseguiram comprar algumas terras com o dinheiro ganho com a venda do produto.

Durante as três primeiras décadas do século XX, o município de Salgueiro estava inserido numa região que prometia ser de grande prosperidade econômica e a cidade em si possuía casas comerciais que vendiam tecidos, estivas, miudezas, ferragens, drogas, chapéus, calçados, pólvora, bijuterias, cereais, etc, conforme a previsão de receitas orçamentárias advindas da cobrança de impostos<sup>5</sup>.

O comércio era fortalecido pelos vários produtos vendidos nas feiras semanais — compostos de fazendas, molhados, ferragens, padarias e produtos de farmácia —, pela exportação de gado e de peles de animais, pela cultura de algodão e de fibras de caroá preparadas em cordas.

As culturas de algodão, feijão, milho e maniçoba eram abundantes, mas a da cana para o fabrico de rapaduras e de aguardente era bastante limitada, porém mesmo assim a administração local protegia o mercado interno cobrando impostos mais altos pelas cargas de rapadura vindas de outros municípios, causando severas críticas dos comerciantes de Rio Branco (atual Arcoverde), conforme matéria do jornal *Sertão* de 23 de janeiro de 1933:

A Prefeitura de Salgueiro está cobrando um imposto absurdo – A nossa redação tem chegado insistentes reclamações contra a cobrança da taxa de dez mil réis por caminhão que entra na cidade de Salgueiro e que ali é executada pela prefeitura municipal. Tratando-se de uma medida administrativa que aberrá dos próprios dispositivos de leis estaduais ainda porque, segundo nos parece há um decreto do atual governo do estado que proíbe terminantemente a existência dos impostos intermunicipais, não sabemos em que se firma a prefeitura de Salgueiro para cobrar o abusivo imposto a que nos reportamos, o que, aliás, não se verifica nos demais municípios. (seria o caso da prefeitura de Rio Branco ter boa fonte de rendimentos, visto a numerosa quantidade de caminhões que diariamente entram nesta cidade, inclusive os de Salgueiro) [...].<sup>6</sup>

Existe qualquer coisa de estranho nessa notícia, não pelo fato em si da cobrança dos impostos, que entendemos ser uma medida que visava proteger os produtores internos, mas pelo comentário sobre a possibilidade do município de Rio Branco obter bons rendimentos, considerando-se a numerosa quantidade de caminhões que entrava, “inclusive os de Salgueiro”.

Salgueiro desde a década de 1920 possuía uma área urbana bastante desenvolvida em relação aos outros municípios do interior de Pernambuco. Esse fato pode-se constatar pelo grande número de receitas incluído no orçamento anual para o exercício de 1930, onde constavam, entre outras, arrecadações decorrentes da feira tradicional da cidade, que

---

<sup>5</sup> PERNAMBUCO. Decretos, atos e leis. *Orçamento do município de Salgueiro para o exercício de 1930*. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

<sup>6</sup> *Sertão*, Rio Branco, ano I, n. 15, 23 jan. 1933. p 1.

geralmente era feita aos sábados, e das demais feiras dos distritos que pertenciam a Salgueiro, como era o caso de Lagoa, Bezerros e Conceição das Creoulas.

Essas feiras refletiam tanto o crescimento da área urbana associada ao meio rural, como uma intensa atividade envolvendo a comercialização do que a zona rural possuía de melhor em termos de produtos, desde aqueles provenientes da agricultura e da pecuária locais destinados ao mercado interno, até produtos oriundos de outros municípios transportados em caminhões.

Somente para demonstrar que não existia uma frota numerosa de caminhões de Salgueiro que entrava constantemente no município de Rio Branco a fim de efetuar práticas comerciais, podemos destacar que nessa época não havia um só caminhão particular em Salgueiro. Esse fato pode ser constatado quando examinamos uma informação sobre a frota automobilística de Salgueiro no ano de 1943: “Número de automóveis de Salgueiro – particulares 5; alugado 1. Caminhões particulares 0; alugados 7. camionetes 0; ônibus 1. total 14”. Dos cinco automóveis particulares consta o *Studebaker* do coronel Veremundo Soares, que foi o primeiro automóvel da cidade<sup>7</sup>. Se dez anos depois Salgueiro possuía apenas sete caminhões alugados, em 1933 essa situação era pior, persistindo ainda o transporte de mercadorias feitas em lombo de burros de Rio Branco para Salgueiro.

Um outro detalhe que vem corroborar a dinâmica progressista das atividades comerciais associadas à agricultura é o testemunho do secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de Pernambuco, Gercino de Pontes, lembrando o ano de 1939, quando o interventor Agamenon Magalhães mandara socorrer as vítimas da seca. Na ocasião, o secretário Gercino de Pontes destacou a importância de Salgueiro na região da seguinte forma:

Sertão que ressurgiu – Quando visitamos o baixo e alto sertão pela primeira vez colhemos uma desoladora impressão e apenas Petrolina, Salgueiro e Triunfo faziam exceção no quadro desolador que se desenrolou aos meus olhos, através das caatingas sem fim de Rio Branco a São Gonçalo... acompanhando o governo, a iniciativa particular por meio das 80 fábricas de desfibrar o caroá vem dando nova vida à região de Salgueiro a Petrolina.<sup>8</sup>

O apogeu da cultura do algodão em Salgueiro deu-se do final do século XIX até meados do século XX, quando o coronel Veremundo Soares instalou na cidade máquinas de

---

<sup>7</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 07 fev. 1943. p. 5. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>8</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 16 set. 1941. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

beneficiamento do algodão e do caroá. Faz-se necessário evidenciar que mesmo com a crise da economia algodoeira na região nordestina, Salgueiro manteve a sua cultura consorciada com milho e feijão (GALINDO, 1995, p. 16).

O interventor federal no estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, na sua coluna diária da *Folha da Manhã* de 24 de agosto de 1940, dedicava um ensaio ao município de Salgueiro, enfatizando as condições adversas nas quais vivia o sertanejo e a sua coragem e inteligência para dentro dessa conjuntura se sobressair vitorioso. Para isso ele usava como exemplo o coronel Veremundo Soares, ressaltando o seu dinamismo para o trabalho.

Salgueiro é o município que tem mais açudes particulares no estado e onde a produção é mais estabilizada. Veremundo Soares é a sua expressão mais forte, mais orientada, mais fiel, mais confiante, mais exaltada pela terra e disciplina das suas forças de trabalho. Esse homem é realmente extraordinário. É agricultor, é comerciante, é industrial, é creador. Uma vocação enfim para o trabalho organizado e produtivo que não se espera encontrar em meio tão duro e difícil de vencer. O melhor e maior açude particular, que se encontra no sertão é o dele, o da fazenda Monte Alegre, com 5 milhões de metros cúbicos d'água, irrigando mais de 100 hectares de terra. A maior e melhor usina de beneficiamento de algodão é também a dele. A maior e mais bem montada fábrica de beneficiamento de caroá é também a sua. O que espanta nesse homem não é só a capacidade de trabalho. É o zelo pelo mais alto e melhor rendimento do trabalho. Algodão que não for de primeira qualidade não entra nas suas máquinas. Caroá que não for bem desfibrado, bem seco e limpo, não sai dos seus armazéns. Gado que não for de raça não come nos seus pastos. E, circunstância notável e feliz, os filhos e genros todos trabalham com ele, disputando-lhe o zelo, o apuro, o cuidado, pelo mais econômico e mais perfeito. Salgueiro é uma foto da geografia humana que os sociólogos precisam fixar.<sup>9</sup>

A respeito do cultivo do algodão no município de Salgueiro, já na década de 1940 conseguimos registrar vários relatos que possibilitam deduzir a sua importância para a região, bem como o papel das cooperativas na mediação de financiamentos junto ao governo de Pernambuco.<sup>10</sup> Esse telegrama que foi enviado pelo gerente da Cooperativa Agropecuária de Salgueiro ao interventor federal no estado, Agamenon Magalhães, demonstra a satisfação dos associados da cooperativa com os lucros obtidos:

De Salgueiros – Prazer comunicar Vossência cooperativa recebeu produção algodão cooperados financiando 70% sobre preço mercado. Após venda foram retornados 30% restantes além 3\$000 cada arroba produto. Atenciosas saudações Valdemar Menezes – Gerente.

<sup>9</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 24 ago. 1940. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>10</sup> Cf. *Folha da Manhã*, Recife, 5 abr. 1941. p. 4. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Já a *Folha da Manhã* de 16 de maio de 1941 trazia o relato de Apolônio Sales, onde o mesmo iniciava a sua narrativa falando das condições climáticas adversas das caatingas sertanejas e da pobreza do solo, mas essa tela se modificava quando se chegava a Salgueiro:

Ruas bem traçadas, casas bem tratadas e o verde de uma vegetação cuidada pelo Homem, provam que a vencer as dificuldades do tempo e do meio, o salgueirense aplica utilmente a sua vida na esperança justificável de uma vitória próxima. A industrialização já começa a congregar os braços sertanejos no beneficiamento de algodão e do caroá. Os açudes de iniciativa privada e os financiados pelo estado agrupam salgueirenses empreendedores num programa de valorização da terra que por hostil ainda não conseguiu vencer o animo forte daquele povo.

Em março de 1942, o secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de Pernambuco, Gercino de Pontes, fez uma visita ao município de Salgueiro, ocasião em que foi recebido pelo prefeito Luiz Soares Diniz e outras autoridades, ficando hospedado na residência do Sr. Veremundo Soares. Conforme relata um telegrama enviado ao interventor federal, publicado na *Folha da Manhã*:

À noite foram visitados vários melhoramentos de iniciativa municipal e a grande fábrica de beneficiar o caroá assim como o cinema de Veremundo Soares. S.A. Pela manhã, o secretário de viação foi recepcionado nas escolas que se acham funcionando no pavilhão do fomento agrícola, daí seguindo para visitar o terreno doado pelo comerciante Joaquim Angelim para nele ser edificado o grupo escolar, sentando nessa ocasião a primeira pedra do meio fio da área que vai ser calçada pela prefeitura.<sup>11</sup>

Gercino de Pontes deu várias declarações a respeito da sua visita. Segundo o secretário, a cidade de Salgueiro era:

Um oásis no Sertão, onde além das fábricas de beneficiar caroá, algodão e arroz, existiam importantes estabelecimentos comerciais, moderno cinema, numerosos engenhos de rapadura e lindos canaviais e fruteiras nas vazantes dos açudes. Ali tudo fala de cooperação, o que não se nota em muitos municípios da rica zona da mata.<sup>12</sup>

Já na década de 1940, o caroá mostrava sinais de crise em face da concorrência da juta indiana e da situação dos maquinários da maioria das fábricas de desfibramento do caroá no estado, que eram velhos, fazendo com que os governos federal e estadual criassem medidas para proteger essa atividade econômica. Diante desse fato, a *Folha da Manhã* de 16 de setembro de 1942 publicava a ata da assembléia geral extraordinária da Cooperativa Central dos Beneficiadores do Caroá do Nordeste:

<sup>11</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 22 mar. 1942. p. 5. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>12</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 7 abr. 1942. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

INEDITORIAIS – Cooperativa Central dos Beneficiadores do Caroá do Nordeste. Ata de assembléia geral extraordinária realizada em 15 de setembro de 1942 – Franqueada a palavra aos presentes, Nelson Leobaldo de Moraes propôs que se consignasse na ata um voto de congratulações e reconhecimento ao Sr. Interventor do estado Agamenon Magalhães pelos relevantes serviços prestados à classe: submetidas aos presentes foi a mesma apoiada, pedindo os associados Martins Aires, Veremundo Soares e Joaquim André Cavalcanti que também o voto fosse extensivo ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Secretário da Agricultura do estado. Encaminhada a votação foi aceita unanimemente. O Sr. Presidente antes de encerrar a sessão pediu aos presentes na conformidade do art. 40 dos estatutos fosse designada uma comissão. Essa comissão teve como membro o coronel Veremundo Soares e contou ainda com assinatura do Coronel Francisco Filgueira Sampaio de Serrita.<sup>13</sup>

Segundo dados do IBGE, na década de 1940 a área rural correspondia a 80% do território salgueirense, sendo apenas 5% área de pastagem, o que demonstra que a pecuária não se constituía numa atividade econômica expressiva, servindo apenas de complementação da atividade principal, que era a agricultura.

A agricultura empregava cerca de 41% da população, sendo cultivados: algodão, que correspondia a 53% do total da produção; cana-de-açúcar, que representava 31% da produção global; e feijão, cuja participação era de apenas 16%.

O tamanho médio dos grandes estabelecimentos agrícolas era de 93 hectares e estas propriedades somavam 59% do território salgueirense, enquanto os pequenos estabelecimentos agrícolas, com menos de 20 hectares de terra, totalizavam 41%. Um dado demonstra que o grau de mecanização da agricultura era insignificante, com apenas um arado e grade, correspondendo a 0,1%.

Segundo Manuel Correia de Andrade (1998, p. 51-53):

Existe uma grande dificuldade de se fazer uma classificação das propriedades em grandes, médias e pequenas, pelo fato de que elas variam consideravelmente de uma área para outra, em função da qualidade das terras, das condições naturais, da situação geográfica, da densidade demográfica, do desenvolvimento econômico-social, das facilidades de transportes, dos sistemas agrícolas e de criação, etc.

Dessa forma, explica Manuel Correia que uma propriedade de 100 hectares de terras pode ser considerada grande por estar cercada de numerosas outras de 10 hectares. Já nas caatingas sertanejas ela pode ser considerada pequena, tendo em vista que os seus recursos agrícolas são incapazes de alimentar mais de dez bovinos.

---

<sup>13</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 16 set. 1942. p. 7. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Outro ponto levantado por Manuel Correia de Andrade (1998, p.p,167,168 ) é que “a concentração fundiária se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura — à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau, ao algodão, ao caroá — e do completo desprezo às lavouras de subsistência ou lavouras de pobre como eram conhecidas no Nordeste.”

Ainda segundo o mesmo autor, as grandes lavouras tinham crédito fácil, garantia de preços mínimos, assistência de estações experimentais e comercialização organizada, enquanto que as lavouras de subsistência eram abandonadas ao crédito fornecido por agiotas, às tremendas oscilações de preços entre a safra e a entressafra e à ganância dos intermediários (ANDRADE, 1998).

Além desses fatores ainda se somava o fato de que havia grande concentração da propriedade da terra em mãos de latifundiários como pessoas físicas e até mesmo como sociedades anônimas. A legislação brasileira da época admitia a existência de dois tipos de latifúndio: o latifúndio por dimensão, quando a sua área é superior a 600 módulos, seja qual for o nível de utilização das terras; e o latifúndio por exploração, que compreende propriedades insatisfatoriamente exploradas, com áreas que variam de 1 a 600 módulos.

De acordo com essas informações podemos classificar as propriedades rurais na região de Salgueiro como sendo na sua maioria de médio porte quanto à dimensão das terras, já que a média dos estabelecimentos rurais era de 93 hectares, mas isso não quer dizer que não existiam latifúndios, pois pela classificação em função da exploração o enquadramento ia de 1 a 600 módulos. Na região de Salgueiro um módulo corresponde a aproximadamente 20 hectares de terra.

No que se refere ao coronel Veremundo Soares, podemos afirmar com certeza que era um latifundiário por dimensão, porque o somatório de todas as suas propriedades ultrapassava os 600 módulos; e era um latifundiário por exploração, pelo fato de que só no Monte Alegre havia mais de 100 hectares de terra irrigada, ou seja, sendo exploradas e com uma boa produção nos mercados locais. Além disso, a Agricultura, Indústria e Comércio Veremundo Soares. S. A. constituiu-se na primeira sociedade anônima do sertão pernambucano, sendo beneficiada por toda uma política de crédito, garantia de preços mínimos e proteção dos agentes e órgãos governamentais.

A área urbana do município de Salgueiro possuía um grau de industrialização relativamente alto se comparado a outros municípios das regiões do sertão e da mata,

chegando a empregar 6,5% da população em atividades secundárias (ROCHA apud VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1988)<sup>14</sup>.

É importante ressaltar que esses dados refletem o momento da década de 1940, pois de acordo com Pierson (1972, v. 2, p. 350), ao analisar os direitos e o uso das terras de Salgueiro na década de 1930, foi constatado que a maioria das terras eram de propriedade familiar e sua produção destinava-se ao consumo interno, tendo sido elas adquiridas por herança ou por união de famílias através do casamento.

Uma outra fonte informa que 90% das terras eram consideradas próprias do ponto de vista legal, perfazendo um total de 1.301 estabelecimentos, sendo que 65 unidades, com uma área de 375 hectares, encontravam-se sob a forma de arrendamento e outros 330 estabelecimentos tinham situação jurídica indefinida ou encontravam-se ocupados pelos atuais produtores.<sup>15</sup>

Ainda no que se refere aos direitos e usos da terra, Pierson (1972) afirma que se baseavam em: posse (proprietários, fazendeiros e sitiantes), arrendamento (arrendatários, chamados rendeiros ou meeiros), permissão pelo dono (morador) ou mera ocupação (posseiro ou ocupante).

A volta às raízes pecuárias se explica pelo fato da criação de um curtume pertencente à família Soares, que além de comprar couros das adjacências do município estimulou o criatório de animais, já que se poderia aproveitar todos os seus derivados no comércio local, tais como: carne, leite e peles.

Em relação às atividades do curtume de Salgueiro, Pierson (1972, v. 2, p. 523-524) fez o seguinte registro, que mesmo sendo posterior ao nosso recorte temporal demonstra em que momento da história socioeconômica da cidade a pecuária voltou a ter uma certa importância:

Numa cidade não muito distante de sertão novo, existe um pequeno curtume comercial iniciado com o uso de processos rudimentares semelhantes aos empregados nas fazendas. O filho e genro do fundador, contudo, o primeiro dos quais é hoje o prefeito, modernizaram recentemente a instalação com a ajuda de um amigo, comprando máquinas construídas em São Paulo e no Rio de Janeiro e importadas dos Estados Unidos. Informa-se que o volume de curtimento aumentou consideravelmente desde 1948. Outro filho do fundador, após se formar em química, associou-se ao irmão e ao cunhado na administração do curtume. Trabalhavam de 80 a 100 operários no curtume

---

<sup>14</sup> ROCHA, J. G. Áreas sócio-econômicas homogêneas de Pernambuco. *Cadernos Região e Educação*, Recife, v. 1, n. 2, dez. 1961.

<sup>15</sup> PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco (FIDEPE); Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM). *Salgueiro*. Recife, 1982. (Série Monografias Municipais).

em turmas de 6 da manhã às 11 horas da noite, sendo todos empregados homens ganhando 21 cruzeiros por dia.

A respeito da produção de caroá na região entre Petrolina e Salgueiro, Pierson (1972, v. 2., p.523-524 ) faz novamente um registro importante, permitindo concluir que essa atividade, em função do número expressivo de fábricas de desfibrar o caroá existente na área, empregava uma grande quantidade de operários.

Um informante calculou, contudo, que havia na ocasião cerca de 65 fábricas semelhantes de beneficiamento de caroá naquela parte de Pernambuco em que se localiza essa cidade espalhadas de Petrolina no oeste, a Jatinã no leste, incluindo Salgueiro com uma produção média de 1.600 toneladas por mês.

Todas essas atividades econômicas — algodão, caroá e pecuária — associadas geravam uma grande quantidade de empregos para a população urbana do município de Salgueiro. A forma como eram distribuídos esses empregos contribuía ainda mais para reforçar os laços de dominação e dependência pessoal entre o coronel Veremundo Soares e os seus correligionários e protegidos. O clientelismo se encaixava de forma adequada no sentido de garantir a manutenção e o prestígio do coronel, que com grande habilidade usava a maioria desses empregos para atender os pedidos dos seus aliados políticos.

Os primeiros dados oficiais que temos sobre o contingente populacional de Salgueiro datam ainda do período imperial, sendo referentes ao ano de 1872, quando foi realizado o primeiro censo demográfico no Brasil, registrando 6.856 habitantes. Na passagem do Império para a República ocorreu uma queda na população, que passou para 6.640 habitantes. Não se sabe quais foram os motivos reais desse declínio populacional, porém, para uma cidade localizada numa região castigada pelas secas e epidemias, não é difícil imaginar que o fluxo migratório e a taxa de mortalidade eram altos.

Por volta de 1910, o contingente populacional do município de Salgueiro dobrou para 12.000, e já na década de 1920, com o surgimento dos distritos de Serrinha e Bezerros, a população chegou ao número de 13.573. Em 1940, mesmo com o surgimento dos distritos de Conceição das Crioulas e Vasques, a população sofreu um novo declínio, caindo para 13.227 habitantes, mas esse fato pode ser explicado pelas modificações político-administrativas que culminaram com o desligamento dos distritos de Serrinha e Bezerros.

De acordo com o censo de 1872, a maior parte da população do município de Salgueiro era composta de brancos e pardos livres, correspondendo a 95% do total, e apenas

5% eram negros escravos, havendo um certo equilíbrio entre a população masculina e a feminina, com ligeira superioridade quantitativa da primeira.<sup>16</sup>

Outro detalhe relevante sobre a população do município de Salgueiro é no tocante à religião, pois segundo fontes documentais da época seria formada na totalidade por católicos, mesmo sem a presença efetiva de sacerdotes no sertão, sendo outras religiões tidas como heréticas, vistas com intenso preconceito por parte da população local, como podemos ver:

Vida Sertaneja – De Salgueiros: como ordinariamente acontece por estes sertões, a falta de sacerdotes não permitiu ainda que esta paróquia atingisse a um desenvolvimento religioso notável... entretanto, com uma população totalmente católica, preservada, ainda por graça divina do veneno deletério da heresia, possui já há dezenas de anos arregimentadas suas ações pias, principalmente o apostolado da oração, com mais de 400 membros atualmente e a pia união das filhas de Maria, onde no momento presente, formam 52 senhorinhas sob o pendão triunfal de Maria imaculada.<sup>17</sup>

Dentro desse contexto, visualizamos a política de Salgueiro com tradição de disputas políticas acirradas, excessos de uso de violência e coação, onde os partidos políticos locais, espelhados nos partidos da capital pernambucana, faziam o jogo de revezamento do controle da máquina político-administrativa, gerando constantemente insatisfações por parte dos excluídos do poder.

O latifúndio e o controle do comércio contribuíram bastante para as formas de clientelismo e mandonismo político, na medida em que promoviam a desorganização das classes trabalhadoras e a unificação das classes hegemônicas no poder político do município. Os coronéis, sendo os detentores dessas riquezas, eram cooptados pelo Estado para que servissem de ponte na consecução dos interesses da burguesia, recebendo em troca a garantia de que a reforma agrária não atingiria suas propriedades.

Na condição de agenciadores dos benefícios do Estado, os coronéis garantiam a sua sobrevivência e a reprodução das relações de dominação e dependência pessoal. Aos que se encontravam afastados dos benefícios concedidos pelo Estado, o único modo de garantir sua sobrevivência era viver à margem, de forma submissa, sendo o elo mais fraco na rede de clientelismo em que o coronel distribuía favores para os seus aliados e a lei para os que ousassem contestar o sistema.

---

<sup>16</sup> Quadro geral da população da parochia de santo Antônio do Salgueiro – província de Pernambuco. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento. FIDEPE; FIAM. *Salgueiro*. Op. cit..

<sup>17</sup> *Sertão*, Rio Branco, ano 2, n. 20, 25 set. 1933. p.12. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Durante a década de 1920, a participação política das massas em Salgueiro foi limitada pelo fator educacional, já que de acordo com a Constituição Republicana de 1891 os analfabetos ficavam excluídos do direito de participação nos pleitos eleitorais e o município contava com poucos cidadãos alfabetizados, como decorrência das precárias condições de ensino: “Instrução e Adiantamento Moral – a instrução é insignificamente difundida por escolas estaduais e municipais. A população, grandemente analfabeta é muito atrasada em tudo, como corolário natural da insuficiência do ensino.” (GALVÃO, 1927,p. ).

Essas informações são corroboradas pelo orçamento do município de Salgueiro para o exercício de 1930, que destinava apenas 20% para a instrução primária dos cidadãos salgueirenses, apesar de constar uma subvenção para a “Philarmônica Machado de Assis” e um valor que correspondia a aproximadamente 10% do orçamento para as publicações oficiais, franquia telegráfica, júri e gastos com a realização de eleições.<sup>18</sup>

A participação política das massas ainda era reduzida pelo excesso de força de coação que os coronéis infligiam sobre a população, intimidando com ameaças aqueles que por ventura discordassem do sistema político a não comparecerem aos pleitos eleitorais, deixando o processo livre para que as juntas apuradoras e os juízes reconhecessem o verdadeiro vitorioso, que nem de longe representava o povo, mas sim os grandes latifundiários e comerciantes locais.

Em Salgueiro, as disputas políticas se davam independentemente de considerações ideológicas ou partidárias, cabendo aos grupos locais em luta compor alianças com os principais grupos políticos do estado, sendo bastante comum o acirramento das facções em luta pelo poder. A maioria dos coronéis que existiam em Salgueiro eram situacionistas, o que diferenciava um do outro era apenas a simpatia e os laços de dependência que existiam com determinados vultos representantes de facções da política estadual de Pernambuco.

Durante a década de 1920, as famílias políticas mais importantes de Salgueiro, representadas pela autoridade máxima dos coronéis, estavam alinhadas politicamente ao partido governista no estado, mas cada um desses coronéis se aliava com aquela facção estadual que lhe concedesse mais benefícios e poder de barganha. Assim é que o coronel Veremundo Soares era aliado a Sérgio Loreto e posteriormente a Estácio Coimbra; já o

---

<sup>18</sup> PERNAMBUCO. Decretos, atos e leis. *Orçamento do município de Salgueiro para o exercício de 1930*. Recife: Imprensa Oficial, 1929. A ata dessa lei foi aprovada pelo Conselho Municipal de Salgueiro em 30 de setembro de 1929, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 1930. A redação é do primeiro secretário Levino Nunes de Alencar Barros e foi assinada pelo presidente do conselho, Álvaro de Lima Soares, pelo 2º secretário, Luiz Gonzaga Angelim e pelos conselheiros: Alfredo Soares dos Santos, José Lopes da Silva, Edmundo Soares de Menezes e Antônio Conrado de Barros, sendo o prefeito o comerciante Joaquim Angelim.

coronel Chico Romão Sampaio de Serrinha era aliado a Manuel Borba; e o coronel Joaquim de Sá Araújo, a Rosa e Silva.

O domínio político da família Soares, que veio se construindo ao longo das duas primeiras décadas do século XX e se materializou na prática em 1918 com a eleição de Benjamim Othon Soares para prefeito, iria encontrar na figura do coronel Veremundo Soares seu maior símbolo, tendo governado diretamente o município como representante eleito de 1925 a 1928, e indiretamente até praticamente 1963, com poder de decisão na escolha dos governantes locais, que na sua maioria era parentes, amigos e sócios nos negócios.

Durante todo o período da política de Salgueiro, incluindo os dias atuais, as famílias políticas mais importantes — Sá, Soares e Sampaio — aderiram às principais correntes políticas do estado; e sempre que uma delas era alijada do poder político de Pernambuco, no nível do município ocorria um revezamento no poder municipal, deixando queixas e atritos mal resolvidos, que somados impediam ou retardavam o desenvolvimento da cidade, pois a continuidade dos serviços que proporcionavam o bem-estar da população era interrompida.

Em Salgueiro, a família que apoiava o Partido Republicano Democrata (PRD) era os Sampaio, como podemos perceber na convenção que ocorreu na residência de Manuel Borba, apontando como representantes e componentes do diretório o coronel Francisco Sampaio e Joaquim Galdino Sampaio.<sup>19</sup>

Ao lado do Partido Republicano Conservador (PRC), apoiando o governador Estácio Coimbra, figurava o coronel Veremundo Soares, que pelos rescaldos da disputa política do pleito de 1925 estava afastado da família Sampaio e aliado ao clã dos Sá.

O advento da Revolução de 1930 colocou no cenário político pernambucano novos partidos políticos, o que serviria para oxigenar mais os bastidores da política local, ampliando a participação política e recuperando a credibilidade que não existia nos antigos partidos pelas práticas fraudulentas e de coação que denegriam as suas imagens.

A revolução de outubro de 1930 contribuiu bastante para um certo adesismo dos coronéis do interior de Pernambuco, o qual foi entendido e divulgado pelos jornais da capital pernambucana como uma postura de oportunismo, sofrendo um certo patrulhamento por parte daqueles que se intitulavam os autênticos revolucionários. Uma dessas matérias era referente

---

<sup>19</sup> *Diário da Manhã*. Ano II, n. 346 e 347, 2 e 3 jun. 1928. p.1 e 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

a Serrinha (atual Serrita), que era controlada pelo coronel Francisco Romão e Galdino Sampaio antes da Revolução.

Serrinha é o nome de um dos municípios que o Sr. Estácio Coimbra creou e que tem como elementos vigorosos, os srs. Pedro Xavier de Sousa, Pedro Quesado de Figueiredo e José Pereira de Oliveira, sendo chefe o primeiro, os quaes combatiam ali o estacismo como alliancistas que são, pois bem: via-Salgueiro os srs. Galdino Filgueira Sampaio que é o prefeito perrepista, Francisco Xavier de Sousa e Antônio da Silva Reis, todos correligionários incondicionaes do governador deposto, telegrapharam ao sr. Governador provisório do estado dizendo terem constituído junta governativa. Interessante... nem siquer esperaram a nomeação.... não tiveram habilidade porque do grupo não consta um único alliancista todos são estacistas vermelhos.<sup>20</sup>

Algumas manchetes, tais como “Para traz oportunistas”<sup>21</sup>, “Não devemos confiar nessa gente”<sup>22</sup>, ou ainda “Sahiu o pus; mas ficou o carnicão”<sup>23</sup>, eram mais contundentes, denunciando o oportunismo dos coronéis que habilmente constituíam juntas governativas para os seus municípios e serviam de alerta para que a Revolução não tivesse ocorrido em vão.

O *Jornal do Recife* de 30 de novembro de 1932 listava os seguintes partidos políticos em Pernambuco: Partido Liberal Pernambucano, Partido Republicano Constitucionalista, Partido Economista-Social, Partido Constitucionalista, Partido Republicano Pernambucano e Partido Social Democrático. Apesar da existência de vários partidos, na prática apenas o PLP e o PSD tinham chances reais de vitória nas urnas, sendo os demais apenas figurantes.

O Partido Liberal Pernambucano no nível nacional era chefiado pelo general Vilela Júnior e mantinha relações estreitas com o chefe político do Rio Grande do Sul, o general Flores da Cunha. Em Pernambuco, o partido contabilizava representações em quase todos os municípios do estado, sendo que em Salgueiro a família Sampaio havia se apoderado da sigla, tendo como representante o Sr. Joaquim Galdino Filgueiras Sampaio, conforme podemos perceber na publicação do manifesto do partido em Pernambuco.<sup>24</sup>

O Partido Social Democrático foi lançado no estado de Pernambuco por Lima Cavalcanti, interventor federal no estado, e por Agamenon Magalhães, trazendo por isso a

<sup>20</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XVII, n. 235, 17 out. 1930. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>21</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XVII, n. 232, 14 out. 1930. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XVII, n. 286, 20 dez. 1930. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>24</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXV, n. 245 e 259, 1 e 20 nov. 1932. Edição matutina, p. 2 e 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

chancela oficial. Este partido trazia no seu bojo os princípios da política dominante no estado, condensando as aspirações da corrente revolucionária que ocupava os postos na administração estadual e possuía representações em todos os municípios.

A família Soares, logo que concluído o processo revolucionário, tratou de se colocar como aliada da Revolução, aderindo gradativamente e marcando passo nas tomadas de decisão da política salgueirense, tendo indicado nomes para interventores do município. E como na política local ocorriam rivalidades nas bases, em 1932 estava ela aliada à família Sá contra os Sampaio e chefiando o PSD em Salgueiro.

Essa aliança entre as famílias Sá e Soares fica comprovada por meio do telegrama proveniente de Salgueiro publicado em 1º de outubro de 1933 pelo *Jornal do Recife*, expressando insatisfações por parte do clã dos Sá, que estavam nesse momento aliados e solidários com os Soares ameaçando romper com o partido.

PELA POLITICA – Salgueiro, 30 – Lufaria – Recife. Ante injustificavel campanha odio movida maioria directório aqui contra nosso amigo Alberto Soares, renunciemos cargos secretario e thesoureiro social democratico reservando direito seguirmos política que nos convenha. Saudações Líbório Gomes de Sá, Idalino Bezerra.<sup>25</sup>

Nesse documento podemos perceber não só a aliança entre essas famílias como também as questões pessoais e locais, de lutas por espaços de poder, já que os atos de campanha de ódio partiram do diretório local que era controlado pela família Soares. Note-se ainda que essas desavenças surgiram no período pós-eleitoral, quando já estava sacramentado o resultado do pleito de 03 de maio de 1933, momento oportuno para pedidos de ocupação de cargos ou benefícios.

O resultado desse pleito eleitoral é que apesar de ter a maioria relativa dos votos da capital (36,36%) o PSD não teve a aprovação de 63,64% dos eleitores, demonstrando que estes não prestigiaram nem foram solidários ao atual governo, votando em outras siglas partidárias. Já no interior a vitória do PSD foi maciça, abrindo apenas alguns espaços em municípios como Floresta e Vila Bela, onde venceu toda a linha do PLP. Em Salgueiro, município do antigo 3º distrito, o PSD sagrou-se vitorioso nas urnas.<sup>26</sup>

A divisão interna no PSD em Salgueiro favoreceu a ascensão ao poder político em 1934 do sr. José Victorino de Barros e Silva, que mesmo sendo pessedista era considerado um

<sup>25</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXVI, n. 222, 1º out. 1933. Edição matutina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>26</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXVI, n. 110, 111 e 112, 3,16, 17 e 18 maio 1933. Edição matutina, p. 1 e 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

elemento com boas relações políticas com a família Sampaio. Durante o período de 1934 a 1937 quem dava as cartas na política local era a família Sampaio, como podemos ver no pleito eleitoral de 1934 para a Assembléia Constituinte estadual:

De Salgueiros – pleito ocorreu máxima calma, comparecendo 1032 eleitores. Apesar forte campanha desenvolvida vigários Serrinha, Granito ex-chefe Leopoldina espero Victória candidatos P. S. D. obtiveram número aproximado de 800 votos. Saudações Francisco Sampaio, prefeito Serrinha.<sup>27</sup>

Já o prefeito do município, José Victorino de Barros, dava um resultado menos satisfatório, tanto no que diz respeito ao número de eleitores que compareceram às urnas como nas justificativas que indicavam que o PSD salgueirense sob o comando da família Sampaio não tivera uma boa aceitação na administração municipal: “De Salgueiros – eleição realizou-se plena paz votando 863 eleitores verificando-se abstenção pessoal allistados anno passado maior parte incluído ex-officio obras contra as seccas reside outros municípios. Saudações José Victorino de Barros – Prefeito”.<sup>28</sup>

Esses documentos, todos de uma mesma data, indicam a existência de uma sincronia de intenções entre os dois prefeitos, que era a vitória do pessedismo, e também denunciam uma prática política que até hoje ainda é presente, que é a tentativa de aliciamento de eleitores de outros municípios, concedendo favores pessoais e recorrendo ao empreguismo, principalmente em épocas de secas.

A justificativa ou desculpa dada pelo prefeito José Victorino de Barros para a inferioridade dos votos esperados com as abstenções era na realidade fruto do suposto número de eleitores que haviam sido beneficiados no alistamento das obras contras as secas de 1933, como podemos perceber na grande celeuma jornalística provocada pelo incidente entre o interventor de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti e o ministro da Viação José Américo sobre a liberação ou não de recursos para o combate à seca no estado.<sup>29</sup> (Ver anexo).

Essa celeuma constituiu-se basicamente de uma série de matérias publicadas pelos jornais da época e mais especificamente o *Jornal do Recife*, que diariamente trazia um novo capítulo com defesas e acusações de parte a parte dos envolvidos no caso, pelo fato de que o interventor Carlos de Lima Cavalcanti alegava que o estado de Pernambuco estava sendo

<sup>27</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXVII, n. 236, 18 out. 1934. Edição matutina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>28</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXVII, n. 236, 18 de outubro de 1934. Edição matutina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>29</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXV, n. 209, 20 set. 1932. Edição matutina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

discriminado no montante de liberação de verbas para o combate à seca, responsabilizando o ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo.

O ministro da Viação e Obras Públicas fez uma alusão a um telegrama que fora enviado de Salgueiro, onde os salgueirenses representados por uma comissão formada por Augusto Sampaio, Lourival Sá, Francisco Alencar, Alfredo Sampaio e outros rendiam gratidão pela assistência que havia sido dada pelo ministro ao município, atendendo aos flagelados da seca:

Salgueiros, 17 – signatários representando pensamento 3.200 operários serviços federaes este município onde trabalham flagellados vindos de todos os municípios confins estado rejubilados assistência dispensada vossencia população faminta esta zona significando referido serviço amparo para mais doze mil pessoas temos honra prazer render gratidão certos sempre teremos vossencia profunda essência penhor seguro não seremos jamais abandonados momento mais grave atravessa sertões nordestinos assolados flagello seccas. Mesmo tempo rogamos vossencia autorizar aumento salários para operários casados tenham mais três filhos atendendo carestia cada dia crescendo gêneros alimentícios. Aproveitamos ensejo congratularmos pessoa vossencia eminente chefe governo provisório pelas grandes victorias últimos dias alcançadas contra os que atiraram paíz abysmo guerra civil. Respeitosas saudações – Augusto Sampaio, Lourival Sá, Francisco Alencar, Alfredo Sampaio, Martiniano Bezerra, Antônio Rangel, Francisco Ferreira.

A inferioridade dos votos esperados justifica-se pelo fato de que, apesar do telegrama de agradecimento partir da família Sampaio, os verdadeiros agenciadores desses trabalhos para a população haviam sido a família Soares, tendo sido feita a distribuição de ocupação dos empregos e cargos pelo prefeito Alberto Soares, que ao se desligar do partido provocou um esvaziamento do eleitorado.

A grande prova desse fato é que com a instalação do Estado Novo em 1937 o interventor federal do estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, para evitar esse tipo de insatisfações reeditou a aliança com os antigos coronéis do período da República Velha, e em Salgueiro premiou o coronel Veremundo Soares, nomeando como interventor seu sobrinho Luís Soares Diniz, que ficaria no poder político do município até 1946, elegendo como seu sucessor Osmundo Idalino Bezerra, também sobrinho do coronel.

### **3.2 A construção do poder políticodo coronel Veremundo Soares: impressões**

Quando do falecimento do coronel Veremundo Soares, os jornais do país se apressaram em fazer uma breve biografia da vida deste que é considerado no município de

Salgueiro um símbolo de empreendedor e político progressista, pensado por muitos como um industrial. Nos dias atuais, sempre que se inicia um pleito eleitoral algumas pessoas falam com ar de saudosismo sobre o tempo em que Salgueiro era desenvolvido, possuindo fábricas e progresso; ou, para ser mais explícito: “Salgueiro só foi bom quando era de Veremundo”.

Diante de tais fatos que estão no imaginário popular, abraçamos o desafio de construir uma biografia contextualizada do coronel Veremundo Soares, tomando por base o que foi dito do mito pelos jornais por ocasião de sua morte, fazendo uma analogia com o que encontramos em fontes documentais que possam corroborar ou desmistificar essas informações.

Iniciamos com a manchete do jornal *O Globo* que noticiava a morte do coronel Veremundo Soares:

Em Salgueiro, onde a família do coronel Veremundo possui o cinema, a farmácia, o curtume, a casa de saúde, a empresa de energia elétrica, as fábricas de beneficiamento de algodão e de óleo vegetal, a saboaria, o armazém de estivas, lojas de tecidos, casas de aluguel e uma fazenda de mil hectares, tudo vai parar às 11 horas para o enterro do penúltimo coronel do sertão pernambucano.<sup>30</sup>

De fato, esse era o patrimônio econômico do coronel Veremundo Soares em tempos passados, principalmente entre as décadas de 1930 a 1950, que entendemos ser o apogeu do seu poder econômico, podendo ter sido até maior do que foi relatado, contudo, precisamente no momento de sua morte, o seu patrimônio já não era mais o mesmo de outros tempos, pois a decadência econômica já rondava as suas portas, e a grande maioria desses bens ou não mais existia ou já havia sido vendida a terceiros.

O coronel Veremundo Antônio Joaquim Soares era filho do padre Antônio Joaquim Soares, que era natural da região de Minas Gerais, tendo sido ordenado padre no ano de 1838 pelo seminário de Mariana. Quatro anos depois, por motivos que desconhecemos, subiu o rio São Francisco com sua irmã viúva Alaíde e seus sobrinhos Fidêncio, Antônio e Benjamim, fixando-se em Jatobá, atual município de Tacaratu.

Por volta de 1843, o padre Antônio Joaquim Soares chegou à recém-fundada freguesia de Salgueiro, tornando-se o pároco local, onde tratou de adquirir terras, denominando as fazendas de Jatobá e Milagres. Além dessas foram adquiridas outras pequenas propriedades, que no ato de seu falecimento, ocorrido em meados de 1893, constaram do patrimônio deixado para os seus herdeiros.

---

<sup>30</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 maio 1973. p. 7. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

Segundo contam os relatos orais, o padre Antônio Joaquim Soares manteve relações íntimas com a mulher do vaqueiro José Bezerra, conhecida como dona Marcolina Maria da Glória, e teve com ela quatro filhos: Benjamim Othon Soares, Olindina, Adelaide e Veremundo Antônio Joaquim Soares.

De acordo com o inventário do padre Antônio Joaquim Soares<sup>31</sup>, coube para os herdeiros, além das fazendas citadas, quatro contos e quinhentos réis em dinheiro e um prédio situado à rua do Comércio, onde os irmãos Benjamim e Veremundo Soares juntamente com o seu cunhado Antônio Rufino iniciaram sua vida de comerciantes na cidade de Salgueiro. Já de dona Marcolina, os irmãos herdaram o casarão da praça da igreja Matriz, atual Câmara de Vereadores, e as fazendas Miguel, Cacimbinha e Cedro, distantes algumas léguas da cidade de Salgueiro.

Inicialmente o empório comercial construído pelos irmãos Soares vendia mantimentos em geral, produtos necessários à sobrevivência imediata dos viventes da área. Posteriormente o comércio prosperou, passando a vender armas, munições, tecidos e bebidas.

Em 1901, o coronel iniciou suas atividades na firma Othon Soares & Santos como auxiliar de serviços de seu irmão e cunhado, respectivamente Benjamim e Antônio Rufino, e posteriormente adquiriu a parte do cunhado, ficando numa sociedade com o seu irmão Benjamim.

Essa firma inicialmente era um pequeno armazém que vendia mantimentos e produtos de necessidade imediata da população como alimentos, querosene, pólvora e miudezas em geral, tendo sido constituída principalmente em função das circunstâncias da perda da matriarca da família, dona Marcolina, e da necessidade de manter a família unida, de forma a proteger os interesses dos herdeiros.

Em 1904, o coronel Veremundo Soares casou-se com sua prima dona Maria Inácia Bezerra, natural de um lugarejo chamado Jatobá de Tacaratu, atual Petrolândia. O casamento dentro da própria família era um recurso utilizado pelas famílias nessa época para evitar que houvesse a desintegração dos latifúndios, pois sendo a terra uma fonte de poder esta não deveria cair em mãos de estranhos ou de famílias inimigas que não tivessem a habilidade de aumentar o patrimônio. O casamento por conveniência agregava bens, riquezas, poder político e unia mais ainda a família.

---

<sup>31</sup> Inventário do Padre Antônio Joaquim Soares. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

Quando do seu casamento o coronel passou a morar em Salgueiro na antiga casa de Dona Marcolina, na praça da Matriz, lugar que era considerado o mais nobre da cidade. Posteriormente iniciou a construção do chalé denominado de Villa Maria, em homenagem a sua esposa.

Nesse mesmo ano, o coronel Veremundo Soares conseguiu sua patente de capitão cirurgião do 257º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de Salgueiro<sup>32</sup>, concedida pelo presidente da república Rodrigues Alves, possivelmente em alguma barganha política com o coronel Joaquim de Sá Araújo, que nessa época tinha o domínio político do município, fazendo parte dos coronéis que possuíam aliança política com o conselheiro Rosa e Silva, que controlava toda a política de Pernambuco e dos estados do Norte.

A edição do *Diário de Pernambuco* do dia da morte do coronel Veremundo Soares apontava que a data precisa de sua entrada na vida política teria sido o ano de 1922 e que antes disso era apenas comerciante, sem interesse pela política. Colocava o coronel como um elemento de ligação entre os seus amigos e o governador Sérgio Loreto, sendo porta-voz de suas pretensões e das necessidades do município.<sup>33</sup>

O coronel Veremundo Soares foi eleito prefeito do município de Salgueiro para o período de 1925-1928, sendo citado por Costa Porto como um dos maiores carreadores de votos para as oligarquias estaduais durante a década de 1920 e aliado fervoroso, até por compadrio, do governador do estado de Pernambuco Sérgio Loreto, tendo sido lançado na política por intermédio do primeiro secretário do estado Agamenon Magalhães.

### 3.3 Nos domínios do coronel Veremundo Soares

Na análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares podemos distinguir três momentos: o primeiro situa-se antes de 1920, quando não ocupava cargo político algum no município; o segundo é caracterizado por uma posição de destaque na política municipal, incluindo o período de 1925-1928 em que ocupou o cargo de prefeito; e o terceiro é o período pós-Revolução de 1930, em que o coronel muito cautelosamente procurou agir de forma decisiva na política salgueirense, mas sem correr riscos excessivos.

---

<sup>32</sup> Cf. Carta patente do coronel Veremundo Soares (apud VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1998).

<sup>33</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 maio 1973. Primeiro caderno.

Entendemos que foi nas duas primeiras décadas do século XX que se deu a construção do seu poder político e social, tornando-se um homem influente na sociedade salgueirense, pelo fato de que como possuidor de terras podia oferecer empregos e prestar favores aos seus dependentes.

O período em que foi prefeito é considerado por nosso trabalho como o momento em que o seu poder econômico aumentou devido à concessão de benefícios advindos das possibilidades de intermediar recursos do Estado, que quase sempre eram empregados nas suas propriedades ou nas de seus amigos e correligionários.

Em relação à sua administração temos poucos dados, sendo na sua maioria relatos orais que afirmam que foi marcada pela abertura de novas ruas; a construção da escola Barbosa Lima; e a transferência do cemitério público, que ficava dentro da rua, para um local mais isolado, principalmente pelo fato de que algumas epidemias assolaram a região, sendo Salgueiro atingido.

É importante ressaltar que grande parte do que é considerado como seus feitos administrativos e políticos, contabilizados como demarcadores de desenvolvimento e progresso do município de Salgueiro, na realidade aconteceram em suas propriedades, mas pelo fato de que atendiam as necessidades dos munícipes são normalmente evidenciados como ações do seu governo.

Sua principal obra, conseguida numa mediação com o estado nas secas de 1932 e 1933, colocada à disposição da população salgueirense e que durante os períodos de seca matava a sede do sertanejo, foi a construção do maior açude particular do Nordeste, com capacidade para cinco milhões de metros cúbicos, o qual ficava situado na fazenda Monte Alegre, de sua propriedade.

É comum ouvir parentes e amigos do coronel dizerem na cidade que esta obra foi feita com recursos próprios, mas as pesquisas nos mostram que durante as secas de 1930, 1932 e 1933, o governo do estado, através da IFOCS, concedeu prêmios para os proprietários de terras que construíssem açudes. Esses prêmios nada mais eram do que recursos financiados pelo estado para esse tipo de construção, como podemos ver na matéria do *Jornal do Recife* de setembro de 1931:

O governo de Pernambuco em seu programa de realizações e de amparo a todas as classes productoras do estado, instituiu pelo acto n° 430, de 26 de março do corrente anno como incentivo prêmios aos criadores que em suas propriedades, construam açudes e barragens. Esses prêmios, que são proporcionaes as águas acumuladas, não só vem em auxilio dos pequenos

proprietários, como também concorrem para beneficiar a vasta zona sertaneja assolada pelas grandes estiagens tão prejudiciais ao cultivo de terras fertilíssimas e a pecuária cumpre estimular, evitando assim, o decréscimo que anno a anno se acentua nos nossos rebanhos. A instituição desses prêmios incentivou sobremodo aquellas construcções e agora mesmo, quinze agricultores e criadores de vários municípios sertanejos requereram arbitramento e concessão do auxilio referido para açudes que construíram.<sup>34</sup>

Um outro documento, de autoria de Amaro Cavalcanti, datado de março de 1964, fornece a confirmação de que o coronel não havia construído o famoso açude do Monte Alegre com recursos próprios como alardeavam seus parentes e amigos.

As estiagens periódicas mais acentuadas em 1930 e 1932, estimularam o sertanejo de Salgueiro a procurar o serviço de obras contra as secas, resultando dessa providencia o estudo de um açude de 5 milhões de metros cúbicos d'água, na fazenda monte alegre localizada no longínquo sertão pernambucano. Do açude, resultou o que podemos testemunhar, um núcleo de progresso, um fixador do homem com sua família à terra onde todos nasceram e onde aguardam um destino em comum. Lá estão instalados uma modelar usina de rapadura, cultura das melhores variedades de canas, um pomar variado destacando-se o laranjal e videiras produzindo os frutos que rivalizam com o que de melhor existe no país. Como acontece e é comum na região, o agricultor é também criador: no caso porém vale destacar que a criação de gado selecionado procura desenvolver-se com a sua característica eficiência.<sup>35</sup>

Como podemos perceber os dois documentos se constituem nas duas faces de uma mesma moeda, contribuindo para desmistificar a idéia de que o coronel havia construído com recursos próprios esse açude que saciou a sede dos sertanejos nos períodos de seca. A lei criada pelo governo beneficiava somente os grandes proprietários de terras e pecuaristas, acentuando ainda mais os laços de dominação e dependência pessoal, e conseqüentemente o poder político dos coronéis.

Segundo Francisco de Oliveira (1981, p. 54), foi dentro dessa conjuntura política e econômica do Nordeste que o governo federal interveio criando a Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), que passou a ser o principal agente de enfrentamento das secas na região. Posteriormente o órgão foi reestruturado, transformando-se no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), mas mesmo assim a estrutura de exploração não sofreu mudanças e estes órgãos se constituíram na base do poder político dos coronéis.

<sup>34</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXIV, n. 203, 6 set. 1931. Edição matutina, p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>35</sup> CAVALCANTI, Amaro. Cooperativismo: um coronel do sertão. 1964. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

A ação da IFOCS estava orientada para a construção de barragens, perfuração de poços e construção de açudes durante os períodos de seca, com a finalidade de irrigar a agricultura; para a implantação de uma infra-estrutura de estradas e rodagens no interior nordestino; e para a elaboração de um estudo amplo sobre a região, tendo como objetivo a implementação de novas técnicas e tecnologias no combate às secas.

Para Francisco de Oliveira (1981, p. 54), sob o aspecto do estudo e conhecimento da região a atuação da IFOCS e do DNOCS produziu resultados positivos, mas do ponto de vista de promover alguma transformação no ciclo produtivo não apresentou eficácia, pois a grande maioria dos investimentos governamentais eram feitos nas terras dos coronéis latifundiários, reforçando ainda mais a estrutura de reprodução do capital e os laços de dependência e dominação pessoal, servindo ainda como um fundo de acumulação de capital.

Ele enfatiza que as ações da IFOCS e do DNOCS beneficiaram unicamente os grandes e médios fazendeiros: as barragens e açudes construídos não eram públicos; as estradas eram construídas nas terras dos coronéis; e, além disso, o pagamento da mão-de-obra arregimentada nas emergências era feito em gêneros alimentícios comprados com os recursos do Estado aos próprios coronéis, por preços superfaturados. Dessa forma, todas as benfeitorias feitas nas propriedades dos coronéis latifundiários e sua forma de financiamento se constituíram na prática nos pilares da força e poder político dos coronéis.

As emergências ou frentes de trabalho e posteriormente as cooperativas de crédito que eram montadas no sertão nordestino para o combate às secas ou para proteção dos mercados de gêneros específicos como o algodão e o caroá constituíram-se ao longo dos tempos numa forma de enriquecimento ilícito para os coronéis. Nelas trabalhavam os seus eleitores, aqueles que aceitavam a submissão dando os seus votos quando da ocorrência de pleitos eleitorais em troca de trabalho. E paralelamente a esse esquema existia um outro bem mais ilícito, constituído por uma rede de trabalhadores-eleitores-fantasmas, assim como de obras fantasmas.

As secas possuíam essa dupla função, pois, ao mesmo tempo em que se constituía em fonte de miséria, sofrimento e injustiças para os sertanejos pobres; também se constituía em fonte de riquezas e poder para os coronéis latifundiários, representantes legítimos da economia agroalgodoeira e pecuaristas. Francisco de Oliveira diz que era por esse ralo que escoavam os recursos públicos, engordando os bolsos, o patrimônio e as contas bancárias dos coronéis.

O nosso trabalho identificou poucas ações significativas do coronel Veremundo Soares no período em que ele esteve efetivamente no poder político do município como prefeito. Podemos afirmar que o grande feito do coronel foi o de se colocar como agenciador entre o Estado e a sociedade, não como representante do povo, e sim como defensor dos interesses de sua classe, constituindo-se na extensão do braço do Estado no município e na região.

Três anos antes de sua morte, o coronel Veremundo Soares concedeu uma entrevista ao *Diário de Pernambuco*, onde fez alguns comentários sobre a nova invenção da modernidade — “a mini-saia” — e os ritmos musicais, afinal de contas, o coronel trazia no seu currículo o fato de ser um bom tocador de clarinete e sax, tendo inclusive uma grande amizade com o Rei do Baião, Luiz Gonzaga. Nessa entrevista temos uma idéia de como o coronel se apresentava para a sociedade:

“Na minha vida agitada, conheci muita gente e fiz muitos amigos, nunca me considerei um político apenas um intermediário entre o povo e o governo: um porta-voz do interior pernambucano”. Diz que iniciou sua vida política, quando em 1922, o governador Sérgio Loreto chamou o coronel Veremundo e pediu que ele servisse de elemento de ligação entre o seu governo e o povo. Disse ainda que paralelamente a sua administração sua indústria prosperava e com a instalação do Estado Novo o seu prestígio com Agamenon Magalhães continuou permanecendo por muitos anos. Atribui a sua liderança ao trabalho e à honradez.<sup>36</sup>

Já os filhos fizeram o relato de uma conversa que tiveram com ele antes de sua morte que contradiz essa imagem de homem que tinha aversão à política. Esse relato é carregado de saudosismo e nostalgia, talvez o sinal da decadência econômica e política que se abatera sobre a família Soares nos novos tempos. Nesse relato cai por terra o mito do industrial e grande investidor e afirma-se a fama de grande político governista, que abandonado pelos seus eleitores só lhe resta o lamento: “Vamos cada vez pior. A cada dia que passa a gente descrê numa porção de coisas. Não vale a pena a gente ser político”.

Segundo a matéria do jornal *O Globo*<sup>37</sup>, o coronel havia tentado no governo de Cid Sampaio, com o seu prestígio de coronel, impedir a inauguração de uma agência do Banco do Estado de Pernambuco na cidade de Cabrobó, sob a alegação de que o banco da região era ele mesmo.

A idéia de colocar o coronel Veremundo Soares como intermediário entre o governo e o povo surgiu da necessidade e das dificuldades que os proprietários rurais da região de

<sup>36</sup> CAMPOS, Wanessa. Entrevista com o coronel Veremundo Soares. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 fev. 1970. Primeiro caderno. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

<sup>37</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 maio 1973. p. 7.

Salgueiro tinham para defender os interesses de sua classe, já que estes eram os grandes beneficiados quando da tomada de medidas governamentais.

Possivelmente a emergência do coronel Veremundo Soares como uma liderança da região, afora o prestígio adquirido junto ao governo quando do combate ao cangaço e à Coluna Prestes, tenha se dado a partir da sua participação no Congresso de Estradas e Rodagens, Instrução e Saúde Pública que ocorreu no ano de 1926, no governo de Sérgio Loreto, quando foi escolhido pelos demais prefeitos participantes do evento como intermediário junto ao governo para conseguir a construção de uma ponte facilitando a interiorização do desenvolvimento.

O *Diário de Pernambuco* de 22 de janeiro de 1926 destacava a participação do coronel Veremundo Soares no Congresso de Estradas de Rodagem, Instrução e Saúde Pública da seguinte forma:

O Dia da Saúde Pública – Excursão aos hospitais, discussão de memórias sobre as necessidades sanitárias das pequenas cidades, higiene e limpeza pública, água e esgoto, combate as moléstias contagiosas, mortalidade infantil, cinematographia educativa. O coronel Veremundo Soares participou da comissão de saúde pública que teve como palestrante o Dr. Amaury de Medeiros que colocou a saúde como principal fator de progresso afirmando que é de responsabilidade dos prefeitos como políticos fazer a hygiene pública, pois, prepara o individuo para fomentar a produção, do que da estrada prescinde, donde se faz o transporte da riqueza. A saúde é à base de toda a riqueza.<sup>38</sup>

No dia seguinte, novos temas foram debatidos e o congresso pleiteou o prolongamento das estradas tronco que partindo da capital se dirigiam para o interior, dotando-as de obras de arte e empedramento nos lugares em que o terreno exigisse para o tráfego durante o inverno.<sup>39</sup>

Nesse dia o município de Salgueiro foi representado, além do coronel Veremundo Soares, pela participação do presidente da Câmara de Vereadores e futuro sucessor do coronel, o comerciante Joaquim Angelim. O coronel compôs a 3ª comissão, que teve na presidência o Dr. Samuel Hardman, que se esforçou em alertar os senhores prefeitos da importância e da conveniência de se congregarem, adquirindo para os grupos de municípios aparelhos mecânicos para construção e conservação de estradas. Essa comissão deu parecer favorável para que ocorressem sem demora as obras das estradas de Vila Bela–Salgueiros e Ouricuri–Petrolina, sendo estas aprovadas sem discussão.

<sup>38</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 jan. 1926. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>39</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 jan. 1926. p. 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

No dia 26 de janeiro de 1926, os participantes do Congresso de Estradas e Rodagens, Instrução e Saúde Pública elegeram o coronel Veremundo Soares como mediador junto ao governo do estado de Pernambuco:

Indicação do Sr. Veremundo Soares Prefeito de Salgueiros, no sentido do congresso encarecer ao governo a necessidade de uma ponte sobre o rio pitombeiras para servir a estrada de Floresta a Salgueiros e Bom Nome a Salgueiros. Parecer mandado que a indicação seja incluída no plano geral de viação.<sup>40</sup>

Mas desde o ano de 1924 o coronel Veremundo Soares começara a ganhar projeção nos círculos governamentais do estado, por seu combate ao cangaceirismo, à Coluna Prestes e ao messianismo que por ventura ameaçasse os interesses dos grandes latifundiários da região.

Na realidade, pode ser considerado o notável feito do coronel Veremundo Soares o fato de ser tido como o grande inimigo de Lampião, o rei do cangaço no sertão, e de ter conseguido impedir o ingresso do cangaceiro na cidade de Salgueiro. Esse era um fato considerado inédito, pois Lampião já havia entrado na grande maioria dos municípios vizinhos, causando terror e morte por onde passava.

O coronel Veremundo ostentava muito orgulhosamente uma carta, que fazia questão de mostrar para os políticos da capital pernambucana e principalmente para os jornais, em que fora ameaçado pelo cangaceiro mais famoso do sertão, como podemos ver:

Sr. Verimundo Suaris. Suas saudações. O fim desta somente para saber qual o seu plano, que após a minha paçagi, o sr. Mandou uma força ir atrás d'eu e mesmo pelerehou bastante de mim. Em outra ora, nós já fumos inimigo, porém para o presente eu pençava que nós era amigo. Para si eu ea, mais para se me parece, o sr. Era inimigo, portanto eu lhe aço esta para saber qual o seu destino. Já mandei avisar o padre Cícero qui nessa minha diligença, quem se alterou contra mim foi o município de Salgueiro, tenha muita cautela eu não volte para o mesmo que era outra ora, eu bem que quero virar santo e fazer a felicidade para voceis mesmo. Sem mais assunto. Capitão Virgulino Ferreira<sup>41</sup>.

Segundo Melquíades Pinto Paiva (2004, p. 1), o cangaço representou uma evolução das atividades dos jagunços, quando estes deixaram a obediência direta aos coronéis latifundiários e passaram a agir de forma independente, formando bandos sob rigorosa chefia e muitas vezes prestando serviços particulares aos fazendeiros e políticos que lhes compravam proteção ou encomendavam missões resolvendo questiúnculas locais.

---

<sup>40</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 jan. 1926. p. 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>41</sup> *Correspondência Pessoal do Coronel Veremundo Soares*. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

Para Melquiádes, o cangaço já existia desde os anos de 1870 com o bando de Jesuíno Brilhante, mas a época em que mais se destacou foram as quatro primeiras décadas do século XX, quando surgiram cangaceiros celebres como: Antônio Silvino; Sebastião Pereira da Silva, conhecido popularmente como Sinhô Pereira; Virgulino Ferreira, vulgo Lampião, do município de Vila Bela; e Christino Gomes da Silva Cleto, conhecido como Corisco.

Em Salgueiro e adjacências, vários cangaceiros tiveram uma atuação destacada durante os anos de 1920 até meados de 1935. Para analisarmos a atuação desses bandos na região, fazem-se necessários alguns esclarecimentos que julgamos procedentes sobre a origem do fenômeno, suas áreas de atividade, de repouso, de recrutamento e fuga.

Levigne (1980, p. 84-86) situa o ano de 1900 como um marco do início de um fluxo gradual para o interior de vários profissionais liberais, lojistas, hoteleiros, farmacêuticos, mestres-escolas e mascates provenientes do Recife e Natal, contribuindo para o aumento do comércio no sertão.

A crescente atividade comercial do sertão, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, estimulou o crescimento do banditismo, proliferando o número de bandos de cangaceiros, que na maioria das vezes se punham a serviço de quem desse mais, transformando-se em mercenários dos coronéis ou mesmo de representantes do governo local, estadual ou federal.

Para Levine (1980), o advento das estradas de ferro dizimou fileiras de almocreves ou arrieiros, que na década de 1870 chegavam ao número de 20 mil indivíduos, que carregavam açúcar e outros artigos no lombo de mulas percorrendo as plantações entre a região da mata e a capital. Segundo um memorialista da cidade de Salgueiro de nome Luisão, em outros tempos, a família de Lampião e o próprio trabalhavam de almocreves para a família Soares em Vila Bela e Salgueiro.

De acordo com esse mesmo memorialista, as mercadorias do coronel Veremundo Soares vinham de trem da capital pernambucana até Rio Branco (atual Arcoverde) e de lá prosseguiam em lombo de mulas até Vila Bela e Salgueiro. Essa profissão de Lampião é confirmada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1997, p. 46), que afirma que Lampião aos 12 anos de idade aprendera o ofício de amansador de cavalos e que seu pai e irmãos mais velhos, além de criadores e lavradores, também eram almocreves, e o jovem Virgulino constantemente os acompanhava em suas viagens.

A existência de laços íntimos de amizade e de negócios entre a família Soares e a família de Lampião é citada também pelo historiador Billy Jaynes Chandler. Segundo ele, o coronel Cornélio Soares de Vila Bela, sobrinho do coronel Veremundo Soares, era amigo da família de Lampião, sendo até padrinho por compadrio do seu irmão Levino. Ainda de acordo com Chandler, os sentimentos paternalistas da família Soares para com os Ferreira não podiam ser destruídos tão facilmente. (CHANDLER, 1980, p. 112, 114-117).

O autor ainda destaca que um relacionamento com Lampião podia ser vantajoso e lucrativo e o coronel Cornélio Soares foi acusado de negociar com o cangaceiro, conforme consta do processo criminal contra Lampião referente ao massacre de Serra Grande (apud CHANDLER, 1980). O nome do coronel Veremundo Soares não consta desse processo, mas o de seu irmão Benjamim é citado, tendo as armas contrabandeadas saído da loja de propriedade dos dois irmãos em latas de querosene.

O chefe de polícia da capital pernambucana, Eurico de Souza Leão, deu declarações dizendo que mesmo sabendo que Cornélio Soares era coiteiro de Lampião nada podia fazer, pois os Soares eram grandes canalizadores de votos para a administração do estado e gozavam de certas imunidades. De acordo com os detalhes do processo de Serra Grande, podemos ler nas entrelinhas o grau de envolvimento de pessoas importantes:

As informações que a policia conseguiu obter revelaram uma intrincada rede de subterfúgios, planejada para proteger todos os que estavam envolvidos no caso. A munição era comprada numa cidade vizinha, Salgueiro, por terceiros, mediante um pedido escrito do coiteiro José Olavo. O intermediário em Salgueiro pensava conforme disse mais tarde a policia que se tratava de munição para a família Pereira, de Vila Bela. Era paga por Cornélio Soares e seu irmão Benjamim que morava em Salgueiro, depois escondidas em latas de querosene, era levada de burro para Vila Bela.

Diante desse fato, no nosso entendimento, a real inimizade entre o coronel Veremundo Soares e o cangaceiro Lampião fica posta em dúvida, e mesmo com a grande quantidade de telegramas do coronel com destino ao governador do estado Sérgio Loreto e vice-versa, alguma coisa não se encaixava bem nessa história.

Além do mais, a carta de ameaça feita pelo cangaceiro Lampião é bastante contraditória. Se nos debruçarmos sobre os seus detalhes podemos perceber que existem frases denunciadoras de que nem tudo que nela constava podia ser creditado como totalmente verdadeiro. O primeiro questionamento é em relação ao fato de que o cangaceiro achava que no passado se considerava inimigo, mas no presente se achava amigo. Baseado em que se

achava amigo do coronel? O que haveria de ter acontecido recentemente para que o cangaceiro tivesse essa consideração com o coronel?

As respostas a esses questionamentos são justificadas no pleito eleitoral de 1925, quando o coronel Veremundo Soares disputou a prefeitura na chapa oposicionista contra o prefeito Gumercino Filgueiras Sampaio, que apoiava o coronel Chico Romão Sampaio. O governador do estado apoiou o coronel Veremundo Soares, dando cobertura para que se usassem os meios necessários, como podemos ver no discurso do governador, justificando o uso da força, da mesma forma como fora ganha a eleição contra os borbistas em Novo Exu.<sup>42</sup>

Antes de 1925, a cidade de Salgueiro havia sofrido apenas dois ou três ataques de cangaceiros, o que demonstra que o município não se configurava como uma área de atividade intensa do cangaço, o que pode ser explicado pelo fato de que o valor dos saques não era atrativo. Em 23 de julho de 1920 teve-se notícia da primeira incursão de cangaceiros à cidade de Salgueiro:

No município de Salgueiros – Vendo-se perseguido, um grupo de cangaceiros, trava tiroteio com a policia prisão e ferimentos. O município de Salgueiros foi ante-hontem teatro de graves acontecimentos, que se originaram do seguinte: recebendo denúncia da incursão de um grupo de cangaceiros pelas imediações da cidade, o delegado de Salgueiros ordenou que o sargento Wanderley, a frente de uma força, sahisse no encalço dos criminosos. Esses eram chefiados pelo cangaceiro Antônio Padre. Avistando a força os bandoleiros ofereceram resistência, travando-se forte e demorado tiroteio de parte a parte. Cessado o fogo verificou-se ter sahido gravemente ferido o chefe dos criminosos que foi capturado e depois dos necessários tratamentos recolhido a prisão. Os demais do grupo conseguiram evadir-se. Desse facto, o sr. Chefe de policia recebeu hontem comunicado.<sup>43</sup>

Depois desse episódio ocorreram mais duas incursões de cangaceiros ao município, e coincidentemente uma delas foi durante o período que antecedeu ao pleito eleitoral de 1925, quando o coronel Veremundo Soares sagrou-se vitorioso contra o borbista coronel Chico Romão Sampaio de Serrinha, que era filho do primeiro intendente republicano do município de Salgueiro, o coronel Romão Pereira Filgueiras Sampaio.

Esse é um momento particular da história de Salgueiro que merece algumas ponderações e observações minuciosas, a fim de que não se falte com a verdade, tamanha a complexidade dos fatos e a conexão com os usos e abusos da força nos episódios de Novo Exu, que foram divulgados com bastantes detalhes pela imprensa da capital pernambucana.

<sup>42</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano X, n. 264, 19 nov. 1925. p 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>43</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXII, n. 200, 23 jul. 1920. Edição matutina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Inicialmente analisaremos algumas informações sobre o fato de que nos cinco meses que antecederam o pleito eleitoral de 1925 houve uma intensa movimentação de bandos de cangaceiros pelo sertão, e mais precisamente formando uma rota nas áreas entre Vila Bela, Triunfo e Flores, e uma outra rota entre Vila Bela, Salgueiro, Exu e Floresta. Essas observações são de fácil comprovação, pois foi publicado um grande número de matérias em jornais que faziam oposição ao governador Sergio Loreto, veiculadas em menor intensidade pelos jornais situacionistas.

Essa movimentação de cangaceiros pela região de Salgueiro também é confirmada por telegramas enviados pelo prefeito do município para o presidente da república no Rio de Janeiro, o que comprova que na esfera do estado o prefeito não tinha qualquer prestígio político com o governador Sérgio Loreto, ou este não tinha qualquer interesse em resolver tal situação, pois ela beneficiava a sua ala política.

Antes mesmo do pleito eleitoral de 1925, o coronel Veremundo Soares já tinha iniciado um conflito com a família Sampaio, a fim de justificar suas futuras ações com a aplicação do uso da força de coação por parte de sua ala política. As ações contra a família Sampaio, que em Salgueiro não decidiu pelo apoio político ao coronel Veremundo Soares nas eleições, lançando o coronel Chico Romão de Serrinha, iniciou-se quando em 20 de junho de 1925 foram aprisionados armamentos que supostamente seriam utilizadas na armação do pleito eleitoral em Salgueiro:

De Veremundo Soares para Sérgio Loreto – Exmo. Sr. Governador do estado de Pernambuco – Recife – PE – Acabo receber telegrama, meus sobrinhos comerciantes em Ouricury, comunicando ter apreendido até esta madrugada para averiguações carga que passarão clandestinamente verificando eles, serem armamentos e munições remetidas por Francisco Cardoso residente ali destinado a Francisco Romão opositor este do município de Serrinha. Depois de averiguações, portador desistiu conduzir referido armamento que seria entregue hoje mesmo por Cardoso. Parecendo armamento ser opositor armação pleito. Peço Vossência ordenar autoridade Ouricury apreender dito armamento e munições.<sup>44</sup>

O que ficou descoberto posteriormente é que as armas apreendidas em Ouricuri na verdade eram para uma armação de pleito eleitoral, mas não no município de Salgueiro, e sim no município de Novo Exu, tendo a conivência do coronel Veremundo Soares, que por ordem do governador do estado, Sérgio Loreto, autorizou a liberação dos armamentos para o coronel

---

<sup>44</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares para o governador do estado de Pernambuco. 20 jun. 1925. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

Romão Sampaio. A ordem do governador atendeu a um pedido do coronel Veremundo Soares, como podemos ver no telegrama de 07 de julho de 1925:

Exmo. Dr. Governador do Estado – Recife. Acha-se aqui nosso amigo Romão Sampaio do Exu, foi auxiliar irmãos. Pede-me conseguir Vossência, autorizar ao chefe de policia mandar entregar a elle quatro rifles e munições aprehendidas Ouricury, responsabilizando-se elle perante Vossência por qualquer ato hostil do irmão de agora em diante. Desejo satisfazê-lo. Saudações afetivas Veremundo Soares.

Esse acontecimento foi denunciado posteriormente pelo *Jornal do Recife*, enfatizando os abusos de poder que foram cometidos em Novo Exu quando do pleito eleitoral de 1925, como também os assassinatos de Bezerras, as incursões de Palmares, a comemoração das surras de Palmares e os absurdos que ocorreram em Salgueiro (ver anexo).

A partir desse episódio podemos deduzir que a situação do município estava bastante complicada e dela visualizamos duas possibilidades. A primeira diz respeito ao telegrama enviado pelo prefeito ao presidente da república, informando a situação de anarquia em que vivia o município, como podemos ver no telegrama de Sérgio Loreto para o coronel Veremundo Soares, levando a crer que a outra ala seria a responsável pela instalação do terror com a presença de cangaceiros durante o pleito eleitoral, fato esse que poderia justificar sua derrota: “De Sérgio Loreto para o coronel Veremundo Soares, 23 de agosto de 1925 – Prefeito actual dahi telegrafou Rio dizendo município conflagrado cangaceiros, cidade povoações anarchizadas. Informe verdade sobre situação. Saudações”<sup>45</sup>.

Um outro telegrama do governador Sérgio Loreto, datado de 30 de agosto de 1925, é mais incisivo e revelador da questão suscitada, e abre lacunas para várias interpretações:

De Sérgio Loreto para o coronel Veremundo Soares – Consta aqui prefeito actual entendendo-se reservadamente grupo cangaceiros, convém avisar delegado ficar sobreaviso. Telegrafei Juiz de Direito, Juiz municipal e promotor informarem sobre telegrama prefeito afirma reinar ahi anarchia. Saudações.<sup>46</sup>

A resposta do coronel Veremundo Soares para o telegrama do governador Sérgio Loreto foi dada no mesmo dia e a nosso ver, pelos borrões que constam no papel, o coronel parecia estar meio titubeante no que ia responder, pois escreveu uma palavra que

<sup>45</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

<sup>46</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

aparentemente passava segurança, mas riscou e preferiu usar outra palavra menos comprometedora, vejamos<sup>47</sup>:

Do coronel Veremundo Soares para Sérgio Loreto – governador do estado. (affirmo – rabiscado), creio infundadas noticias entendimento prefeito actual com cangaceiros, entretanto autoridades estarão vigilantes reprimir qualquer movimento subversão ordem. Saudações.

Como podemos explicar a postura do coronel Veremundo Soares de omitir a verdade sobre as incursões dos cangaceiros ao município de Salgueiro? Quem estava por trás da presença dos cangaceiros na cidade? O prefeito atual ou o coronel Veremundo Soares?

Analisando a segunda possibilidade, poderíamos levantar a suspeita de que o responsável poderia ser o prefeito Gumercino Filgueira Sampaio, já que este tinha sido derrotado no pleito eleitoral de julho, e não aceitando a derrota poderia ter instalado uma situação de terror para que houvesse intervenção do estado. Mas se fosse assim, por que não telegrafar ao governador do estado ao invés de telegrafar ao presidente da república? Além do mais era uma prática comum da família Sampaio recorrer ao uso de violência para ganhar eleições, como podemos perceber no pleito de Novo Exu (ver anexo).

Se o coronel Veremundo Soares omitiu informações sobre as incursões de cangaceiros ao município de Salgueiro, certamente ele deveria ter bons motivos, pois os jornais da capital pernambucana sinalizavam a existência de tais incursões, como podemos perceber na edição vespertina do dia 27 de julho de 1925:

Informam de Belmonte e Salgueiros que reina grande terror em todas aquellas cercanias com a formação de mais dois grupos auxiliares do celebre salteador Lampião, os quaes se denominam Sipahubas e Pequeninos que a essas horas devem estar nas serras de são Francisco (Villa Bella), onde o destemido bandido instalou um hospital de sangue para tratamento dos seus companheiros sinistros, feridos no último encontro com as forças da Parayba. O mais extraordinário entretanto é que as numerosas forças volantes de Pernambuco se não encontram com esses salteadores, nem de leve sequer os encommoda. Parece até um pezadello, mas é verdade que em nosso território, o terrível bandoleiro esteja em paz, uma vez que é de paz o governo actual.<sup>48</sup>

Diante de tal matéria podemos ver claramente que o coronel Veremundo Soares não faltou com a verdade quando disse que não acreditava que o prefeito atual estava em

---

<sup>47</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

<sup>48</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano X, n. 167, 27 jul. 1925. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

entendimentos com os cangaceiros, pois o prefeito não necessitava dessa milícia particular, já que contava com as milícias oficiais.

O coronel Veremundo Soares faltou com a verdade quando omitiu a existência dessas incursões de cangaceiros, fato esse bastante suspeito diante de todas as circunstâncias citadas. O *Jornal do Recife* de 5 de agosto de 1925 mais uma vez confirmava as incursões de Lampião ao município de Salgueiro: “Lampeão sobre a lei – entre Salgueiros e Belmonte está operando o grupo de Sypahubas que vem cometendo depredações nas linhas telegráficas, roubando e surrando os que tem a infelicidade de se encontrar com o referido grupo.”<sup>49</sup>

O mesmo jornal, em 29 de agosto de 1925, trazia uma manchete no mínimo intrigante, mas bastante esclarecedora, que denunciava o mandonismo local e a falta de atitude por parte das autoridades constituídas, traçando um quadro bastante negro do sertão de Salgueiro:

Pernambuco Feudal – é terrível, é doloroso. Em um estado civilizado viver-se sob o regimen do trabuco, das armas, como se vivesse em um feudo, cercado de barões feudais onde a vida não era nada mais do que a escravidão, a humilhação e a miséria. Mata-se, rouba-se, incendeia-se no interior de Pernambuco como se tudo isso fosse a coisa mais natural da vida. Até quando esse viver de horrores, de miséria e de degradação.

Diante de tais fontes só nos resta apresentar o coronel Veremundo Soares tal e qual ele se apresentava na época. Esse momento foi registrado numa entrevista em que o chefe de polícia do estado, Eurico de Sousa Leão, convocou o representante do *Jornal do Recife*, para que em poucas palavras o coronel Veremundo fizesse um relato de como se encontrava a campanha empreendida pelo major Theophanes Torres no combate ao cangaceirismo no sertão de Pernambuco:

Combate ao Cangaceirismo – Fala-nos o coronel Veremundo Soares. Na sua opinião os bandos de ladrões tem os seus dias contados. O Sr. Coronel Veremundo Soares, negociante estabelecido em Salgueiro no interior do estado em cujas proximidades varias vezes operaram os salteadores chefiados pelo famigerado e quase imponderável Lampião. Hoje no sertão já se respira, já não há aquele terror pânico de antes, não mais havendo tentativas de assaltos por parte daquele terrível bandoleiro que segundo consta , se encontra nas zonas de Moxotó ou Navio. A última investida do bandido foi contra Ipueira, povoado do município de Leopoldina, tendo os habitantes reagido, matando um dos bandidos e fazendo o resto debandar desordenadamente. Minha impressão – rematou o coronel Veremundo Soares – é de que os dias dos cangaceiros estão contados, se a campanha continuar com a mesma intensidade de agora. Os sertanejos estão absolutamente confiantes de que as operações não hão de esmorecer e, ao contrario, se tornarão cada vez mais activas, aparelhando-se as tropas

<sup>49</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano X, n. 176, 5 ago. 1925. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

combatentes com elementos de transporte que facilitem a transladação rápida das forças para os lugares onde sua presença se torne necessária. Seria a maior das desgraças se o actual governo desfalecesse nessa tarefa meritória de curar o sertão de sua maior chaga que é o cangaceirismo.<sup>50</sup>

Diante de tais elementos entendemos que a construção do poder político e econômico do coronel Veremundo Soares ocorreu de forma gradativa e entrelaçada, dando o suporte necessário para a formação de sua honra social ou prestígio social de que desfrutaria na sociedade até a sua morte.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, o coronel como latifundiário e comerciante foi tecendo suas teias de dependência pessoal, barganhando com os seus próprios recursos (terras e comércio) brechas no bloco que controlava o poder no município e no estado. As suas fontes de poder se constituíram do clientelismo, no tocante ao uso de pequenas glebas de terras por parte dos moradores e prestadores de serviços que gozavam de sua proteção e viviam na dependência dos benefícios por ele concedidos; e da habilidade de fazer o comércio, criando uma outra relação de dependência devido à usura e aos fiados, que eram prática comum no interior sertanejo, estabelecendo vínculos entre quem fornecia a mercadoria e quem a recebia para só pagar quando pudesse, ou pagando com o voto, com a fidelidade.

A década de 1920 foi, porém, o momento de entrada da família Soares na política, inicialmente através de Benjamim Othon Soares, irmão do coronel, que foi prefeito de 1918 a 1922, e posteriormente com o próprio coronel Veremundo Soares, prefeito eleito para o mandato de 1925 a 1928. Como dissemos anteriormente, para o governador do estado de Pernambuco Sérgio Loreto não importavam os meios, desde que não se perdesse a eleição.

O coronel, apercebendo-se do fato de que para vencer a família Sampaio deveria formar milícias particulares e usar a força de coação para ocupar a cadeira de prefeito, não mediu esforços, usando aquilo que se tinha no momento: cangaceiros e jagunços. Mas, depois de consumado o resultado do pleito eleitoral e diante da pressão dos jornais, das autoridades e do povo, fazia-se necessário desarmar o palanque que havia sido montado e administrar os problemas.

É aí que entra a famosa frase de Lampião: “para o presente eu achava que nois era amigo”. A aliança havia sido rompida entre a família Soares e os Ferreira de Vila Bela, iniciando-se uma perseguição ferrenha contra o banditismo na região.

---

<sup>50</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XIII, n. 89, 19 abr. 1927. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Outra possibilidade que poderia ser levada em conta seria a da própria carta ser uma farsa, uma espécie de cortina de poeira com a finalidade de inocentar e encobrir os implicados no processo criminal que envolvia Benjamim Soares e o contrabando de munições. Essa é uma possibilidade que não pode ser descartada, já que a campanha da qual falava o coronel também foi denunciada como farsa e o próprio major Theophanes Torres foi indiciado, fato esse que teve uma grande repercussão e que levou o coronel Veremundo Soares a fazer sua defesa, como podemos ver na carta de 15 de março de 1927:

Exmo. Sr Estácio Coimbra. Governador do Estado – Recife. Chegando meu conhecimento que major Theophanes tem sido accusado pelo bandido conhecido pela alcunha de Beija Flor, como fornecedor de munição ao famigerado Lampião, peço vênha vossência para protestar contra tão difamante e disparatada calúnia, parecendo partir tal accusação de insinuações inimigos do mesmo official, fim governo destituiu-lo missão tão brilhantemente vem desempenhando contento todo sertanejo que se empenha pela extincção banditismo que tanto tem envergonhado nosso glorioso estado. Asseguro vossência que destituição comando operações bravo official concorrerão para novo augmento grupo ora muito reduzido e muito occulto. Saudações afetuosas – Veremundo Soares.

A intervenção do coronel Veremundo Soares no sentido de defender o major Theophanes Torres surtiu pouco efeito nas autoridades políticas do estado, mesmo porque em 22 de setembro de 1927 o *Diário da Manhã* trazia uma matéria intitulada ‘Cangaceirismo’, que renovava as acusações à policia de Pernambuco e mais uma vez envolvia a figura do major Theophanes em novos escândalos, chamando-o de oficial improvisado e incapaz de combater o bandido Lampião.<sup>51</sup>

Para complicar ainda mais a situação do Major Theophanes Torres, o cangaceiro Francisco Ramos, conhecido como Mormaço, ao ser interrogado na cadeia do Crato, no estado do Ceará, revelou às autoridades de lá detalhes de algumas negociações que envolviam o citado major e mais outros coronéis da região, como o coronel Pedro da Luz, de Belém do Cabrobó. Essas revelações, consideradas sensacionais, foram publicadas no *Diário da Manhã* de 12 de outubro de 1927:

Depoimento do bandido Mormaço – o respondente disse que o coronel Pedro da Luz, morador no lugar Barrinha município de Belém do Cabrobó e próximo da serra do Uman, cerca de uma légua, muito protege Lampeão fornecendo munição e ocultando o grupo na mesma serra em logares delle conhecido, desviando por todos os meios a pista do grupo; que o mesmo coronel recebe de Lampeão dinheiro a título de gratificação pelos serviços prestados; que estando seis léguas de Villa Bella, elle respondente ouviu

---

<sup>51</sup> *Diário da Manhã*, Recife, ano I, n. 133, 22 set. 1927. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Lampeão dizer que estavam ali a mandado do Major Theophanes e que lhe ia mandar um portado em Villa Bella buscar munição; que Lampeão escreveu um bilhete ao Major Theophanes, pedindo munição e que o portador era um rapaz morador na serra justamente no lugar onde estava o grupo; que elle respondente viu o portador ir e voltar trazendo mil cartuchos cuja munição correspondente verificou ser para fuzil, a qual foi distribuída entre os do grupo inclusive o respondente que no dia seguinte o respondente com os demais foram atacados por uma força sob o commando do tenente Gino e o sargento Manoel Neto, resultando a morte de diversos soldados.<sup>52</sup>

A campanha liderada pelo major Theophanes de perseguição ao bandido Lampeão chegava ao fim de maneira melancólica, deixando o sertão desprotegido e mais uma vez entregue aos cangaceiros e coronéis, que por terem proteção das autoridades estaduais não sofreram qualquer prejuízo ou mesmo perda de prestígio. O saldo negativo para o estado, segundo o *Diário da Manhã*, “ficava por conta das grandes despesas realizadas inutilmente com a permanência de tropas no interior e a triste fama que a policia adquiriu de sedentária e pacifica [...] às barbas do cangaço insolente e affrontoso.”<sup>53</sup>

Em face de todas as informações, suposições e indagações levantadas, nosso trabalho entende que o coronel Veremundo Soares politicamente tendia ora para o lado de Lampeão, quando era conveniente ser do seu lado e usufruir das vantagens, principalmente econômicas como vender munição e armamentos; e ora para o lado do governo, quando era conveniente encenar o combate ao cangaço, pois servia de mote para carrear recursos e garantir cargos e empregos. O coronel jogava dos dois lados, pois sabia que o seu apoio era fundamental para cada lado em luta se impor ao outro.

### 3.4 Coronel, coronéis e a Coluna Prestes

De todos os eventos políticos e militares que contaram com a participação do coronel Veremundo Soares, certamente o combate contra a Coluna Prestes é o que mais se aproxima da verdade dos fatos, pois existia uma certa homogeneidade de sentimentos e intenções dos grandes proprietários de terras em garantir a ordem e os privilégios advindos dela; tanto isso é verdade que na luta contra a Coluna os próprios cangaceiros, incluindo o famigerado

<sup>52</sup> *Diário da Manhã*, Recife, ano I, n. 150, 12 out. 1927. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>53</sup> *Diário da Manhã*. 16 de outubro de 1927. p. 1. n° 159. Anno I. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Lampião, se aliaram aos coronéis e formaram os Batalhões Patrióticos para dar combate aos revoltosos.

O município de Salgueiro não foi atingido pela famosa Coluna, que varreu grande parte do Brasil e do sertão nordestino, todavia este município teve um importante papel no combate aos revoltosos, porque era de Salgueiro que se fazia todo o controle de movimentação das tropas, bem como o fornecimento de mantimentos e munições. O coronel Veremundo Soares como destacado comerciante da região pôde suprir com facilidade as necessidades dos destacamentos militares.

Dessa forma podemos afirmar que durante o período de 1924 a 1927 o empório comercial dos irmãos associados Benjamim Othon Soares — que de acordo com o processo criminal de Serra Grande fornecia munições para o cangaceiro Lampião — e Veremundo Soares, que abastecia de mantimentos e munições as tropas militares do governo tanto na luta contra o cangaço como contra a Coluna Prestes, pôde gerar grandes lucros, multiplicando ainda mais o patrimônio da família Soares.

Segundo um telegrama do governador do estado de Pernambuco Sérgio Loreto para o coronel Veremundo Soares, de 18 de dezembro de 1925, podemos comprovar a veracidade de tais fatos:

Constou-me fornecedor de Leopoldina sem recursos atender destacamento, mandei comandante transferir fornecimento para ali. Autorizo atender requisições do capitão João Luís de Ouricury. Comunicando-me logo, alguém do governo deverá entregar quantia aqui. Saudações.<sup>54</sup>

Em 15 de dezembro de 1925, o então prefeito eleito coronel Veremundo Soares recebeu um telegrama do governador do estado Sérgio Loreto, onde este solicitava das classes dominantes um maior engajamento na luta contra os revoltosos da Coluna Prestes, pois havia o perigo de saques de estabelecimentos e propriedades na divisa do estado do Piauí com o estado de Pernambuco. Por esse telegrama parecia que estavam sendo criadas algumas dificuldades por parte dessas classes, como podemos ver:

Rebeldes cidade Floriano – Piauí, ficaram Urussuhy pretendendo fazer incursões pequenos bandos cidades sertão saquear estabelecimentos e propriedades. General João Gomes Maranhão com grandes forças pretende perseguí-los. Vou concentrar 300 homens Ouricury, convindo comerciantes,

---

<sup>54</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

proprietários Salgueiro, Leopoldina, Granito, Exu e Ouricury facilitem missão forças defesa própria. Segue Tenente Miranda.<sup>55</sup>

Pelo que tudo indica havia uma certa hesitação por parte de alguns elementos dessas classes, pois a solicitação do engajamento vinha acompanhada do pedido de facilitar a missão, e ao que nos parece essas dificuldades teriam sido criadas pelo município de Salgueiro, só não conseguimos identificar os reais motivos, mas supomos que possa ter sido pelo fato do governador estabelecer o município de Ouricuri como o centro das operações de combate aos revoltosos.

Essa medida do governo poderia ser contrária aos interesses econômicos dos comerciantes de Salgueiro, que lucravam bastante com a venda de mantimentos e munições, principalmente o coronel Veremundo Soares, que fornecia esses produtos para as tropas militares. O fato é que o governador, como se suspeitasse de algum boicote, exigiu uma posição por escrito do prefeito sobre esse engajamento na luta contra os revoltosos: “Para evitar explorações, peço me dizer telegrama, se esse município está solidário meu governo na luta empreitada contra rebeldes que invadiram nosso território. Cordiais saudações.”<sup>56</sup>

A resposta da autoridade maior do município de Salgueiro, o coronel Veremundo Soares, foi quase que imediata, afinal de contas não era de boa política ser um coronel de oposição no estado de Pernambuco. O coronel Veremundo tinha a consciência política de que perder o prestígio que possuía com o estado não seria bom para ele e nem para as classes dominantes da região. Pressionado, o coronel no mesmo dia enviou um telegrama contendo o seguinte: “Affirmo vossência este município está francamente solidário enérgica acção vosso governo na luta empenhada contra rebeldes que invadiram nosso estado”.<sup>57</sup>

Ainda no mês de fevereiro de 1926, o coronel Veremundo Soares recebeu um telegrama do padre Cícero Romão Batista do Juazeiro onde este “indagava sobre um suposto boato que havia corrido nas imediações sobre a aproximação de revoltosos em Granito pedindo informações urgentes a esse respeito”.<sup>58</sup>

<sup>55</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

<sup>56</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Telegrama remetido pelo governador do estado de Pernambuco Sérgio Loreto para o prefeito do município de Salgueiro, coronel Veremundo Soares, 24 fev. 1926. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

<sup>57</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Telegrama remetido pelo prefeito do município de Salgueiro, coronel Veremundo Soares, para o governador do estado de Pernambuco Sérgio Loreto, 24 fev. 1926. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

<sup>58</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

A notícia de que o cangaceiro Lampião tinha recebido a patente de capitão, incorporando-se nos batalhões patrióticos do padre Cícero do Juazeiro que foram constituídos para combater os revoltosos da Coluna Prestes, aparentemente não foi bem aceita pelo coronel Veremundo Soares, que telegrafou ao governador do estado Sérgio Loreto, aproveitando a oportunidade para colocar as “limitações” do destacamento de Salgueiro e a sua inferioridade numérica e debilidade em face de doenças.

Bandoleiro Lampião arvorado capitão Batalhão patriótico Juazeiro, grupo composto de quarenta e tantos homens acha-se povoado Serrinha deste município desde dia 25 onde diz aguardar chegada portador mandou Padre Cícero. Destacamento aqui doze praças incluindo doentes. Saudações.<sup>59</sup>

Fica até certo ponto complicado entender essas limitações de contingente policial durante esse período, pelo fato de que segundo um grande número de telegramas entre o coronel Veremundo Soares e o governador do estado, durante os meses de fevereiro e março de 1926 ocorrera uma intensa movimentação de tropas do governo de Pernambuco, que vinham de várias partes do estado com a finalidade de combater os revoltosos. Inclusive, de Serrinha partiria o destacamento do major Polydoro com 350 homens.

Apesar do telegrama datado de 16 de março de 1926, onde o coronel Veremundo Soares comunicava ao governador do estado de Pernambuco sobre o fato de que o tenente Miranda seguiria em perseguição ao bando de Lampião que havia pernoitado em Bezerras, antigo distrito de Salgueiro, essa suposta perseguição teria sido empreendida com um atraso considerável, pois o pernoite ocorrera no dia 01 de março, sem contar que desde o dia 26 de fevereiro este se encontrava em Serrinha, também distrito de Salgueiro, e nada fora feito.

Diante dessa inoperância e conivência, no dia 31 de março de 1926 Lampião e o seu bando chegaram a Juazeiro, no estado do Ceará, e após uma conversa com o padre Cícero, no dia 10 de abril, numa entrevista ao *Jornal do Ceará*, colocava-se a serviço dos batalhões patrióticos: “Tenho o intuito de incorporar-me as forças patrióticas de Juazeiro e co ellas oferecer combate aos rebeldes. Tenho observado que geralmente as forças legalistas não tem planos estratégicos e dahi os insucessos dos seus combates que de nada tem valido.”<sup>60</sup>

Na ocasião da entrevista, o capitão Virgulino Ferreira fez questão de dizer quais as classes que ele considerava serem suas aliadas e as que considerava serem inimigas:

---

<sup>59</sup> Correspondência pessoal do coronel Veremundo Soares, 29 mar. 1926. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife.

<sup>60</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XI, n. 82, 10 abr. 1926. p. 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Falando sobre as classes de suas sympathias disse: gosto geralmente de todas as classes, aprecio de preferência as classes conservadoras – agricultores, fazendeiros, commerciantes , etc, por serem os homens de trabalho. Tenho veneração e respeito por padres porque sou cathólico, sou amigo dos telegraphistas, porque alguns já me tem salvo de grandes perigos. Acato aos juizes porque são os homens da lei e não atiram em ninguém. Só uma classe eu detesto é a dos soldados que são os meus constantes perseguidores. Reconheço que muitas vezes que eles me perseguem é porque são sujeitos e é justamente por isso que ainda poupo alguns quando os encontro fora de luta.<sup>61</sup>

Aquilo que o cangaceiro Lampião chamava de falta de planos estratégicos das tropas legalistas nosso trabalho entende como sendo conivência mesmo, e isso inclui a própria luta travada contra os cangaceiros por parte das classes dominantes; talvez fosse por esse fato que ele contava com a simpatia dessas classes.

Isso ficou bastante claro logo depois que o cangaceiro Lampião recebeu armas e munições mais modernas, pois este não disparou uma só bala contra os revoltosos, e o próprio padre Cícero declarou ao *Jornal do Ceará* que a sua intenção para com os revoltosos era a de intervir junto ao governo no sentido de conceder anistia ampla e que de forma alguma lutaria com eles.<sup>62</sup>

Desses eventos concluímos que apesar de uma certa hesitação no início dos combates contra os revolucionários da Coluna Prestes, o coronel Veremundo Soares se mostrou mais engajado na luta, não só pelos lucros econômicos e políticos advindos dela, mas também pelo fato de se mostrar bastante avesso a mudanças que ameaçassem a ordem estabelecida e a manutenção da propriedade privada.

Lutar ao lado das forças legalistas credenciava ainda mais o coronel Veremundo Soares, no sentido de aumentar as barganhas junto ao governo estadual que serviam de base para consolidar a construção do seu poder político; ampliando ainda mais a rede de compromissos, de dominação e dependência pessoal e o mandonismo na região; contribuindo para que no período pós-Revolução de 1930, fundamentado no prestígio ou honra social, se constituísse num grande beneficiário do governo.

---

<sup>61</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XI, n. 82, 10 abr. 1926. p. 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife..

<sup>62</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XI, n. 163, 21 jul. 1926. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

### 3.5 O coronelismo no período pós-Revolução de 1930 em Salgueiro

A década de 1930 no estado de Pernambuco iniciou-se de forma bastante efervescente: às vésperas de um pleito eleitoral para presidente da república, senador e deputados; afundado numa crise econômica provocada pela crise de 1929; e com as secas cíclicas que devastavam o sertão provocando fome e miséria.

O sertão nordestino durante toda sua história sempre foi marcado pelo fenômeno de secas cíclicas, sendo destituído de um regime pluviométrico regular de chuvas, o que dá à região a característica de rusticidade e resistência dos sertanejos que lá vivem enfrentando todo tipo de calamidades e epidemias.

As secas no quadro regional do Nordeste representavam sede, fome e doenças para o povo pobre, mas para os grandes proprietários rurais, que tinham o poder e a autoridade para agenciar recursos sustentados no discurso das secas, representavam o ponto de equilíbrio de seu poder político e econômico. Daí os jornais da capital pernambucana denominarem esses grupos de “Os Donatários da Seca”, pois a partir das emergências, frentes de trabalho, construção de açudes e estradas aumentavam seu patrimônio de forma ilícita.

O cangaço tomou partido pelos que oprimiam o povo nordestino, prestando serviços mais uma vez aos grandes coronéis que defendiam a chapa oficial para presidente da república, a de Júlio Prestes. O cangaceiro Lampião ficava ao lado do defensor do oficialismo na Paraíba, o coronel José Pereira no município de Princesa, que fazia limites com o estado de Pernambuco provocando turbulências na área.

Os jornais da capital pernambucana que se declaravam oposicionistas denunciavam que a invasão dos cangaceiros ao estado da Paraíba era capitaneada e orquestrada pelo governo federal com a finalidade de desacreditar perante o povo o governador do estado e candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, João Pessoa.

O resultado da eleição já era o esperado: vitória de Júlio Prestes para presidente da república e Vital Soares para vice-presidente, pois, diante de tantas falcatruas, coação por parte dos coronéis, fabricação de eleitores fantasmas, adulteração de atas eleitorais e a conivência das juntas apuradoras e dos juizes eleitorais, o oficialismo mais uma vez demonstrava que quem possuía a máquina eleitoral só perdia eleição se quisesse.

O município de Salgueiro juntamente com Vila Bela, Triunfo, Afogados da Ingazeira, Leopoldina, Serrinha, Cabrobó, Floresta e Custódia pertenciam ao 3º distrito do estado de

Pernambuco e neste distrito o resultado foi uma derrota fragorosa do candidato a presidente Getúlio Vargas, que obteve 1.743 votos contra 28.229 do candidato governista Júlio Prestes. O resultado para vice-presidente também foi desastroso para a Aliança Liberal, com o candidato governista Vital Soares obtendo 28.218 votos contra 1.660 de João Pessoa.<sup>63</sup>

O coronel Veremundo Soares nessa eleição apoiou a candidatura governista de Júlio Prestes e Vital Soares, enquanto a família Sampaio de Salgueiro, usando de oportunismo, apoiou a Aliança Liberal, o que justifica a indicação da junta governativa composta em Serrinha denunciada como “Via Salgueiro”.

A título de esclarecimento, Serrinha fazia parte do município de Salgueiro, mas desde o ano de 1929 o coronel Veremundo Soares havia conseguido por parte do governo estadual a sua desvinculação, a fim de resguardar-se de conflitos com o coronel Chico Romão, evitando disputas de espaço e de poder em sua área de influência, que era Salgueiro.

Derrotada a Aliança Liberal, a política brasileira voltava a ser a mesma, baseada nos seus acordos e conchavos, e se não fosse pelo assassinato de João Pessoa, governador do estado da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa da Aliança Liberal, seria de se supor que não haveria grandes mudanças na política do país. Os jornais da capital pernambucana, no entanto, traziam outra leitura, noticiando vários movimentos revolucionários no Peru, Bolívia e Argentina.

Existia um clima de revolução no ar e até mesmo o comércio do Recife colocava anúncios chamativos nos jornais, onde o maior enfoque era o sentimento revolucionário, como podemos ver na propaganda de ‘A Graciosa’, que vendia fazendas e miudezas em geral: “Revolução nesta cidade?”<sup>64</sup>. Desses eventos encadeados concluímos que a revolução estava anunciada há muito tempo devido às contradições do sistema político, econômico e social brasileiro, tendo a morte de João Pessoa se constituído no mote necessário para tal empresa.

Após o pleito eleitoral de 1930, abateu-se sobre o povo brasileiro, especialmente o nordestino, uma certa frustração e revolta pelas denúncias de fraudes eleitorais, de promessas de campanhas não cumpridas, principalmente no tocante ao combate às secas e à derrocada

---

<sup>63</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXIII, n. 55, 7 mar. 1930. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>64</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XVII, n. 200, 6 set. 1930. Edição vespertina, p. 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

dos convênios assinados pelos estados do Nordeste contra o cangaceirismo denunciada pelo *Jornal do Recife*<sup>65</sup>.

Até mesmo no dia em que eclodiu a Revolução de 1930, o *Jornal do Recife* estampava a manchete de que o povo pernambucano vivia em “Pleno regimen das impunidades”<sup>66</sup>. No dia 6, o jornal noticiava o manifesto dos revolucionários intitulado “Povo Pernambucano: Viva a Revolução”:

Povo Pernambucano – Cidadãos Pernambucanos. Vencedora que está a revolução brasileira em todos os estados da República – vencedora pela bravura e consciência cívica – o comandante em chefe das forças vitoriosas no norte – general Juarez Távora faz um apelo a todos vós que combatestes pela restauração das liberdades públicas postergadas pelos tyranetes agora apeados do poder onde violentavam e dilapidavam a nação para que façaes recolher imediatamente as armas com que combatestes com tamanho heroísmo ao quartel central das operações na soledade, procurando assim, cada um de nós concorrer para o restabelecimento da ordem e da paz das famílias. A revolução, vede bem, é sobretudo um movimento constructor, cuja tarefa imensa do mais puro patriotismo é restabelecer as normas leaes abolidas pelas dictaduras ladravazes que não respeitavam sequer a propriedade particular na sua desvairada ganância e na sua feroz crueldade. Temos pois, que fazer, cidadãos, precisamente aquilo que não faziam os déspotas que combatemos; restabelecer a ordem, respeitar a propriedade particular, auxiliar-nos, enfim, na formidável tarefa de reconstruir o Brasil e promover a punição dos que escravizavam o povo e dilapidavam a República.

O *Jornal do Recife* do dia 08 de outubro de 1930 noticiava a fuga do governador Estácio Coimbra no rebocador que tinha o seu nome com destino a Maceió, onde tomou o Aratimbó rumando à capital do país, ao mesmo tempo em que traçava o paralelo com o mesmo Estácio que fugira em 1911 quando da campanha salvacionista em Pernambuco.<sup>67</sup>

Ao que tudo indica, não houve qualquer reação violenta no interior do sertão nordestino, e em Salgueiro a ação dos “contra-revolucionários” foi no sentido de acelerar a deposição com a renúncia do prefeito e a imediata composição de uma junta governativa que nada tinha de revolucionária.

A Revolução de 1930 no município de Salgueiro iniciou-se com a renúncia do prefeito eleito Joaquim Angelim, sendo imediatamente constituída uma junta governativa nos mesmos moldes daquela que fora composta no município de Serrinha, ou seja, mudaram-se as regras

<sup>65</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXIII, n. 58, 1 mar. 1930. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>66</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XVII, n. 223, 3 out. 1930. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>67</sup> *Jornal do Recife*, ano XVII, n. 227, 8 out. 1930. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

do jogo, mas os jogadores continuaram os mesmos, só que em Salgueiro essa composição não foi feita de forma tão escancarada como fora em Serrinha.

O coronel Veremundo Soares habilmente, após a renúncia do prefeito Joaquim Angelim, tratou de compor uma junta revolucionária com elementos de sua inteira confiança. Essa junta, que era formada por um aliado seu, o coronel Joaquim de Sá Araújo, e dois sobrinhos, Álvaro de Lima Soares e Alberto Soares do Santos, administrou até 24 de dezembro de 1930, quando tomou posse o capitão Manuel Correia de Menezes, nomeado pelo interventor federal do estado de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti.

Durante um breve período de dois anos, até que houvesse um novo pleito eleitoral em 1932, Salgueiro foi administrado por um elemento da confiança do interventor federal no estado de Pernambuco, cabendo ao coronel Veremundo Soares agir de forma cautelosa, esperando as coisas se assentarem melhor, preferindo agir à surdina, nos bastidores mesmo, porque diante da enxurrada de processos contra os coronéis baianos fazia-se necessário ter o máximo de cuidado para não dar um passo em falso.

Essa aparente submissão não representava passividade, mas sim habilidade de perceber o momento de turbulências que o país estava atravessando e de se adaptar aos novos tempos, moldando-se às novas circunstâncias a fim de garantir a sua sobrevivência política e a dos seus correligionários.

Implantada a Revolução, fazia-se necessária a consolidação da mesma e era urgente compor um aparato burocrático formado por elementos da confiança do interventor federal no estado, e o coronel Veremundo Soares aos poucos começou a fazer suas indicações, preparando o terreno para aquele que na prática seria o homem de sua confiança, o elo que representaria o governo municipal sem ameaçar o poder do coronel, já que era seu sobrinho e posteriormente seria também sócio na Agricultura, Indústria e Comércio Veremundo Soares.

Desta feita o coronel conseguiu a nomeação de Luiz Soares Diniz para exercer de forma interina o cargo de distribuidor de verbas do estado no município de Belmonte, que se encontrava vago.<sup>68</sup> No mesmo ano, seguiram-se novas nomeações como a do bacharel Oscar Pinto Coelho para a promotoria, a de Agostinho Ferreira dos Santos para o cargo de oficial do Registro Civil do distrito de Lagoa, pertencente ao município, e a nomeação de Atílio Joffily Pereira para o cargo de fiscal de renda da 18ª circunscrição, com sede em Salgueiro.

---

<sup>68</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XVIII, n. 59, 10 mar. 1931. Edição vespertina, p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

A partir de 1932, quando assumiu Alberto Soares, iniciaram-se novos ajustes na máquina burocrática do estado, desta vez com a “exoneração de Evaristo Gomes de Menezes do cargo de coletor tendo como a justificativa ter sido julgado incapaz no exame de habilitação ao cargo a que se submeteu no Tesouro”. O curioso é que no mesmo jornal já vinha a “remoção de Caetano José da Silva de São Gonçalo para o de Salgueiro com o mesmo título devidamente apostilado sem mais ônus e a mesma fiança até ulterior deliberação do tesouro.”<sup>69</sup>

Durante o período 1932-1933, o município de Salgueiro foi administrado novamente pelo Sr. Alberto Soares dos Santos, sobrinho do coronel Veremundo Soares, na verdade apenas um preposto seu, assim como todos os outros que administraram o município até 1955, quando o poder político voltou para as mãos da família Sampaio, por ironia do destino apoiada pelo seu filho Raul Soares.

Esse biênio 1932-1933 ficou bastante marcado na história do sertão nordestino pelo fato de enfrentar uma grave crise econômica provocada por uma das piores secas que o Nordeste já havia testemunhado. Nesse momento toda a perspicácia foi utilizada para carrear recursos para a construção de açudes e perfuração de poços a fim de amenizar a dor do sertanejo e logicamente restabelecer os laços de dominação e dependência pessoal rompidos parcialmente com a Revolução de 1930.

Em 1932, o município de Salgueiro viu-se no meio de um incidente político entre o interventor federal no estado, Carlos de Lima Cavalcanti, e o ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo. Nesse episódio o interventor federal alegava que o estado de Pernambuco estava sofrendo discriminação no tocante à liberação de verbas para o combate contra as secas e o ministro José Américo fez uso de um telegrama vindo de Salgueiro, onde a população agradecia os 4.000 empregos e solicitava mais 12.000 empregos e aumentos salariais.<sup>70</sup>

Faz-se necessário destacar que a seca é um fenômeno que se repete constantemente no Nordeste, mas no município de Salgueiro apenas em duas ou três oportunidades se fez uso desse mote para exigir verbas ou empregos do governo, e numa delas, em 1915, ao invés de requerer verbas o município se mostrou indignado com os políticos pernambucanos, que em

---

<sup>69</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXV, n. 16, 21 jan. 1932. Edição matutina, p. 2. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>70</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXV, n. 185, 21 ago. 1932. Edição matutina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

plena seca aprovaram um crédito especial de quatro contos de réis para erguer um busto homenageando o general Dantas Barreto.

Nesse episódio, o conselho municipal de Salgueiro dava um grande exemplo de solidariedade para com os flagelados da seca enviando para os jornais do Rio de Janeiro e São Paulo telegramas solicitando uma subscrição pública para arrecadar fundos para os milhares de famintos da região, pois o governo estadual não tomava nenhuma providencia (VILLA, 2000, p. 118).

A partir do ano de 1932 é que a seca em Salgueiro se transformou em mote de transferência de recursos para a construção de açudes e perfuração de poços, que quase sempre ocorria nas terras dos grandes latifundiários, principalmente dos correligionários do coronel Veremundo Soares, mediador entre o governo e o povo, como ele se autodenominava.

A grande prova de que existia mal uso do dinheiro público quando este era liberado para o combate contra as secas está registrada nas constantes notas oficiais do ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo, criando mais incidentes envolvendo o ministro e o interventor federal no estado:

Repartição de Viação e Obras Públicas – n. 1288 – Recife 21 de setembro de 1932 – Exmo. Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas e Melhoramentos Municipais. Em repetidas notas officiaes, o Sr. Ministro José Américo vem fazendo referencia a malbarato de verbas em diárias exageradas pagas pelo Estado aos auxiliares que trabalham em serviços de obras contra as seccas. Inspirando-se no relatório do engenheiro Pereira Miranda, encarregado pela inspectoría de seccas de receber os serviços do Estado.<sup>71</sup>

Apesar de vencedor nas eleições federais e estaduais em 1933, o PSD em Salgueiro saiu bastante enfraquecido, ocasionando divisões para o pleito eleitoral municipal de 1934, quando assumiu o poder político como prefeito o Sr. José Victorino de Barros, que era ligado à família Sampaio.<sup>72</sup>

José Victorino de Barros administrou o município de Salgueiro durante o período de 1934-1937, sendo deposto com a instalação do Estado Novo. O estado de Pernambuco passou a ser administrado por um novo interventor federal, que era Agamenon Magalhães, antigo correligionário do coronel Veremundo Soares na época em que o governador do estado era Sérgio Loreto. Vale a pena destacar que durante esse triênio não foi veiculada nenhuma notícia nos jornais pesquisados sobre Salgueiro.

<sup>71</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano LXXV, n. 211, 22 set. 1932. Edição matutina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>72</sup> *Jornal do Recife*, Recife, 1º out. 1933. (Ver citação 19, à p. 84).

Imediatamente após a instalação do Estado Novo o interventor federal no estado, Agamenon Magalhães, reatou a antiga aliança que tinha com o coronel Veremundo Soares e nomeou como interventor para o município de Salgueiro um sobrinho do coronel, Luiz Soares Diniz, que ficou no cargo até 1947 quando findou a primeira era Vargas.

A partir desse momento o município de Salgueiro iria viver uma experiência administrativa de forma compartilhada, onde o interventor municipal anunciava as inaugurações de obras sempre comunicando ao interventor federal do estado, Agamenon Magalhães, mas essa comunicação quase sempre era legitimada pelo coronel Veremundo Soares.

Outra situação que encontramos nessa forma de comunicação é que o convite para as festividades de inauguração dessas obras era feito em nome da família Soares, o que indica a ausência de autonomia por parte do interventor municipal, sendo o poder da família mais forte e a autoridade patriarcal nela inserida determinante na condução das questões políticas, econômicas e sociais.

Esse é um período de exaltação dos valores nacionais, de patriotismo, sendo bastante comuns nos discursos políticos as citações de heróis da nação e principalmente o destaque dos feitos do Estado Novo, no tocante à “nova” forma de se conduzir à administração dos municípios, sempre mirando a ordem, o progresso do interior e a quebra do isolamento com a construção de estradas de rodagem e ferrovias. E não poderiam faltar os chaleirismos exaltando a figura do presidente Getúlio Vargas e do interventor federal no estado, Agamenon Magalhães em especial nas solenidades de aniversário do Estado Novo.

Em 1938, por exemplo, para a aposição de uma foto do presidente da república Getúlio Vargas no salão da prefeitura municipal foi feito um evento que segundo divulgado pela *Folha da Manhã* contou com a participação de uma grande multidão, cabendo ao prefeito analisar os principais aspectos da vida pública do presidente. Em seguida o Dr. Orlando Parahym, genro do coronel Veremundo Soares, traçou um perfil político da nação e as tendências do Estado Novo. E para finalizar o promotor Luiz Alencar exaltou a figura do interventor Agamenon Magalhães.<sup>73</sup>

Durante o período de 1937-1946 não ocorreram eleições, mas mesmo assim o coronelismo em Salgueiro permaneceu em alta e bem prestigiado pelas classes políticas

---

<sup>73</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 23 maio 1938. p. 6. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

dominantes da capital pernambucana. Logicamente ocorreram transformações no coronelismo salgueirense, que tratou de se adaptar às novas exigências de organização da política em Pernambuco.

Essa adaptação deu um novo fôlego ao coronelismo em Salgueiro, pois em outros estados do Brasil, principalmente na Bahia, já mostrava sinais de decadência, como cita o *Jornal do Recife* de 4 de maio de 1931, havendo aproximadamente noventa processos contra políticos depostos.<sup>74</sup>

Nosso trabalho entende que essa sobrevivência do coronelismo em Salgueiro se deu por vários motivos. Um deles é que o Estado apesar de centralizado politicamente ainda não possuía as condições necessárias para um melhor gerenciamento dos problemas sociais, sendo razoável um reatamento das antigas alianças com os coronéis para a manutenção da ordem, mas para isso não deveria ser tocado o latifúndio.

Outro motivo importante é que para que as classes burguesas conseguisse o seu intento, que era o de introduzir e expandir as relações capitalistas no campo, elas precisavam dos coronéis, que passaram a barganhar benefícios, recursos e favores especiais. Dessa forma, não se fazia mais necessário o uso da força de coação e a violência, mas apenas o prestígio socialmente construído, para que se reproduzissem novas formas de dominação e dependência pessoal.

Os benefícios geralmente eram pedidos em nome dos proprietários de terras ou via cooperativa, pois com a decadência batendo à porta deles um meio de garantir a sobrevivência foi se associarem, atuando sempre em bloco. O jornal *Folha da Manhã* de 27 de maio de 1939 noticiava algumas declarações do prefeito Luiz Soares Diniz a respeito das secas que assolavam o sertão de Salgueiro, do êxodo da população, da existência de oitenta açudes no município, do cooperativismo e de sua administração.

Observemos que o mote para conseguir recursos era a seca e o êxodo que prejudicava a lavoura e afligia o sertanejo, o meio para a captação desses recursos era a cooperativa, mas os beneficiários com a construção de açudes eram os proprietários rurais, como podemos ver num outro documento complementar. Vejamos o que diz o prefeito a respeito da seca:

Sempre a Seca – O Sr. Luiz Soares se refere a seca que assola toda a faixa sertaneja do estado declarando o seguinte: as perspectivas da presente secca são cada vez peiores e a continuar o mesmo estado de coisas que se observa

---

<sup>74</sup> *Jornal do Recife*, Recife, ano XVIII, n. 101, 4 maio 1931. Edição vespertina, p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

actualmente, a estiagem alcançará as proporções da de 1932. O flagelo atinge toda a população pobre que inicia o êxodo para o Sul do país. De Salgueiros, por exemplo, calculo que tenham sahido para mais de cento e cinquenta pessoas que farão amanhã grande falta a lavoura e demais trabalhos agrícolas. Essa gente que se vai embora causará futuramente grande prejuízo a economia do estado. Trata-se de pessoas que plantam, que produzem, que intensificam a agricultura. Faltando o seu valioso concurso a economia de Pernambuco, brevemente sentirá, o desfalque sem talvez dispor de meios para evitá-la<sup>75</sup>.

Nesse relato, o prefeito alegava que o estado seria o grande prejudicado economicamente, para não falar da classe dos agricultores, que além de perder parte de sua mão-de-obra ainda enfrentaria o encarecimento dos salários dos trabalhadores que porventura permanecessem no sertão, diminuindo assim a sua lucratividade. Era nesse ponto que o prefeito ressaltava o papel das cooperativas e solicitava a liberação de empréstimos aos agricultores e criadores para investir na construção de pequenos açudes, que logicamente seriam construídos em suas terras.

Cooperativismo – prosseguindo nas suas declarações, disse o prefeito de Salgueiro - para amenizar a situação do município, felizmente a cooperativa local vem prestando relevantes serviços dentro de suas possibilidades. O seu capital já atinge a soma de 50 contos sem falar em cerca de 180 contos fornecidos pela caixa de crédito cooperativo mobiliário para empréstimos aos agricultores e creadores, no sentido de intensificar a pequena açudagem com o que se resolverá definitivamente o angustioso problema das secas.

Existe uma grande contradição no tocante à solução dos problemas da seca, pois no mesmo documento o prefeito faz alusão à existência de 80 pequenos açudes que estão completamente secos e que somente um açude “o do monte alegre do coronel Veremundo Soares vem resistindo à seca há dois anos, irrigando aquela propriedade 8 horas por dia”.

Fica claro que a liberação de créditos para a construção de pequenos açudes não resolveria de modo algum o problema das secas, mas com certeza sanearia as finanças da decadente classe dos proprietários rurais.

Todo esse discurso empreendido pelo prefeito sobre a solução dos problemas com a seca e o papel das cooperativas teve como resultado uma ação do estado que iria beneficiar os grandes proprietários de terras do município de Salgueiro e correligionários do coronel Veremundo Soares. Vejamos a listagem publicada na Folha da Manhã de 29 de dezembro de 1939:

---

<sup>75</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano II, 27 MAIO 1939, p.1-5. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Pequena açudagem na zona sertaneja do estado – município de Salgueiro Concluído – Livino A. Barros, Sítio Algodões; Doaciano Angelim, Várzea do Ramo; em construção – Domingos Paulo de Sá, Ingazeira; Manoel de Sá A. Irmão, Sítio Formiga – Concluído – Umbelino de Sá Araújo, Sítio Salinas; Em construção – Ubaldo Cecílio dos Santos, Sítio Riacho Pequeno; Antônio Alves de Araújo, Sítio Juazeiro; Joaquim de Sá Parente, Sítio Baixio Verde; José Targino A. Gondim, Sítio Formiga e Antônio Alencar Sampaio, Sítio Malhada do Boi.<sup>76</sup>

No tocante a sua administração, o prefeito Luiz Soares Diniz anunciou para o ano de 1939 as seguintes inaugurações: “Construção da Praça Getúlio Vargas, Serviço de isolamento da cidade com três boeiras, serviço do cacimbão público, reconstrução do açude público da cidade com 1450 metros cúbicos de aterro 120 metros de cais e sangradouro de cimento e pedra, reconstrução de 50 quilômetros de estradas<sup>77</sup> Além dessas inaugurações, desde o dia 16 de maio de 1939 o prefeito Luiz Soares Diniz já havia comunicado ao interventor federal via telegrama a criação de cinco novas escolas.<sup>78</sup>”.

Quando da inauguração da Praça Getúlio Vargas em 30 de maio de 1939, estavam presentes como convidados do prefeito Luiz Soares: “os chefes das edilidades de Floresta, Cabrobó, Belmonte, Leopoldina e Serrinha, respectivamente os Srs. Clóvis Menezes, Pedro Sobrinho Vésio Marques, Glicério Parente e Francisco Filgueiras Sampaio, além dos Srs. Cornélio Soares e outros elementos de destaque de Salgueiro e municípios próximos.”

Na ocasião dessa inauguração, o Dr. Orlando Parahym, genro do coronel e chefe do posto higiênico local, fez uma comparação entre as sociedades atrasadas tecnologicamente e a civilização da indústria. Pronunciou um discurso que retratava o sertão como a idade da pedra, onde não se conhecia a agricultura mecanizada, sendo o sertanejo um deslocado no tempo, um retardado na marcha apressada da civilização e da cultura e que sua história era ainda um livro em branco.

É em cima desse discurso que se fundamenta toda uma mística de que o coronel Veremundo Soares foi o homem que escreveu esse livro que estava em branco na história de Pernambuco e de Salgueiro. Ele se constitui no homem que trouxe a indústria para o município, quando na realidade eram apenas máquinas de beneficiamento de produtos primários, principalmente caroá e algodão.

<sup>76</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano III, n. 645, 29 dez. 1939. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>77</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano II, 30 MAIO 1939, p. 5. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>78</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 16 maio 1939. p. 7. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Pela sua visão extremamente cidadina comprometida com o ideal do progresso e respirando valores e estilos da vida moderna pertencente a uma ideologia burguesa é que ele ressaltava sempre o ideal pedagógico da higiene como purificadora da civilização e da modernização tecnológica para tirar o campo da barbárie em que se encontrava. Essa missão estava a cabo da elite letrada dominante, que era a capacitada para dirigir as classes dominadas.

É por esse fato que na grande maioria das breves biografias do coronel Veremundo Soares, quando da sua morte, percebemos um esforço constante de apresentá-lo como um estudioso de Botânica, Biologia, Química, passador de receitas na farmácia de sua propriedade, parteiro e assinante de revistas estrangeiras especializadas em técnicas de agricultura, pecuária e indústria rural como a *La Hacienda*<sup>79</sup>.

Essas indústrias rurais tratadas pela revista *La Hacienda* eram de fato pequenas fábricas que produziam de forma caseira e artesanal a manteiga de gado, o vinagre, o vinho, a rapadura, o óleo comestível, o curtume de couros, a confecção do caroá e do tecido, etc., todavia, é fato que já existia um número relativamente grande de operários dessas pequenas manufaturas como podemos perceber na solenidade de comemoração do cinquentenário da Proclamação da República em Salgueiro:

No dia 15 a tarde movimentou-se grande passeata em que tomaram parte 200 operários e cerca de 300 escolares ao arreamento da Bandeira Nacional, deante do prédio da prefeitura local, proferiu o Sr. Luiz Soares, prefeito do município uma oração fixando a situação do operário brasileiro em face da nossa actual legislação trabalhista.<sup>80</sup>

Diante da crise da economia do caroá no estado de Pernambuco, durante a década de 1940, e sendo o prefeito de Salgueiro Luiz Soares associado do coronel Veremundo Soares como um dos grandes investidores nesse setor da economia no município, o mesmo expressou contentamento pelo artigo do interventor Agamenon Magalhães, que baixou resolução protegendo este mercado, havendo manifestação de aplausos pelo coronel Veremundo Soares.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> O folheto de propaganda da revista *La Hacienda Company*, de publicação norte-americana, dizia que a data de sua fundação era o ano de 1905. Revista de luxo sobre agricultura, criação de gado e indústrias rurais, apresentava-se como uma publicação que tinha como público alvo agricultores progressistas e amantes da vida campestre, sendo o custo da sua assinatura anual no valor de três dólares.

<sup>80</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 1º dez. 1939. p. 11. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>81</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 21 jun. 1940. p. 4. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

O jornal *Folha da Manhã*, notavelmente governista, noticiava em 4 de agosto de 1940, na coluna de Agamenon Magalhães, a seguinte manchete: “Rodovias, Estrada de Ferro Salgueiro, Rio Branco a Leopoldina”<sup>82</sup>. Segundo este documento já havia se realizado um acordo entre o presidente Getúlio Vargas e o interventor federal Agamenon Magalhães sobre um plano de comunicações por rodovia e estradas de ferro, sendo que a rodovia tronco de Rio Branco a Leopoldina fora atacada imediatamente e já se encontrava além do Pajeú, rumo a Salgueiro.

Essa notícia foi veiculada próximo da visita do interventor federal Agamenon Magalhães a Salgueiro, e coube ao Sr. Renato Farias fazer um breve relato daquilo que ele chamou de restauração da economia pernambucana, onde tratou de exaltar a figura do coronel Veremundo Soares como o verdadeiro responsável pelo progresso de Salgueiro:

No sertão pernambucano depois do advento da estrada de rodagem e do Estado Novo, vem se operando uma verdadeira ressurreição. A sua gente segue hoje um ritmo de vida bem diferente daquele que a velha politicagem imprimia. Ao invés de competições partidárias nota-se um novo thema – os empreendimentos econômicos e sociais. A época do caroá, do algodão mocó de boa qualidade, da pecuária sob processos racionais do cooperativismo, substituiu a dos chefetes políticos, a do cangaço, a do protecionismo e a da indiferença aos problemas vitais da economia e do progresso social do estado. Salgueiro é uma terra de verdadeiros bandeirantes e poucos logares de Pernambuco se acham fadados a um futuro tão promissor como Salgueiro, que sob a benéfica orientação e com os inteligentes empreendimentos dos seus filhos, ainda há de chegar a uma culminância incalculável. Aliás quando se fala do progresso de Salgueiro, não se pode deixar sem especial menção a figura do sertanejo que é Veremundo Soares. Esse grande pernambucano e os seus colaboradores, os jovens Raul, Luiz e Lauro Soares.<sup>83</sup>

Por essas palavras dá para perceber claramente que o prefeito Luiz Soares, que era genro e sobrinho do coronel Veremundo Soares, era apenas um colaborador; quem pensava de fato a administração era o coronel, em pessoa e em família.

No regresso do interventor federal do estado de Pernambuco Agamenon Magalhães ao Recife, este trouxe boas impressões do município de Salgueiro. Segundo ele eram impressões de patriotismo e segurança associados ao Estado Novo. Agamenon trouxe uma seleta de um poeta de Salgueiro que fazia um relato do que era o município antes da instalação do Estado Novo:

<sup>82</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 4 ago. 1940. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>83</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 13 ago. 1940. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Quem fosse do governo ou partidário do chefe local tinha tudo. Quem fosse adversário não tinha direito, nem paz. O sertão era um inferno. Eu vim de lá, eu vivi com ele, que soufri com os meus amigos e os meus parentes posso dar o testemunho mais verdadeiro. O Estado Novo acabou com o partidarismo, acabou com o mandonismo, acabou com as competições locais, acabou com o cangaço. Suprimiu enfim, todos os fatores de perturbação e lutas subalternas, criando no lugar deles motivos de organização, de trabalho, de confiança e de preocupações elevadas e úteis.<sup>84</sup>

Essas impressões foram relatadas por esse poeta que não se identificou ou não foi relevante identificar. Pelo teor do relato com certeza era gente do povo, gente simples que sofrera na pele a perseguição dos mandões de aldeia, como eram conhecidos, e a instalação do Estado Novo teria infligido certos limites que permitiram uma convivência social. Esse relato mais parece um desabafo, que com certeza não chegou ao conhecimento do coronel, porque antes do Estado Novo o chefe local era o coronel Veremundo Soares.

As inaugurações em Salgueiro continuaram por todo o ano de 1940 e em 12 de outubro o prolongamento da rodovia central tronco chegava a Salgueiro. Na ocasião a *Folha da Manhã* dizia que o sertão pernambucano devia tal obra ao presidente Getúlio Vargas.<sup>85</sup>

A *Folha da Manhã* de 17 de novembro destacava um telegrama do interventor municipal Luiz Soares Diniz para o interventor federal Agamenon Magalhães, onde o prefeito comunicava que já havia remetido à Inspetoria de Obras contra as Secas a escritura de doação do terreno destinado à construção de um campo de aviação no município de Salgueiro.<sup>86</sup>

Os canteiros de obras eram multiplicados pela região e por todo o município, gerando lucros para as empresas que faziam as construções e mais poder político para os coronéis, que eram os indicadores dos ocupantes dos melhores cargos, os quais davam para os seus correligionários e parentes, enquanto os demais empregos eram distribuídos aos seus futuros eleitores, já que inexistiam no momento pleitos eleitorais.

Em 17 de dezembro de 1940 chegou à vez de ser inaugurado o Lactário de Salgueiro, e nos vários telegramas de agradecimento pela obra ao interventor federal Agamenon Magalhães mais uma vez pode-se perceber que quem puxava o carro da administração em Salgueiro era de fato o coronel Veremundo Soares:

<sup>84</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 20 ago. 1940. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>85</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano III, n. 886, 12 out. 1940. p. 1. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>86</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 17 nov. 1940. p. 4. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

De Salgueiros – reconhecido Lactário hoje aqui inaugurado importa mais um melhoramento governo vossência vem dotando esse município. Apresentamos nossos agradecimentos reiterando nossos aplausos fecunda administração de vossência. Respeitosas saudações – (a.a) Veremundo Soares, Levino Barros, Benjamim Othon Soares, Osmundo Bezerra, Lauro Soares, Cornélio Muniz, Urbano Sá, Joaquim de Sá Araújo, Joaquim Angelim, Antônio Urbano, Augusto Sampaio, Jose Victorino, Valdemar Menezes, Francisno Alencar.<sup>87</sup>

A inauguração desse Lactário foi bastante divulgada nos meios de comunicação da época, sempre colocada como uma obra de grande alcance higiênico social, de revalorização das zonas sertanejas e de grande sentimento patriótico. Nessa inauguração, estiveram presentes representantes do governo como o Dr. Nelson Chaves, o Dr. Lessa de Andrade, diretor de higiene do interior, e Jorge Albuquerque, inspetor sanitário, acompanhado de Orlando Parahym, sendo estes recebidos com toda pompa no salão nobre da prefeitura, por Veremundo Soares, Benjamim Othon Soares, Luiz Soares e Joaquim Angelim.<sup>88</sup>

Na ocasião de encerramento da solenidade, o Dr. Nelson Chaves, que era diretor do Departamento de Saúde Pública, “salientou a orientação política do interventor Agamenon Magalhães o qual se preocupava na valorização social do Homem, destacando a importância da construção de hospitais no interior e o incentivo a educação e a saúde”. Em relação a Salgueiro fez o seguinte registro:

Refere-se a viva impressão que teve de Salgueiro, um verdadeiro Empório. Allude à figura lendária de sertanejo do Sr. Veremundo Soares, homem de fibra e muito inteligente que construiu obra formidável. Disse que o Lactário que acabava de inaugurar era o marco de uma nova era na vida dos sertões.

Ainda segundo o documento, “Terminando o acto, o Dr. Nelson Chaves acompanhado do Sr. Veremundo Soares e membros da comitiva, realizaram uma visita as usinas de beneficiamento de caroá e algodão instaladas na cidade, bem como a fazenda Monte Alegre e diversos melhoramentos executados pela actual administração municipal”.

Um detalhe nos chamou a atenção quando da análise feita a respeito desse Lactário. Aproveitando-se da alta taxa de mortalidade infantil, que segundo os números chegava a 300 por cada mil crianças que nasciam vivas, o coronel Veremundo Soares utilizava a oportunidade para vender os seus produtos da granja Otilia ao Estado. Dessa forma, dizia o histórico do Lactário publicado na *Folha da Manhã* de 11 de janeiro de 1941: “O leite

<sup>87</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 17 dez. 1940. p. 4. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>88</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 22 dez. 1940. p. 8. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

distribuído é de óptima qualidade proveniente da Granja Otília que obedece as melhores condições de hygiene sendo o gado cuidadosamente alimentado e empregados devidamente asseados”<sup>89</sup>.

A Secretaria de Viação e Obras Públicas no seu demonstrativo das obras e melhoramentos realizados pelas prefeituras do interior de Pernambuco informava o orçamento de Salgueiro para o período de 10 de novembro de 1940 até 10 de novembro de 1941, explicitando ser o quarto ano do Estado Novo. O orçamento havia sido de 65:000\$000, destinados à construção de um curral para animais, reconstrução do matadouro público, abertura da praça Siqueira Campos, conservação de próprios municipais, inclusive serviços no açude público e no campo de palmas.<sup>90</sup> (Ver fotos nos anexos).

Além dessas obras a Prefeitura Municipal construiu a estrada de rodagem que ligava Salgueiro à vila de Urumans, num total de 22 quilômetros, e em 10 de dezembro de 1941 ocorreu o primeiro pouso de avião no campo de aviação. Segundo um telegrama do prefeito Luiz Soares, essas obras extras só foram possíveis porque as receitas de impostos excederam a previsão que estava no orçamento publicado.<sup>91</sup>

O município de Salgueiro literalmente se transformava num canteiro de obras e num futuro celeiro de votos e poder para a família Soares, pois cada anúncio de construção de obras financiadas pelo Estado vinha acompanhado de alguma notícia sobre algum empreendimento de Veremundo Soares e associados.

A modernização vinha agora numa velocidade incalculável, a quebra do isolamento que existia antes entre a capital e o interior proporcionou um novo estilo de vida para à pequena Salgueiro. A *Folha da Manhã* de 4 de março de 1942 destacou o seguinte:

A Folha nos Municípios. Salgueiro – (fevereiro) do correspondente – o Sr. Joaquim Angelim comerciante nesta cidade acaba de fazer a doação de um terreno situado na Praça Siqueira Campos para a construção de um grupo escolar. Diversas senhoras de famílias residentes aqui fizeram entrega ao prefeito local de 50.000 tijolos para o prédio do referido grupo. Ao que se espera os trabalhos deverão ser iniciados nos primeiros dias do mês de abril próximo vindouro. Fomento Agrícola – foram distribuídas e plantadas em terras deste município meio milhão de sementes de palma a fim de melhor satisfazer as necessidades da pecuária salgueirense. Serviços na Zona Urbana – diversos prédios das ruas principais desta cidade estão sendo

<sup>89</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano IV, n. 985, 11 jan. 1941. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>90</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 9 nov. 1941. p. 5. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>91</sup> *Folha da Manhã*, 16 jan. 1942. p. 3. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

reconstruídos. Outros vêm sendo modificadas as suas fachadas de acordo com projetos fornecidos pela prefeitura. Também já se iniciaram os serviços de meio fio das ruas 15 de novembro, 7 de setembro e Praça da Matriz. Estradas intermunicipais – o prefeito local vem olhando com a melhor atenção o problema das comunicações intermunicipais, já sendo atacado os trabalhos na estrada de Cabrobó. Cine Salgueiro – continuam muito concorridos os espetáculos do cine Salgueiro, recentemente inaugurado e pertencente a empresa Soares & Parahym desta praça.

Faz-se necessário destacar que esse é o período em que eclodiu no mundo a Segunda Guerra Mundial, e aproximadamente 70% das notícias veiculadas nos maiores jornais da capital pernambucana eram referentes aos assuntos ligados direta ou indiretamente à guerra. Salgueiro respirava patriotismo, nacionalismo e a notícia do torpedeamento dos navios mercantes brasileiros pela Marinha Alemã provocaram um sentimento de solidariedade com o governo através de um telegrama coletivo encabeçado pelo coronel Veremundo Soares, correligionários e associados.<sup>92</sup>

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra os alemães foi apenas questão de tempo, mas em Salgueiro a prefeitura municipal através de Luiz Soares Diniz deu início a um movimento buscando voluntários para lutar na guerra. Esse fato foi relatado pela *Folha da Manhã* de 29 de outubro de 1943:

Governo do Estado – De Salgueiros: comunico vossência seguiu hoje a fim apresentar-se Caruaru primeira turma sorteados convocados deste município em número de 61 e vários voluntários, população em geral empolgada e reunida frente prefeitura municipal prestou aos aludidos convocados uma das mais belas homenagens de caráter cívico realizadas nesta cidade, havendo falado sobre motivo signatário que foi secundado pelo professor Alberto Soares e o Dr. Pereira Nóbrega. Saudações – Luiz Soares Diniz – Prefeito.<sup>93</sup>

Quando da morte do coronel Veremundo Soares, em 28 de maio de 1973, Vanessa Campos fazia um breve currículo listando as condecorações com que o coronel tinha sido premiado quando em vida, e lá estava uma que havia recebido do Exército brasileiro como pacificador, por serviços prestados durante a Segunda Guerra Mundial. Logicamente os serviços prestados foram o de arregimentar voluntários no município de Salgueiro para mandar para a guerra.

Comemorando o 5º aniversário da instalação do Estado Novo, a Secretaria de Viação e Obras Públicas publicou o orçamento para o ano de 1943, onde se fazia uma previsão de uma arrecadação de 70.000\$000, sendo esta destinada para: a construção de 1.003 metros de meio-

<sup>92</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 25 ago. 1942. p. 4. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>93</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano VI, n. 1.813, 29 out. 1943. p. 4. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

fio e linha de água das ruas e praças da cidade, terraplanagem das ruas coronel Romão, São Vicente, Sete de setembro, Quinze de novembro e praças da Matriz e Centenário, conservação de próprios municipais e demolição de mocambos, conclusão da estrada de Umans, construção da carroçável para Cabrobó e Vila Riacho Verde.<sup>94</sup>

Durante toda a década de 1940 Salgueiro foi beneficiado com muitas obras, e na maioria delas a IFOCS intermediou recursos para a execução efetiva das mesmas, disponibilizou cargos e empregos para os apadrinhados do coronel Veremundo Soares e possibilitou com que as áreas urbana e rural fossem dotadas de benefícios incalculáveis. A realização dessas obras, que na maioria das vezes beneficiavam mais as classes dominantes, possibilitou adicionalmente uma acumulação de riquezas por parte dos seus maiores representantes no município.

Dessa forma, concluímos que para quem começou com um insignificante patrimônio de quatro contos e quinhentos réis e algumas pequenas propriedades o coronel Veremundo Soares e seus associados, bem como correligionários políticos, na verdade se constituíram nos maiores beneficiários do poder, como podemos perceber no balancete anual da empresa Agricultura, Indústria e Comércio Veremundo Soares S.A.

INEDITORIAIS – Agricultura, Indústria e Comercio Veremundo Soares, S. A. Salgueiro – Pernambuco. Relatório a ser lido na sessão da assembléia geral ordinária a realizar-se em março do corrente ano para a prestação de contas e dos atos da diretoria em exercício econômico-financeiro encerrado em 31 de dezembro de 1942. Senhores acionistas: em cumprimento ao que dispõem nossos estatutos, vimos apresentar-vos as contas das operações realizadas no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 1942 pretérito. A fim de atender ao crescente desenvolvimento das nossas operações e outorgadas pela assembléia geral extraordinária em tempo convocadas e realizadas a 23 de março do ano findo, elevamos o capital social de 520.000,00 Cr\$ para 1.300.000,00 Cr\$, sendo para isso emitidas mais 780 ações ao portador no valor de 1.000,00 Cr\$ e as quais logo cobertas pelos portadores da ações primitivas. Bem analisadas as cifras consignadas no balanço geral que ora vos apresentamos, verifica-se o quanto de esforço foi dispendido para alcançarmos o lucro de 574.555,80 Cr\$ tendo-se em conta os vários fatores que durante o exercício perturbaram a vida econômica da região. A estiagem prejudicando consideravelmente a safra de algodão uma das nossas principais fontes de operações e a nossa produção agrícola foi um dos elementos influentes na redução dos resultados. A situação internacional teve com o seu reflexo até nós igual influencia, principalmente porque com a carência dos transportes marítimos a fibra de caroá em cuja indústria temos investida soma apreciável, não encontrou mercado e nem preço compensador. Diretor presidente Veremundo Soares, Diretor Secretário Heitor Soares, Diretor Thesoureiro Luiz Soares Diniz,

<sup>94</sup> *Folha da Manhã*, Recife, 10 nov. 1942. p. 9. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

Perito Contador J. A da Silva, Diretor Gerente Raul Soares. Parecer do concelho fiscal: Raimundo Carrero de Barros, Luiz Gonzaga Angelim e Francisco José da Rosa.<sup>95</sup>

O ano de 1944 foi marcado por uma série de eventos que exaltavam o cooperativismo no estado de Pernambuco. As cooperativas eram associações de agricultores e pecuaristas que tinham a finalidade de através da união enfrentar problemas em comum e crises conjunturais e estruturais; mas na realidade funcionavam como um ponto de apoio da elite fundiária em decadência no sentido de captar e carrear recursos sob a forma de financiamento para beneficiar suas propriedades particulares.

Dessa forma, durante a década de 1940 surgiram cooperativas específicas e de acordo com o gênero produzido, tais como as cooperativas de algodão e do caroá no Sertão Nordeste e particularmente no município de Salgueiro às associações cooperativistas davam mostras de grande força com o governo estadual que passou a incentivar e promover as Semanas Cooperativistas em todo o Estado.

A primeira dessas semanas cooperativistas ocorreu no município de Caruaru e de lá se expandiu para todo o estado de Pernambuco, sendo o município de Salgueiro premiado com a escolha do interventor Agamenon Magalhães para sediar a segunda semana do cooperativismo do Estado. Num breve relato sobre as semanas do cooperativismo no estado, Costa Porto destacou o êxito da semana de Caruaru e que esperava que a semana de Salgueiro fortalecesse o plano de expansão do evento para todo o Sertão.

Costa Porto destacou ainda que “esperava ver em Salgueiro congregadas as representações sertanejas para ajustarmos medidas tendentes ao fortalecimento e vitalidade de nossa cruzada”. Fez também alusão às perspectivas para o ano de 1945 e de como o serviço de economia rural estudava a organização da Caixa de Crédito Cooperativo, criado pelo decreto 5893, bem como, a ampliação dos recursos financeiros que eram de iniciativa do Governo Federal<sup>96</sup>.

No contexto dessa Semana do Cooperativismo em Salgueiro, Costa Porto teve contatos com a família que administrava o município de Salgueiro, ficando inclusive hospedado na fazenda Monte Alegre, propriedade do Coronel Veremundo Soares, do qual se

---

<sup>95</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano VI, n. 1.608, 27 mar. 1943. p. 10. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

<sup>96</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano VII, n. 1968, 02 maio. 1944. p. 02. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

tornou amigo e admirador das obras que ele chamou de “milagres do Sertão”, que nada mais era do que o maior açude particular do Sertão Nordestino e que irrigava um lote considerável de terras<sup>97</sup>.

Quando do seu regresso a capital pernambucana, Costa Porto escreveu um grande número de matérias denominadas de “através do Sertão”, onde procurou destacar os feitos prodigiosos dessa família, destacando principalmente a figura do Coronel Veremundo Soares, colocando-o como um industrial de destaque na região.

Posteriormente o correspondente do Jornal Folha da Manhã, fez um relato bem descritivo de todos os acontecimentos diários da Semana Cooperativista de Salgueiro, onde constavam várias informações que possibilitaram ao interventor Agamenon Magalhães fazer um balanço geral do que foi esse encontro na sua coluna diária:

Salgueiro, agosto (Do correspondente) – Semana Cooperativista – Com brilhantismo foram realizadas nesta cidade a semana cooperativista e a exposição de animais, produtos vegetais e trabalhos manuais, graças aos esforços do prefeito em cooperação com a Cooperativa Agro-Pecuária. A exposição foi solenemente inaugurada pelo Dr. Costa Porto, sendo orador oficial o Dr. Jeová Vanderlei, juiz de Direito da comarca, sendo a sessão presidida pelo presidente da cooperativa, Raul Soares. No dia seguinte, no mesmo local em sessão presidida pelo presidente do Departamento de Assistência às Cooperativas, Dr. Costa Porto, proferiu uma conferencia sobre cooperativismo, o Dr. Orlando Parahym, Diretor do Posto Médico Estadual desta cidade logo após haver aberto a sessão, o Dr. Costa Porto convidou o Dr. Manuel Rodrigues, secretário de agricultura para presidir a sessão. No dia 28, á noite, sob a presidência do Dr. Costa Porto, teve lugar a mais uma sessão no mesmo local falando a senhorinha Maria Soares Bezerra. Em seguida, o grupo “Santa Fé”, levou a cena o drama “Ladra”. Tomaram parte os jovens Urbano Muniz, Francisco Carreiro de Barros, Urbano Parente e as senhorinhas Hilda Rufino e Maria Aliete. No dia 29, à tarde, chegou a esta cidade o Dr. Novaes Filho, logo que se teve conhecimento da passagem do prefeito do Recife por Serra Talhada foram ao seu encontro os Srs. Veremundo Soares, grande industrial local, Drs. Costa Porto, Jeová Vanderlei, juiz de Direito, Luiz Soares, prefeito do município, Dr. Aurélio Pereira promotor público, Francisco Romão prefeito de Serrita, Aciolí Pires prefeito de Jatinã, Valdemar Menezes prefeito de Serra Talhada e outros. Ao chegar s. excia. Em frente ao palacete do Sr. Veremundo Soares, onde o aguardava verdadeira multidão, foi o Dr. Novaes Filho saudado pelo Dr. Orlando Parahym agradecendo s. excia. . em seguida houve desfile da tropa Barbosa Lima composta de cerca de 100 figuras, entre escoteiros, juventude, bandeirantes e escolares. O Dr. Novaes Filho, que se fez acompanhar do seu secretario Dr. Antônio Geraldo Guedes e Dr. Vieira Brasil, ficaram hospedados na residência do industrial Veremundo Soares, onde também se hospedara o Dr. Costa Porto.

---

<sup>97</sup> *Folha da Manhã*, Recife, ano VII, n. 2065, 10 ago. 1944. p. 02. Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano ( APEJE). Recife.

Esse relato bastante descritivo e festivo de como se deu a Semana Cooperativista de Salgueiro serviu de base para que o interventor do Estado Agamenon Magalhães na sua coluna diária da Folha da Manhã fez o seu discurso onde fazia a propaganda do Estado Novo e dos seus feitos inculcando assim a sua Doutrina Política. Na sua análise, ele afirmou que “A Semana Cooperativista de Salgueiro representou a renovação social que está se processando nos sertões do nosso estado”.

Afirmou ainda que é “através do cooperativismo que estamos realizando a grande obra de assistência aos produtores de todas as regiões, agrupando valores da nossa economia, outrora esparsos e isolados nas fazendas, sem comunicação, nem amparo por parte dos poderes públicos”. Para ele o Estado teria de partir da organização da economia em grupos, como base para o crédito e todas as demais reformas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho encontra mais semelhanças com a tese acerca do coronelismo defendida por Ibarê Dantas, por entender que o coronelismo durante toda a sua existência sofreu mutações nas suas formas de dominação e de manutenção e reprodução dos laços de dependência pessoal, bem como nas suas fontes de poder, que gradativamente foram se adequando às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.

A análise do coronelismo em Salgueiro, por meio da trajetória política do coronel Veremundo Soares, possibilitou reinterpretar o fenômeno sob a ótica das mutações que ocorreram no período 1920-1945. Durante a década de 1920, e até mesmo antes, o coronel usou como principal fonte de poder a força de coerção, que se baseava na arregimentação de milícias particulares representadas pelos cabras e cangaceiros que infestavam a região adjacente ao município.

Além da força de coerção, o controle sobre as atividades comerciais na área urbana e o latifúndio associado aos privilégios governamentais contribuíram bastante para reproduzir os laços de dependência e dominação pessoal, interferindo diretamente no acúmulo de riquezas e poder político.

Os pleitos eleitorais que existiam nessa época constituíam-se em farsas montadas com o apoio do governo estadual, que agia na composição de um aparato judicial e administrativo que servia para legitimar os resultados. A escolha das juntas apuradoras, juízes, promotores e delegados de polícia recaía sobre elementos da inteira confiança dos coronéis para que as eleições fossem fraudadas.

Dentro dessa lógica, concordamos com Ibarê Dantas (1987, p. 23) quando este afirma que:

A supremacia de um chefe político sobre outros durante a Primeira República não estava relacionada com o controle dos votantes, mas sim com a capacidade de controlar e impor a força de coerção, sendo o controle dos votantes uma simples decorrência da supremacia adquirida pelos coronéis através do uso extralegal de suas milícias particulares.

Associado a esses fatores, ainda pode-se destacar que os resultados das eleições somente eram validados através de uma política de reconhecimento que era adotada pelo

governo estadual em relação aos municípios, tornando os pleitos eleitorais verdadeiros embustes.

Discordamos de Décio Saes, quando este resume o coronelismo a um conjunto de práticas político-eleitorais por entender que durante a vigência do estado novo, não ocorreu pleitos eleitorais e nem por isso deixou de existir o coronelismo que sobreviveu em vários municípios do estado de Pernambuco, tais como: Salgueiro, Limoeiro, Bom Conselho e Serrita.

Já no tocante a composição dos principais elementos do coronelismo concordamos com Saes, quando este identifica o coronel como um agente que exerce relações de dominação e dependência pessoal sobre os seus trabalhadores, podendo este delegar ou não poderes para alguns intermediários de sua confiança.

Em Salgueiro, essa delegação de poderes do coronel Veremundo Soares, se deu dentro da própria família, ou seja, com pessoas de sua inteira confiança reduzindo assim as possibilidades de ascensão política de um outro coronel em seus domínios.

Saes em suas análises sobre o coronelismo afirma que este fenômeno incidia apenas sobre uma pequena parcela de trabalhadores do campo. No caso específico do município de Salgueiro nosso trabalho constatou essa dominação no campo e também na área urbana, já que o controle das atividades comerciais e agro-industriais exercidas pelo coronel Veremundo Soares reproduzia e ampliava as relações de dominação e dependência pessoal.

Sobre a contratação de milícias particulares, Saes atribui a elas o papel de garantir a propriedade privada e a reprodução da dependência pessoal dos trabalhadores aos coronéis, dentro de certos limites que não ameaçassem a ordem instituída. Nosso trabalho entende que durante a década de 1920 esses limites eram mais frouxos, contando com a conivência das autoridades estaduais e municipais.

Dentro dessa perspectiva durante esse período de 1920, a força de coação se constitui num dos principais pilares da força política dos coronéis, tendo como força principal o latifúndio. A partir da revolução de 1930 esses limites foram reduzidos, mas isso não significou que a força de coação deixou de existir, apenas ela sofreu uma acomodação ao novo sistema vigente, que agora se apoiava em milícias públicas para garantir a manutenção da ordem.

O Estado passa a ser o regulador desses limites obrigando os coronéis a uma adaptação, uma mudança estratégica para garantir a sua sobrevivência política. Essa

capacidade de adaptação provoca mutações no coronelismo que permanece forte e decisivo através da tradição de mando ou a honra socialmente construída em épocas passadas.

Vários historiadores que tiveram a oportunidade de analisar o coronelismo apontam que a força de coerção representada pelas milícias particulares dos coronéis teve um papel marcante e decisivo no resultado dos pleitos eleitorais, contribuindo ainda mais para acentuar as relações de dominação e dependência pessoal, na medida em que muitos desses capangas faziam parte da máquina administrativa e policial do município, sendo os responsáveis pela manutenção da ordem e por garantir os benefícios dos grandes proprietários de terras.

A Revolução de 1930 é considerada por grande parte dos estudiosos do coronelismo como um divisor de águas, porque os coronéis foram forçados a se adaptar a uma nova situação política. A necessidade de ter que obrigatoriamente mudar para poder continuar agindo dentro de sua rede de relações de dominação e dependência pessoal imprimiu uma nova lógica de pensamento e ação, em que o coronel desenvolveu novas habilidades, e a sua capacidade de liderança sustentada na tradição de mando é que iria garantir um bom relacionamento com os ‘novos’ representantes do poder no estado.

Ibarê Dantas (1987, p. 29) defende a idéia de que a força do coronelismo sofreu oscilações com a Revolução de 1930, porém o grau de intensidade dessas oscilações variou entre os vários estados do Nordeste. Em sua análise afirma que nos estados de Sergipe e Pernambuco o coronelismo sofreu um impacto inicial apenas no ano de 1930, mas que já em 1932 se encontrava recomposto e em pleno funcionamento, o que demonstra que ocorreu uma mútua acomodação entre o governo e os coronéis.

Nesse ponto, Eul São Pang — cujo estudo enfoca o coronelismo na Bahia, mas faz paralelos com os de Minas Gerais e Pernambuco — também concorda com Ibarê Dantas, indo um pouco mais além e contestando a afirmação de Vítor Nunes Leal de que o coronelismo teria declinado com a Revolução de 1930. Pang (1979, p. 60) diz que “o coronelismo não desapareceu com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, ao contrário modificou-se para garantir sua sobrevivência”.

Com a eclosão da revolução de outubro de 1930, os coronéis de Salgueiro, e mais especificamente o coronel Veremundo Soares, iriam se entrincheirar numa posição em que seria muito perigoso correr risco político, preferindo não se expor muito diante das possíveis turbulências na política do estado. Todavia, não estar na crista do poder não significava

passividade, e o coronel durante esse período, até 1934, iria continuar a ter um certo poder de decisão, conseguindo indicar elementos de sua confiança para interventor municipal.

A principal fonte de poder que lhe rendera votos durante toda a década de 1920, constituída pela arregimentação de milícias particulares para impor a força de coerção, iria sofrer certo abalo, obrigando o coronel a uma adaptação às novas exigências de relacionamento com o Estado e os seus representantes políticos.

Esse fato pode ser percebido nas várias composições das juntas governativas, e posteriormente nas nomeações dos diversos interventores municipais, que com exceção de José Victorino de Barros eram aliados e correligionários do coronel Veremundo Soares, que teve um papel decisivo na escolha dos seus nomes junto ao interventor federal do estado de Pernambuco.

Durante esse período, o coronelismo em Salgueiro diminuiu a sua beligerância firmada na capacidade de mobilizar milícias particulares e passou a explorar novas fontes de poder político para obter o reconhecimento do governo estadual. Dessa forma, era prudente ficar de olhos abertos com as turbulências da política pernambucana. E com a instalação do Estado Novo, um novo ingrediente estaria presente na política: a ausência de pleitos eleitorais.

A partir desse momento, apoiado na tradição de mando ou na honra socialmente construída nos tempos passados, aliada à habilidade de se aproximar dos governantes do dia — que nada mais eram do que antigos aliados do perrepismo pernambucano, como era o caso de Agamenon Magalhães —, o coronelismo sobreviveu e se adaptou à nova conjuntura política e econômica do Estado Novo.

Nessa conjuntura política o coronel Veremundo Soares iria construir novas bases para o futuro, já que era pungente o sentimento de redemocratização do país. Durante esse período não houve pleitos eleitorais, e nem por isso o coronelismo deixou de existir, o que leva a concluir que outras fontes de poder substituíram o controle dos votantes ou o voto de cabresto durante o Estado Novo.

Faz-se necessário destacar que nessa questão do controle do voto e dos colégios eleitorais grande parte dos estudiosos sobre o assunto enfoca a sua importância, sem no entanto situar devidamente o seu uso no tempo e na conjuntura histórico-política. Identificamos vários motes que no decorrer do tempo serviram de base para a construção e manutenção do poder do coronel, sendo que na década de 1920 os principais eram o combate ao cangaço e à Coluna Prestes.

Desaparecidos os antigos motes que possibilitavam ao coronel Veremundo Soares carrear recursos e garantir cargos públicos, e lucrar com a venda de mantimentos para o combate ao cangaço e aos revoltosos da Coluna Prestes, fazia-se necessário criar novos motes que possibilitassem uma reestruturação desse poder político. O mote<sup>98</sup> das secas, da modernização, da urbanização e da agroindústria do algodão e do caroá se encaixavam perfeitamente nas necessidades das classes dominantes do sertão nordestino, que a partir daí iriam se colocar como os agenciadores dos benefícios que o Estado Novo haveria de possibilitar, dando um novo fôlego ao coronelismo.

O nosso trabalho, na tentativa de construir os fragmentos de vidas entrelaçadas, buscou, por intermédio de paralelos com outras experiências acerca do fenômeno coronelismo, um aporte teórico para fundamentar essas afirmações. Não nos arrogamos detentores da verdade em certos fatos relatados, mas entendemos que pela idéia geral que se tem sobre o coronelismo o coronel Veremundo Soares não foi muito diferente dos que o precederam e existiram também em outros municípios.

Sua visão por mais que a tradição oral o coloque como um investidor dinâmico é limitada pelos seus interesses particulares; é curta como podemos ver em sua melancolia e revolta pelo advento da estrada e do caminhão, o crescimento da área urbana representado na efervescência comercial do bairro da Bomba e sua gradativa perda de poder político: “Isso aqui tudo era um curral. Eu alcancei isso assim...Isso cresceu muito depois da estrada e do caminhão...Numa cidade como Salgueiro, você progride e vai ficando odiado”.(VILAÇA, 1988, p.166,167).

O nosso intento não é realizar julgamento de valores, nem de atos e nem de pessoas, mas sim tentar reconstituir da forma mais próxima possível à dinâmica do coronelismo em Salgueiro no período em tela.

No nosso entender, o coronelismo se baseia no controle de alguma forma de poder, seja ele político através da coerção; ideológico através do monopólio das informações e que fatalmente legitima toda uma rede de idéias mais ou menos coerentes que reforçam os laços de dominação e dependência pessoal ou econômico baseado na posse da terra e no controle das atividades comerciais que ao gerar um grande número de empregos na cidade contribuía para a reprodução desse tipo de relações de dominação e dependência pessoal.

---

<sup>98</sup> Mote vem do Latim Motum que significa motivação, força que impulsiona, mola que move.

Na medida em que o estado se faz mais presente nas áreas rurais através de sua burocracia, os poderes dos coronéis vão sendo gradativamente reduzidos e a quebra desse monopólio do exercício do poder faz com que o coronelismo perca a sua função inicial e passando por uma série de mudanças e adaptações diante da necessidade que os seus agentes, os coronéis tem para manter os seus poderes.

O coronelismo age com mais eficácia em áreas isoladas, porque é lá que as relações pré-capitalistas retardam e impedem a quebra das relações de dominação e dependência pessoal. O clientelismo e os favores são decorrentes dessa situação de periferia em que vivem os municípios em relação ao Estado, no tocante a ausência de políticas públicas e na concessão dos direitos civis dos cidadãos.

É portando, na ausência do Estado que os detentores desses poderes, que nós chamamos de agenciadores dessas políticas usam desses benefícios como forma de controlar o povo e multiplicarem os seus poderes e riquezas. Os discursos instrumentalizados são os motes em que as necessidades primárias de sobrevivência do povo são colocadas em primeiro plano servem apenas para que os coronéis atinjam os seus intentos pessoais.

## FONTES

### **FONTES IMPRESSAS**

Jornal do Recife

Folha da Manhã

Diário da Manhã

Diário de Pernambuco

O Pharol de Petrolina

O Sertão de Rio Branco

### **FONTES MANUSCRITAS**

Telegramas

Correspondências Ativas

Correspondências Passivas

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARRAIS, Raimundo. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 183-191.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1987.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 9. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem e Teatro de Sombras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Lampião o Rei do Cangaco*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

CHILCOTE, Ronald, H. *Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste*. São Paulo: T. A. Queiroz; Edusp, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

GALINDO, Marcos. *Ocupações pré-históricas em Conceição das Creoulas, Salgueiro (PE)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

\_\_\_\_\_. *O governo das almas: a expansão colonial no país dos Tapuia (1651-1798)*. Tese (Doutorado em História) - Leiden University, Netherlands Foundation for the Advancement of Tropical Research, Leiden, 2004.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. *Diccionario chorografico, historico e estatistico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. v. IV (S a Z).

- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título do prólogo. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-22.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 167-182.
- LEVIGNE, Robert M. *A velha usina: Pernambuco na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MACEDO, Joaryvar. *Império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1992.
- MONTEIRO, Roberto Pedrosa. *O outro lado do cangaço: as forças volantes em Pernambuco (1922-1938)*. Recife, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PAIVA, Melquíades Pinto. *Ecologia do cangaço*. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1943): a Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PEREIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PIERSON, Donald. *O homem do Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Rio de Janeiro. v. 2.
- PORTO, Carlos Costa. *Os tempos da República Velha*. Recife: FUNDARPE, 1986. (Coleção pernambucana, 2. fase, v. 26).
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. 5. ed. Rio de Janeiro: Global, 1997.
- RATNABALI, Adhikari. *A campanha salvacionista em Pernambuco: as articulações políticas nos primórdios da Primeira República*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SAES, Décio. Coronelismo e Estado burguês: elementos para um reinterpretação. *Nova Escrita/Ensaio*, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 107-127, 1982.

SILVA, Severino Vicente da (Org.). *A Igreja e o controle social nos sertões nordestinos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1998.

TORRES FILHO, Geraldo Ferraz de Sá. *Pernambuco no tempo do cangaço: Theóphanes Ferraz Torres, um bravo militar (1894-1933)*. Recife: CONDEPE/FIDEM – Centro de História Municipal, 2002. v. 1 (1894-1925). (Coleção Tempo Municipal).

\_\_\_\_\_. *Pernambuco no tempo do cangaço: Theóphanes Ferraz Torres, um bravo militar (1894-1933)*. Recife: CONDEPE/FIDEM – Centro de História Municipal, 2003. v. 2 (1926-1933). (Coleção Tempo Municipal).

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Calvalcanti de. *Coronel, coronéis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

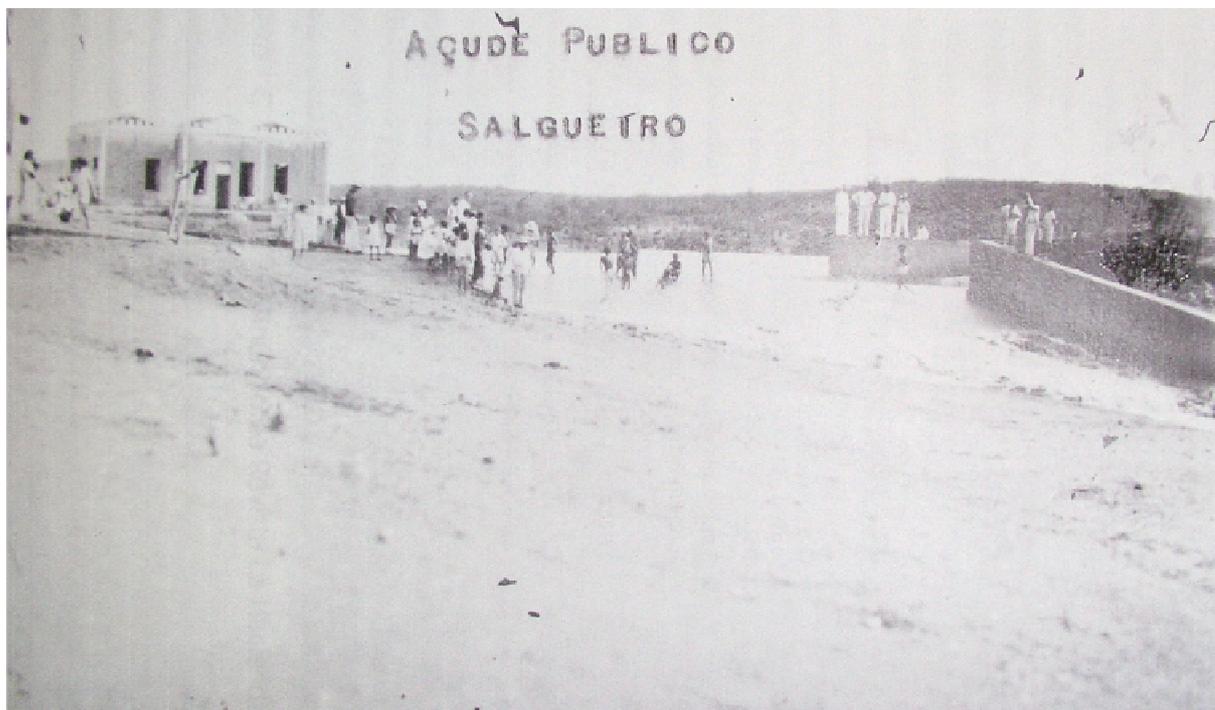
VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Souza. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto do século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.



Anexo A

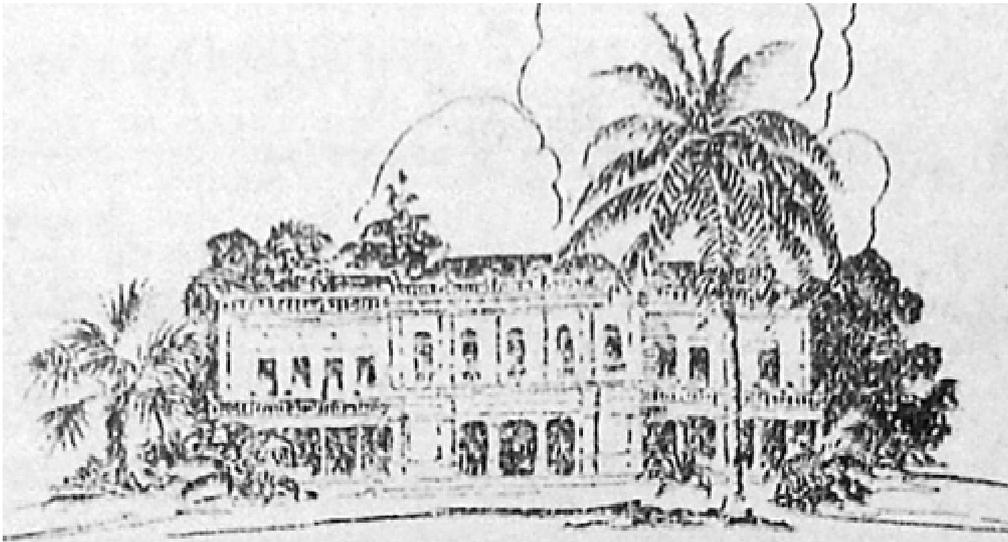
Loja Comercial do Cel. Veremundo Soares  
Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano - APEJE



Anexo B

Açude Público e Casa da Cadeia

Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano - APEJE



# La Hacienda

*Fundada em 1905*

Uma revista de luxo sobre agricultura, criação de gado e indústrias rurais

Para os agricultores progressistas que desejam obter informações uteis, práticas e fidedignas, e

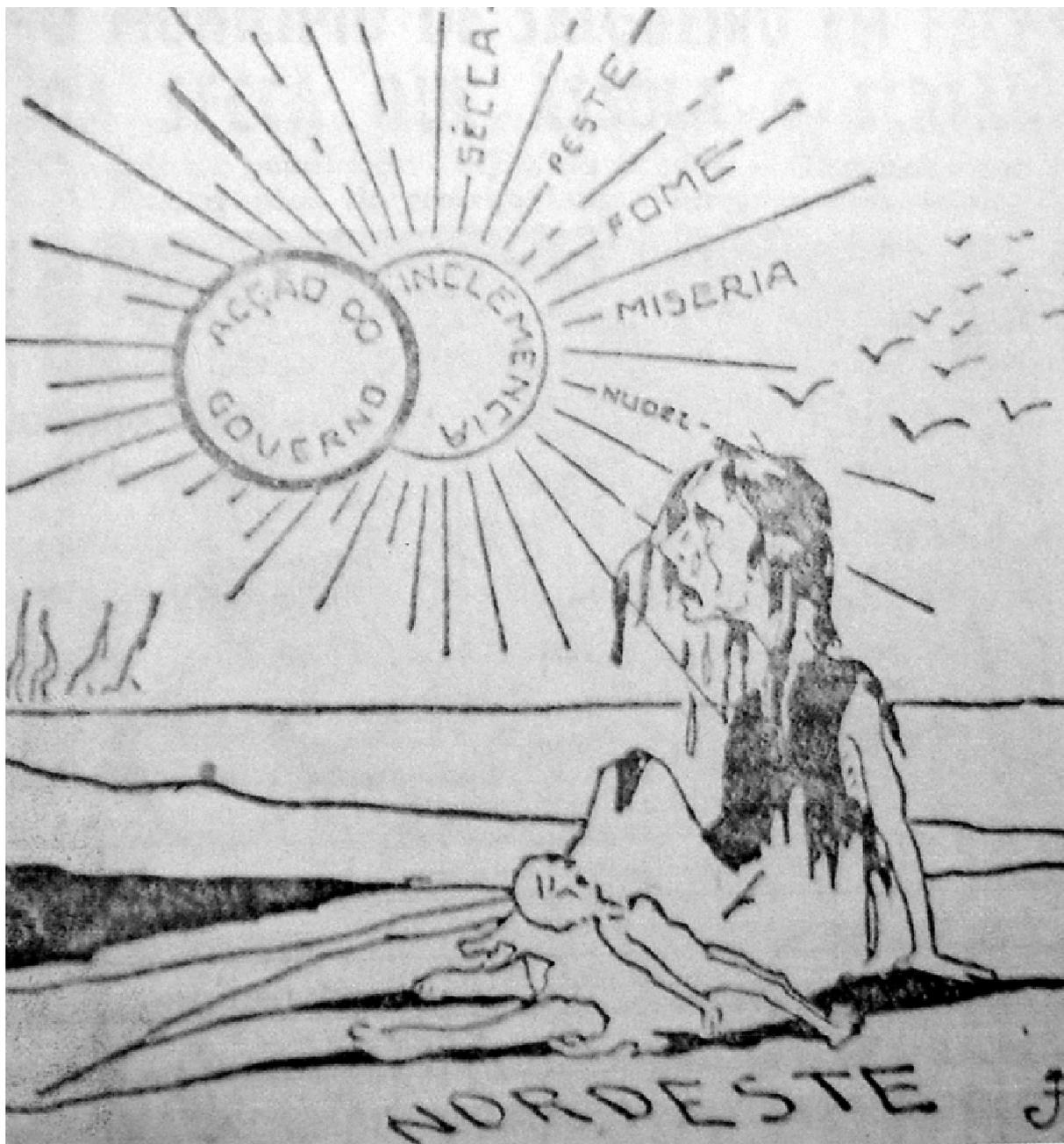
Para os amantes da vida campestre que apreciam uma leitura instrutiva, amena e interessante.

Assinatura: \$3.00 (tres dollars) por anno  
Exemplar-amostra gratis a quem solicitar

**La Hacienda Company**  
20 Vesey St., Nova York, E. U. A.

Agente Local—SAMUEL PONTUAL, Jr.  
Rua do Bom Jesus 200, Pernambuco





Anexo E

Charge do quadro sócio-político do Nordeste – Jornal do Recife – 22/03/1920

Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano - APEJE

# O MUNICIPIO DE SALGUEIRO EM FACE DA SECCA QUE ASSOLA O SERTÃO

O exodo da população — Oitenta açudes — Cooperativismo — Declarações do prefeito Luiz Soares a esta folha



O SR. LUIZ SOARES EM COMPANHIA DO DR. ORLANDO PARAIN, QUANDO FAZ DECLARAÇÕES

Encontra-se, ha varios dias, nesta cidade, o sr. Luiz Soares Diniz, prefeito do municipio de Salgueiro, que viaja a tracto de negocios particulares. Hoje, em companhia do dr. Orlando Parain, inspector sa-

nitarario naquella cidade, visitando a redacção desta folha, o prefeito de Salgueiro teve occasião de palestrar com os nossos redactores sobre assumptos sertanejos da mais alta oportunidade.

lação pobre que inicia o exodo para o sul do país. De Salgueiro (Continúa na 3.ª pagina)

## LAVOURA DE NAZARETO NOVAES FILHO

Filho, ex-presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura...

### SEMPRE A SECCA

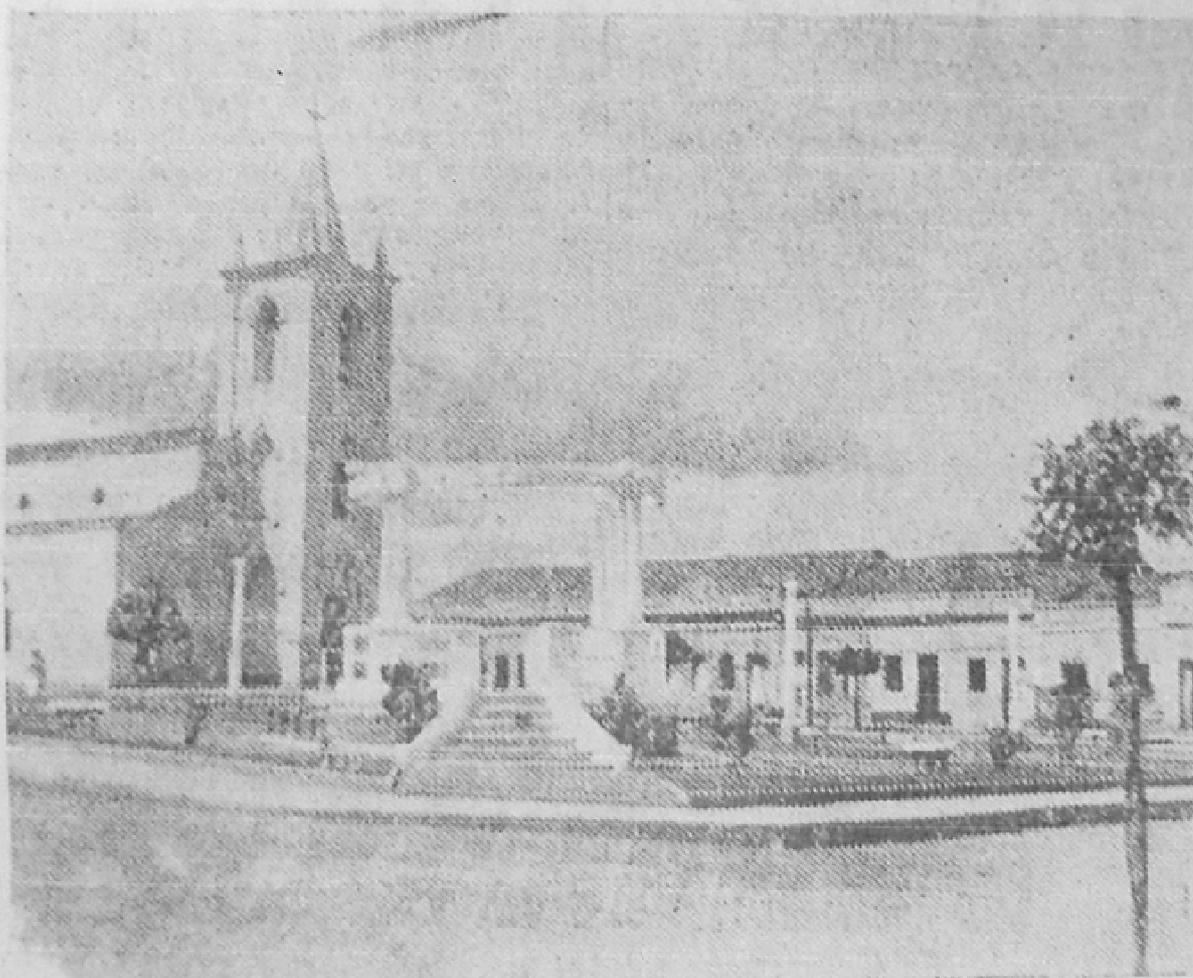
O sr. Luiz Soares, inicialmente, se refere á secca que assola toda a faixa sertaneja do Estado, actualmente, declarando o seguinte:

— "As perspectivas da produção...

# HUMILI POTENC Como a i

# MELHORAMENTOS NO INTERIOR

Inaugurada, em Salgueiro, a praça  
Getulio Vargas



ASPECTO DA PRAÇA GETULIO VARGAS

**R**evestiu-se de brilhantismo a inauguração, no dia 18 do corrente, da Praça Getulio Vargas, meiros pharaões egypcios. Não conhecemos a agricultura me- chanica. A technica é para nós

Anexo G

Inauguração da Praça Getúlio Vargas – Folha da Manhã – 30/05/1939  
Acervo: Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano - APEJE

# AO PRESIDENTE GETULIO VARGAS O SERTÃO PER- NAMBUCANO DEVE:

O prolongamento  
da estrada de ferro  
central até Afogados  
de Ingazeira

O prolongamento  
da rodovia central  
tronco até Salgueiro

O açude de Poço  
da Cruz

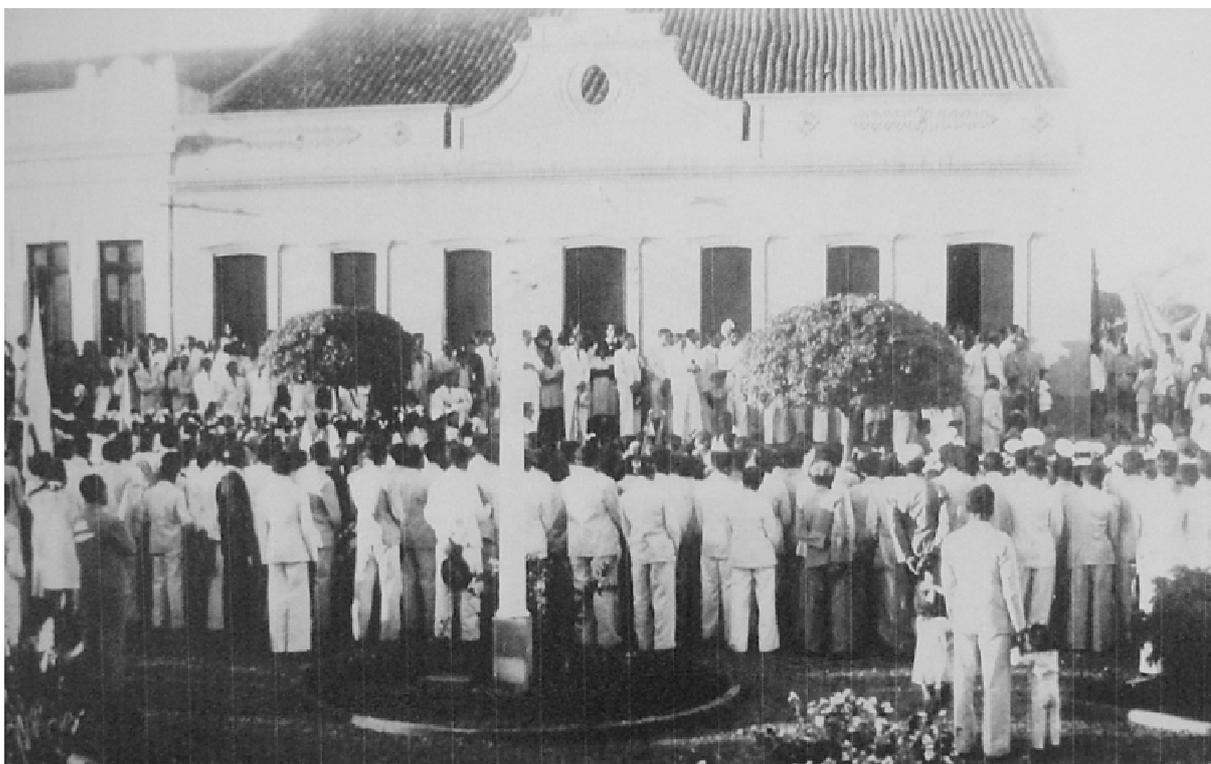
Os postos agrícolas de Itaparica





Anexo I

Construção da atual av. Agamenon Magalhães e o Obelisco  
Acervo: Prefeitura Municipal do Salgueiro - PE



Anexo J

Festividades dos Voluntários da 2ª Guerra Mundial  
Acervo: Prefeitura Municipal do Salgueiro - PE



Anexo L

Construção da Escola Manuel Leite  
Acervo: Prefeitura Municipal do Salgueiro - PE

# A plataforma

## Os municípios

Subordinado a este titulo, a plataforma insere um periodo, que bem merece a classificação de periodo de ouro. E' de um poder descriptivel absoluto e é de uma synthese completa.

Mais parece um reactivo em papel chinico, deixando estampado photographicamente a paisagem que a objectiva reteve.

Vamos transcrever-o, printhando, para melhor commentario:

"A experiencia accumulada no tirocinio da vida publica cedo persuadiu-me que ás illusões fascinantes das doutrinas democraticas, carecem sobrepôr-se AS REALIDADES ES-MAGADORAS QUE SE NOS DEPARAM A CADA PASSO E NAO CONSENTEM, SEM DELIBERADA CUMPLICIDADE COM O DESCALABRO REINANTE, CRUZAR BRAÇOS E DEIXAR QUE O NOSSO INTERIOR SOSSOBRE NA IGNORANCIA, NO DESCONFORTO, NO ARBITRIO E NO CRIME, SEM ENSINO, SEM DEFESA PARA A SAUDE DO HOMEM E DO MEIO, SEM A PROTECCÃO DA LEI E SOB O MANDONISMO MAIS AFFRONTOSO."

Ahi está a synthese mais perfeita de um governo de realizações assombrosas, de um periodo que se quer fazer passar como o dealbar do progresso de Pernambuco. Ahi está dito, numa phrase concisa e insuspeita do illustre candidato das grandes correntes politicas do Estado, o indice completo de uma administração audaciosa, que arrecadou em 4 annos de governo muito mais do que quatro quadriennios seus antecessores.

"E as realidades esmagadoras que se nos deparam", são "o descalabro reinante"; o interior

sem instrucção, (mas **Estado** uma secretaria esperta) **SOS-SOBRANDO NA IGNORANCIA**; o interior sem vias de communicação e de intercambio, **SOSSOBRANDO NO DESCONFORTO**; o interior sem judicatura garantida e sem garantia individual e de propriedade, **SOSSOBRANDO NO ARBITRIO E NO CRIME**.

Um secretario atarrachadinho, affirma aos quatro ventos o interesse do seu amo em desenvolver a instrucção, mas o interior está **SEM ENSINO**.

Outros cañgloram o milagre de uma saude e assistencia que abysmou a propria conferencia de Washington, mas o interior está **SEM DEFESA PARA A SAUDE DO HOMEM E DO MEIO**.

Alguem chega a suppor-se o arbitro do direito, o medeador entre os partidos do Estado, mas o interior **ESTA' SEM A PROTECCÃO DA LEI**.

Chega mesmo a dizer, na phantasia de sua "vida nunca vivida" que conciliou facções oppostas, resolvendo sempre por accordo os casos dos municípios, porem o interior está **SOP O MANDONISMO MAIS AFFRONTOSO**.

Foi o periodo, mais sincero da plataforma, onde uma situação ficou esteriotypada. E' a commemoração das surras de Palmares, das incursões em Itambé e Goyanna, dos assassinatos de Bezerrós, dos absurdos em Salgueiro e estellionatos politicos em São José do Egypto.

Contra este mandonismo, creado pela politica de odio do maior mandão, se insurgirá o candidato illustre, pois consentir nelle, diz ser **CUMPLICIDADE COM O DESCALABRO REINANTE**.

Palmas lhe sejam dadas por tão bons propositos e assim, o candidato do conchavo dos Municípios será o candidato do povo.

# Combate ao cangaceirismo

Fala-nos o coronel Veremundo Soares

Na sua opinião, os bandos de ladrões têm seus dias contados

Quarta-feira ultima chegou a esta cidade, o sr. coronel Veremundo Soares, negociante estabelecido em Salgueiro, no interior do Estado em cujas proximidades varias vezes operaram os salteadores chefiados pelo famigerado e quasi imponderavel Lampião.

Como era facil presumir, o coronel Veremundo tem grande conhecimento das proezas desses miseraveis bandoleiros que são a vergonha de nossa civilização e, portanto, nos poderia dar informações seguras e fidedignas referentes ás operações que estão em curso no sertão para dar cabo de tão perniciosos elementos.

Encontramo-lo, hontem, no gabinete do dr. Eurico de Souza Leão, chefe de policia, a quem visitava e prestava informações a respeito dos acontecimentos ligados á dita campanha.

O dr. chefe de policia gentilmente apresentou ao coronel Veremundo o representante do Jornal do Recife e s. s., ao lhe pedirmos esclarecimentos que nos dessem a medida da efficiencia da campanha levada a cabo pelo major Theophanes, sob a inspiração do chefe de segurança publica, promptificou-se em nos attender, fazendo uma larga exposição de varios episodios das incursões effectuadas pelos bandidos naquella zona, principalmente durante o governo passado, quando elles, encorajados com desorientação das tropas policiaes, perpetraram actos que parecem inverosímels.

Assim é que duma feita, em dias de outubro do anno passado, ainda no governo Sergio, um pelotão de cerca de 80 ladrões sob o mando pessoal de Lampião, intimou a força policial que defendia a cidade de Leopoldina a se retirar immediatamente affirm de que os ladrões podessem tomar tranquillamente conta da cidade!

E os defensores obedeceram, occultando-se nas caatingas! Dois

soldados, feridos nos seus brios ante essa covardissima rendição, opuzeram-se, e, armados de suas carabinas, atacaram os invasores. Um delles morreu no seu posto de honra e o outro, esgotadas as munições, teve, tambem, de fugir.

Os soldados, que naquella epoca estavam espalhados por varios pontos, na mór parte evitavam o encontro com os bandidos e isso deu em resultado a proliferação espantosa da praga do cangaço.

De maneira, que a tarefa commettida ao actual chefe das operações era difficilissima.

Encetadas as operações, viram logo os ladrões que os tempos se tinham mudado radicalmente e aos primeiros embates as hostes lampiõesas foram rareando, recuando, espalhando-se mais no interior e demandando as fronteiras.

Hoje, no sertão já se respira, já não ha aquelle terror panico de antes, não mais havendo tentativas de assaltos da parte daquelle terrivel bandoleiro, que, segundo consta, se encontra nas zonas de Morotó ou Navio.

A ultima investida do bandido foi contra Ipuera, povoado do municipio de Leopoldina, tendo os habitantes reagido, matando um dos bandidos e fazendo o resto debandar desordenadamente.

— Minha impressão — rematou o coronel Veremundo — é de que os dias dos cangaceiros estão contados, se a campanha continuar com a mesma intensidade de agora. Os sertanejos estão absolutamente confiantes de que as operações não hão de esmorecer e, ao contrario, se tornarão cada vez mais activas, apparelhando-se as tropas combatentes com elementos de transporte que facilitem a trasladação rapida das forças para os lugares onde sua presença se torne necessaria. Seria a maior das desgraças se o actual governo desfallsesse nessa tarefa meritoria de curar o sertão de sua pelor chaga, que é o cangaceirismo.

# O problema das sêccas

## Em explicação ao povo pernambucano, o ministro da Viação responde á ultima nota official do interventor federal neste Estado.

Recebemos, a 1 hora da hoje, a copia do seguinte telegramma official do Ministerio da Viação:

"Jornal do Recife" — Recife — Accusado, insidiosamente, de restringir, de caso pensado, a assistencia aos flagellados da Pernambuco, devo aos pernambucanos uma explicação que é, antes de tudo, uma defesa de minha dignidade publica.

Eu seria o mais infame dos homens se condicionasse, calculadamente, a distribuição dos dinheiros da nação que me foram confiados a odios ou sympathias pessoais e a interesses regionaes, principalmente com o sacrificio das populações infelizes, estranhas a esses sentimentos.

Tambem fui, até pouco tempo, acrememente combatido pela imprensa do Ceará, que me increpava estar descurando do maximo problema do Estado; mas, depois que fui aparelhado de recursos para retomar um programma de trabalhos ja' estudado em governos anteriores, todos me fazem justiça. Não quer dizer que aquelle Estado não me cheguessem ainda, quasi diariamente, apellidos; quando nada lhe havia dado ainda não foram beneficiadas, porque não ha recursos para uma desgraça tão generalizada. Entretanto, ja' se reconhece que eu faço o que posso. Em todas as arguições movidas pelo interventor de Pernambuco entremostrava-se a insinuação de que eu sacrifico esse Estado em favor da Parahyba. Pelo quadro ja' publicado, de distribuição diversas feitas directamente por mim, vê-se que eu dei ao meu pobre Estado apenas 127 contos a mais do que a Pernambuco; quando nada lhe havia dado ainda, ja' tinha destinado a esse Estado 2.292.953.000 para construção dos ramos ferroviarios de Alagoas do Baixo e Bom Jardim. Entre quatro Estados, servidos pela Cruz Vermelha, lucina-se tambem Pernambuco. E minha boa vontade manifesta-se tambem na concordancia com que esta sendo feita a tomada de contas do Porto de Recife que, com a applicação de maiores exatidões, deixaria esse Estado de confessar, situação

piois sem nenhum socorro. Agora mesmo, acabo de receber diligenciosos apellidos de Brejo do Cruz, Cabaceiras, Princesa, Campina Grande, Pityhy e outras localidades da Parahyba, para attender a todos eu precisaria que fossem deduplicados os recursos de que disponho. Por isso, procuro mandar concentrar o maior numero de operarios em grandes obras que interessem a varias localidades. Sou accusado até pelo interventor Carlos de Lima de occupar contra a economia da Pernambuco! Entretanto, sabendo que a Parahyba é tributaria Cassa Estado, em vez de procurar corrigir essa dependencia, mandei fazer a ligação rodovieria, directo de João Pessoa a Recife, via Gramama, com a redução de cerca de 20 kilometros de distancia. E concertei com o projecto da Inspectoria de Alagoas do Monteiro a Alagoas do Baixo, aproximando, assim, cada vez mais, de Pernambuco essas sêccas parahybanoas, que ja' lhe pertenciam economicamente.

Responsabilizar-me por qualquer deficiencia no socorro aos flagellados de Pernambuco e reconstrução não té. Tenho percorrido apenas, na minha excursão ao Norte, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba, deixando de ir ao interior de Pernambuco, conforme tornara publico, porque o sr. Carlos de Lima foi ao meu encontro em João Pessoa, intentava retornar dentro de quinze dias, apparelhado de novos recursos, para desdobrar a minha acção por toda a região necessitada. Mas a fatalidade não me permitiu que cumprisse esse dever. Entretanto, de Bahia, onde tinha a mais generosa assistencia e onde as necessidades da sêcca não eram menores do que a de Pernambuco, providenciei para que esse Estado tivesse uma organização de servicos muito mais dispendiosa, antecipando despesas com o minimo de 1.000 contos mezesados. Pouco tempo após minha chegada aqui, tinha conhecimento, por intermedio do Secretario da Agricultura de Pernambuco, de que esse programma não estava sendo cumprido. Pedindo informa-

ções, descobri que a Inspectoria de Pernambuco estava apenas com 10.000 homens, visto deficiencia material". Acozando servicos Pernambuco estão entregues direcção immediata engenheiro Francisco Saboya, profissional de raras meritos, actividade inextinguivel, pelo qual sou responsavel pessoalmente. Chefe 3.º districto, sob cuja direcção superior está Pernambuco, acima qualquer suspeita, conforme vossencia, siba. Ha, de facto 10.000 homens em trabalho, não sendo possível augmentar esse numero por deficiencia material detizado governo Pernambuco e por não satisfizerem condições técnicas certas agudes em andamento sob a direcção anterior. Eu mesmo dei ordem para que tais obras em divergencia criterio Inspectoria fossem suspensas para as necessarias variáveis. Sobre materia informo no dia 21, por sollicitação commissão compras ped. por telegramma ao chefe 2.º Districto informações sobre despesa de transporte de 2.000 carrinhos de Recife a Cebedello. Este material foi desembarcado em Recife, procedente America Norte e foi desembarcado pelo 2.º Districto, mediante termo responsabilidade. Em data 27 telegraphal mesmo chefe 2.º Districto desembarcar 4518 picaretas e 1300 pás adquiridas commissão compras minha interferencia directa, v. excels. podera avaliar pelo que acima disse, não deocurar Inspectoria suas providencias toda ordem necessaria obras Pernambuco tem antes por causa má organização e pessima aparelhagem mezinhas. Não fora necessidade absoluta minha permanencia Fortaleza providenciando conclusão installações Piranhas, S. Gonçalo, Choro e General Sampaio, iria immediatamente Pernambuco verificar pessoalmente procedencia affirmações secretario Agricultura nesse Estado. Espere porém fazer o segunda quinzena proximo meo Agosto. Saudações.—Luiz Vieira, Inspector Sêccas, Interior".

Recebendo, em seguida, esclarecimentos seus sobre o andamento dos servicos nos diversos Estados, ainda recomendo ao dr. Luiz Vieira:

"Recolhi informações sobre desenvolvimento servicos. E preciso distribuir recursos de maneira que fi-



Anexo P

(01) Pe. Antônio Joaquim Soares – (02) Cel. Veremundo Soares  
Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ